

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**JEFFERSON ARAUJO SANTANA**

**COMPORTAMENTO DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS:  
UMA ANÁLISE DESCRITIVA PARA O BRASIL E O NORDESTE  
(2006 – 2016)**

**CARUARU**

**2018**

**JEFFERSON ARAUJO SANTANA**

**COMPORTAMENTO DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS:  
UMA ANÁLISE DESCRITIVA PARA O BRASIL E O NORDESTE  
(2006 – 2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador: Anderson Issao Saito**

**CARUARU**

**2018**

Catálogo na fonte:  
Bibliotecária – Marcela Porfírio CRB/4 - 1878

S232c Santana, Jefferson Araujo.  
Comportamento dos indicadores macroeconômicos : uma análise descritiva para o Brasil e o Nordeste (2006 - 2016). / Jefferson Araujo Santana. – 2018.  
145f.; il. : 30 cm.

Orientador: Anderson Issao Saito.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2018.  
Inclui Referências.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Indicadores econômicos. 3. Política econômica.  
I. Saito, Anderson Issao (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2018-014)



**Universidade Federal de Pernambuco  
Centro Acadêmico do Agreste  
Departamento de Economia**

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DA MONOGRAFIA EM  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE:**

**JEFFERSON ARAUJO SANTANA**

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato **Jefferson Araújo Santana. APROVADO.**

Caruaru-PE, 05 de março de 2018.

---

Prof<sup>o</sup> Anderson Issao Saito  
Orientador

---

Prof. Klebson Humberto de Lucena Moura  
NG/UFPE/CAA

---

Prof<sup>a</sup>. Michele Bezerra Saito  
UPE

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por me guiar e dar sabedoria em todos os momentos de minha vida, pois sem Ele nada teria sentido.

Agradeço a minha família, de forma especial ao meu pai Luiz Santana e à minha mãe Maria Sandra, pelo amor, carinho, paciência, ensinamentos e por todos os incentivos que me proporcionam. Também agradeço aos meus irmãos João Luiz, Jussara, Luiza e Luiz, pelo apoio, carinho e compreensão, principalmente durante a elaboração deste trabalho. A minha linda e amável sobrinha Grazielle e a minha querida avó Neuza, por todo afeto e carinho.

Ao meu orientador Saito, agradeço por toda disponibilidade, auxílio e ensinamentos transferidos, não só apenas para realização deste trabalho como também pelos conhecimentos repassados durante o curso de macroeconomia I, disciplina a qual me despertou o interesse no curso de Economia. Agradeço também pela confiança a mim depositada, em ter sido o monitor de macroeconomia I durante os anos 2015 e 2016, foi uma experiência incrível e que levarei por toda vida.

A todos os meus amigos, principalmente os da GREA e em especial a Pedro Henrique, Cleber Tiago, Juliana Kaline, Jerfferson Silva e Jucilene, colegas de curso, cujos quais tenho grande apreço. Agradeço também, a todos os alunos das monitorias de Macroeconomia I.

Muito obrigado a todos.

## RESUMO

O presente estudo objetivou analisar o comportamento dos indicadores macroeconômicos do Brasil e do Nordeste no período de 2006 a 2016. Descrevendo-se o desempenho do nível de atividade econômica, do mercado de trabalho, das finanças públicas e do setor externo. Para tanto, foi utilizado como método da pesquisa a coleta de dados e a pesquisa bibliográfica. Através das constatações dos dados, verifica-se que a nível territorial o desempenho do PIB da região Nordeste apresentou crescimento superior ao da região Sudeste. No tocante ao nível de PIB *per capita*, verifica-se a concentração dos maiores patamares nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. O emprego formal apresenta em 2016, um crescimento negativo na variação do saldo do emprego formal de (4,16%). A proporção da DLSP no PIB declinou em 7,2 pontos percentuais no período, e o resultado primário do setor público, passou de um patamar superavitário para deficitário entre 2006-2016, assim como, o resultado do saldo do balanço de pagamentos. Por fim, observou-se que as oscilações do PIB do país refletiram as medidas impostas a recuperação do crescimento econômico do Brasil. Pois devido à longa persistência dos mesmos mecanismos de direcionamento ao crescimento econômico, estes instrumentais já não estavam ocasionando os mesmos efeitos.

**Palavras-chave:** Desempenho Econômico. Indicadores Macroeconômicos. Intervenção Governamental.

## ABSTRACT

This study aimed to analyze the behaviour of macroeconomic indicators of Brazil and Northeast in the period from 2006 to 2016. Describing the performance of the level of economic activity, the labour market, the public finances and the external sector. For this, the data collection and bibliographic research were used as research method. Based on the data, it can be seen that, at the territorial level, GDP performance in the Northeast region grew more than in the Southeast region. With regard to the level of GDP per capita, checks is the concentration of the highest levels in the Central-West, Southeast and South regions of the country. The formal employment presents in 2016, a negative growth in the variation in the balance of the formal employment of (4.16%). The proportion of DLSP in GDP declined in 7.2 percentage points in the period, and the primary result of the public sector went from a surplus level to deficit between 2006-2016, as well as the result the of balance of payments. Finally, it was observed that the country's GDP oscillations reflected the measures imposed on the recovery of the economic growth Brazil. Because of the long persistence of the same mechanisms of direction for economic growth, these instruments were no longer having the same effects.

**Key words:** Economic Performance. Macroeconomic Indicators. Governmental Intervention.

## **LISTA DE SIGLAS**

BACEN – Banco Central do Brasil

CNI – Confederação Nacional da Indústria

COPOM – Comitê de Política Monetária

DLSP – Dívida Líquida do Setor Público

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FPE – Fundo de Participação dos Estados

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

ICF – Intenção de Consumo das Famílias

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados

MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

NFSP – Necessidade de Financiamento do Setor Público

NUCI – Nível de Utilização da Capacidade Instalada

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Síntese dos Planos Plurianuais do Brasil .....	20
Tabela 02 - Brasil, Regiões e Estados - Variação % Relativa do PIB Sobre o Ano Anterior, Classificação Conforme Média % na Participação do PIB, Taxa de Crescimento Acumulado do PIB no Período de Análise e Participação % das Regiões no PIB do Brasil .....	33
Tabela 03 - Evolução da Intenção de Consumo das Famílias .....	40
Tabela 04 - Vendas Acumuladas do Comércio Varejista do Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste .....	43
Tabela 05 - Endividamento das Famílias (% em relação ao total de familiares) .....	46
Tabela 06 - Receitas de Serviços Acumuladas no Ano para o Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste .....	50
Tabela 07 - Variação Acumulada da Produção Física Industrial .....	54
Tabela 08 - Estimativa da CNI para o PIB, Variação percentual dos componentes do PIB .....	57
Tabela 09 - PIB <i>Per Capita</i> do Brasil, Regiões e Unidades Federativas, Posição Relativa no Ano e Taxa de Crescimento Acumulado do PIB <i>Per Capita</i> no Período de Análise .....	59
Tabela 10 - IPCA - Variação % Acumulada no Ano, Índice Geral para o Brasil e Regiões Metropolitanas .....	62
Tabela 11 - Evolução da Taxa de Juros SELIC (2006-2017) .....	64
Tabela 12 - Síntese de Projeções dos Indicadores Macroeconômicos Anuais do Brasil .....	65
Tabela 13 - Variação Anual do Emprego Formal do Brasil, Nordeste e Estados (%) .....	69
Tabela 14 - Saldo do Emprego, de Todos os Setores, no Brasil, Nordeste e Estados (A) e Saldo do Emprego, Construção Civil, no Brasil, Nordeste e Estados (B) .....	72
Tabela 15 - Variação Anual das Remunerações Médias do Brasil, Nordeste e Estados (%) .....	73
Tabela 16 - Brasil, Regiões e Estados do Nordeste: Principais Transferências de Recursos por Ação de Governo e Taxa de Crescimento (R\$ milhões) .....	80
Tabela 17 - Variação % Acumulada da Arrecadação do ICMS no Brasil, Nordeste e Estados .....	82
Tabela 18 - Variação real do FPM + FPE por Estado do Nordeste .....	84

<b>Tabela 19 - Transferências Constitucionais reais do FPM + FPE por Estado do Nordeste .....</b>	<b>86</b>
<b>Tabela 20 - Composição dos Pilares do Índice de Competitividade .....</b>	<b>98</b>
<b>Tabela 21 - Nota dos Indicadores que Compõem o Índice de Competitividade dos Estados do Nordeste em 2017 .....</b>	<b>106</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – IBC-Br .....	32
Gráfico 02 -	Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Despesa no Brasil .....	39
Gráfico 03 -	Intenção de Consumo das Famílias – ICF .....	41
Gráfico 04 -	Brasil, Regiões e Estados do Nordeste: Vendas do Comércio Varejista (acumulado do ano até outubro de 2017) .....	44
Gráfico 05 -	Evolução da Demanda dos Consumidores por Crédito nas Grandes Regiões .....	45
Gráfico 06 -	Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Produção no Brasil .....	48
Gráfico 07 -	Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste - Receitas de Serviços (acumulado do ano até Outubro de 2017) .....	51
Gráfico 08 -	Atividade Industrial no Brasil .....	52
Gráfico 09 -	Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria por Categorias de Uso no Brasil .....	53
Gráfico 10 -	Brasil, Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco: Produção Física Industrial com Ajuste Sazonal (acumulado do ano até outubro) .....	55
Gráfico 11 -	Índices de Crescimento e Variação Real do PIB Per Capita no Brasil – 2006 a 2015 .....	58
Gráfico 12 -	Evolução do Emprego e Desemprego no Total das Regiões Metropolitanas .....	67
Gráfico 13 -	Proporção de Empregos Formais e Informais entre o Pessoal Ocupado – Total das Regiões Metropolitanas (%) .....	68
Gráfico 14 -	Variação dos Rendimentos do Setor Privado, do Setor Público e Por Conta Própria .....	75
Gráfico 15 -	Crescimento Acumulado e Variação Real do Salário Mínimo .....	76
Gráfico 16 -	Proporção da Dívida Líquida do Setor Público do Brasil no PIB .....	77
Gráfico 17 -	Proporção da Necessidade de Financiamento do Setor Público do Brasil no PIB .....	79
Gráfico 18-	Brasil, Nordeste e Estados: Evolução da Arrecadação Real do ICMS no Acumulado do Ano (Novembro) .....	83
Gráfico 19 -	Despesa total com pessoal sobre a receita corrente líquida (RCL) – 2016 .....	87
Gráfico 20 -	Evolução da Taxa de Câmbio Nominal no Brasil (R\$/US\$) .....	89

<b>Gráfico 21 -</b>	<b>Saldo do Balanço de Pagamentos no Brasil (US\$ Bilhões - FOB) ....</b>	<b>90</b>
<b>Gráfico 22 -</b>	<b>Saldo da Balança Comercial no Brasil (US\$ bilhões - FOB) .....</b>	<b>92</b>
<b>Gráfico 23 -</b>	<b>Composição da Pauta de Exportações do Brasil - Fator Agregado % .....</b>	<b>94</b>
<b>Gráfico 24 -</b>	<b>Composição da Pauta de Importações do Brasil por Fator Agregado (%) .....</b>	<b>95</b>
<b>Gráfico 25 -</b>	<b>Crescimento Acumulado do Estoque de Reservas Internacionais no Brasil (Número Índice) -2006 a 2016 .....</b>	<b>97</b>
<b>Gráfico 26 -</b>	<b>Nota Geral dos índices de Competitividade dos Estados em 2017 .....</b>	<b>101</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b>	<b>Notas Por Pilares - Alagoas .....</b>	<b>102</b>
<b>Figura 2 -</b>	<b>Notas Por Pilares - Bahia .....</b>	<b>102</b>
<b>Figura 3 -</b>	<b>Notas Por Pilares - Ceará .....</b>	<b>103</b>
<b>Figura 4 -</b>	<b>Notas Por Pilares - Maranhão .....</b>	<b>103</b>
<b>Figura 5 -</b>	<b>Notas Por Pilares - Paraíba .....</b>	<b>104</b>
<b>Figura 6 -</b>	<b>Notas Por Pilares - Pernambuco .....</b>	<b>104</b>
<b>Figura 7 -</b>	<b>Notas Por Pilares - Piauí .....</b>	<b>105</b>
<b>Figura 8 -</b>	<b>Notas Por Pilares - Rio Grande do Norte .....</b>	<b>105</b>
<b>Figura 9 -</b>	<b>Notas Por Pilares - Sergipe .....</b>	<b>105</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	PIB do Brasil, Regiões e Estados 2005-2015 .....	119
Quadro 2 -	Composição da Ótica da Despesa do Brasil 2005-2015 .....	120
Quadro 3 -	Síntese Regional da Intenção de Consumo e Evolução do Índice por Faixas de Renda 2016-2017 .....	121
Quadro 4 -	Síntese do Endividamento das Famílias por Faixas de Renda 2016-2017 .....	122
Quadro 5 -	Composição da Ótica da Produção do Brasil 2005-2015 .....	122
Quadro 6 -	Brasil e Unidades Federativas, Índice de atividade da Indústria Geral 2006-2016 .....	123
Quadro 7 -	Brasil e Unidades Federativas, Índice de atividade da Indústria Extrativista 2006-2016 .....	124
Quadro 8 -	Brasil e Unidades Federativas, Índice de atividade da Indústria de Transformação 2006-2016 .....	125
Quadro 9 -	Nível de utilização da Capacidade Instalada (NUCI) no Brasil (%) – (2006-2016) .....	125
Quadro 10 -	PIB <i>Per Capita</i> do Brasil, Regiões e Unidades Federativas .....	126
Quadro 11 -	População Residente do Brasil, Grande Região e Unidades Federativas (Mil pessoas) .....	128
Quadro 12 -	Índice de Preços (IPCA) Acumulado por Categorias do Brasil e Regiões Metropolitanas .....	129
Quadro 13 -	População Economicamente Ativa (PEA), Pessoal Ocupado e Desocupado nas Principais Regiões Metropolitanas – 2005 a 2016 .....	131
Quadro 14 -	Pessoal Ocupado, Empregos Formais e Informais nas Principais Regiões Metropolitanas – 2005 a 2016 .....	131
Quadro 15-	Emprego Formal do Brasil, Regiões e UF .....	132
Quadro 16 -	Remunerações Médias dos Empregados em 31/12 para o Brasil, Grandes Regiões e Estados do Nordeste - 2005 a 2016 .....	134
Quadro 17 -	Rendimento Médio Real do Trabalho Principal do Setor Privado, Público e Conta Própria no Total das Áreas Metropolitanas .....	134
Quadro 18 -	Evolução do Salário Mínimo no Brasil – 2005 a 2016 .....	136
Quadro 19 -	Dívida Líquida do Setor Público no Brasil – 2006 a 2016 .....	136
Quadro 20 -	Necessidade de Financiamento do Setor Público no Brasil – 2006-2016 .....	137

<b>Quadro 21 - Transferências Constitucionais Reais do FPM + FPE por Estado do Nordeste – R\$ Mil .....</b>	<b>138</b>
<b>Quadro 22 - Taxa de Câmbio do Brasil- 2006 a 2016 .....</b>	<b>138</b>
<b>Quadro 23 - Saldo do Balanço de Pagamentos do Brasil – 2006 a 2016 .....</b>	<b>139</b>
<b>Quadro 24 - Saldo em Transações Correntes – 2006 a 2016 .....</b>	<b>139</b>
<b>Quadro 25 - Saldo Conta Capital e Financeira– 2006 a 2016 .....</b>	<b>140</b>
<b>Quadro 26 - Balança Comercial Brasil e Regiões .....</b>	<b>141</b>
<b>Quadro 27 - Pauta de Exportações do Brasil e Regiões por Fator Agregado .....</b>	<b>142</b>
<b>Quadro 28 - Pauta de Importações do Brasil e Regiões por Fator Agregado .....</b>	<b>143</b>
<b>Quadro 29 - Reservas Internacionais –2006 a 2016 .....</b>	<b>144</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 PANORAMA MACROECONÔMICO .....</b>	<b>18</b>
<i>2.1 Descrições dos Mecanismos de Intervenções Macroeconômicas .....</i>	<i>19</i>
<i>2.2 Descrições dos Instrumentos de Políticas Econômicas no Brasil (2006-2016) .....</i>	<i>24</i>
<i>2.2.1 Governo Lula (2006-2010) .....</i>	<i>25</i>
<i>2.2.2 Governo Dilma – Primeiro Mandato (2011-2014) .....</i>	<i>28</i>
<i>2.2.3 Governo Dilma – Segundo Mandato (2015-2016) .....</i>	<i>30</i>
<i>2.2.4 Governo Michel Temer – (2016-Presente) .....</i>	<i>31</i>
<b>3 PERFORMANCE DA ATIVIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA .....</b>	<b>32</b>
<i>3.1 Nível da Atividade Econômica .....</i>	<i>32</i>
<i>3.2 Emprego e Seus Rendimentos .....</i>	<i>66</i>
<i>3.3 Caracterização das Finanças Públicas .....</i>	<i>77</i>
<i>3.4 Comportamento do Setor Externo .....</i>	<i>88</i>
<b>4 INDICADORES DE DESEMPENHO PARA OS ESTADOS.....</b>	<b>98</b>
<i>4.1 Ranking de Competitividade da Região Nordeste .....</i>	<i>102</i>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE A – DADOS COLETADOS .....</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O desempenho da atividade econômica do Brasil tem apresentado consideráveis oscilações nos últimos 11 anos. Tal desempenho tem ganhado destaque tanto a nível nacional quanto internacional, através dos meios de comunicação por conta de seu baixo crescimento no período recente (últimos 3 anos). Nesse sentido, sua condução ocorre através das políticas econômicas, as quais são desempenhadas por meio de estratégias de regulamentação econômicas consideradas eficazes para retomada do nível de atividade da economia.

Deste modo, diante dos acontecimentos econômicos observados no Brasil, verifica-se a existência de um fator determinante no desempenho dos indicadores econômicos, ou seja, a intervenção governamental executada por meio das políticas econômicas. Neste sentido ela é a mola propulsora para o desempenho, sobretudo sobre a demanda agregada, pois a mesma impacta diretamente na sua composição devido aos choques que submetem as variáveis de consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas. Portanto, busca-se analisar o desempenho dos indicadores macroeconômicos do Brasil e do Nordeste no período de 2006 a 2016 e relacioná-la, quando possível, as medidas intervencionistas adotadas na economia brasileira em seus mais diversos contextos político.

Assim, qualquer intervenção realizada pelo governo, necessita ser analisada de forma generalizada, no espaço de curto, médio e longo prazo<sup>1</sup>, pois a mesma geralmente é observada apenas a efeito de curto prazo. Deste modo, sua utilização imediata proporciona benefícios em curto prazo, entretanto, os seus efeitos futuros necessitam ser verificados, pelo fato da ocorrência dos impactos sobre os componentes agregados não serem sustentados.

Dito isto, a verificação dos indicadores macroeconômicos é essencial para descrever a economia brasileira, pois muitas foram às medidas políticas de incentivo ao crescimento econômico e de combate a choques adversos entre 2006-2016. Outro fator a ser considerado no desempenho econômico do Brasil advém dos problemas sociais e econômicos de seu vasto território, onde as medidas intervencionistas tomadas a fim de atenuar tais distorções, acabam sendo mais intensificadas em algumas regiões do que em outras, ocasionando assim, a concentração produtiva e a disparidade de renda em determinadas áreas do que em outras.

---

<sup>1</sup>A terminologia utilizada na economia para explicar alguns impactos de políticas econômicas é efetuada através dos termos temporais de curto prazo, médio prazo e longo prazo. Deste modo, o curto prazo é considerado como o período de tempo inferior a 1 ano, o médio prazo por um período de 1 a 3 anos e longo prazo para um período acima de 3 anos. Alguns manuais de economia consideram o curto prazo como o período em que a produção só pode variar pela ampliação do grau de utilização dos equipamentos já instalados. O médio prazo é aquele em que os equipamentos podem ser acrescidos, mas não todos. E o longo prazo é aquele período em que os equipamentos envolvidos na produção podem variar.

Também, perante um cenário altamente preocupante, quanto à credibilidade e confiabilidade das medidas governamentais para direcionar a economia, torna-se eficaz a análise econômica do desempenho do país para o período de (2006-2016). Esta análise proporcionará uma visão ampliada sobre o nível de atividade econômica (PIB, PIB *per capita*, inflação, etc.), do mercado de trabalho, das finanças públicas e do setor externo. Nesse contexto, a proposta deste trabalho visa apresentar conceitos, descrições e uma análise conjuntural da economia brasileira e nordestina, baseando-se nos indicadores econômicos obtidos em bancos de dados.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizada como ferramenta de pesquisa as informações contidas em banco de dados que fornecem os resultados dos indicadores de desempenho da economia. Já a pesquisa bibliográfica baseou-se em livros, manuais de macroeconomia e publicações científicas da área de economia relevantes ao tema. Mediante o levantamento destas informações, será realizada uma análise conjuntural destes dados, observando-se de início as descrições das políticas econômicas adotadas e posteriormente a descrição do comportamento dos indicadores, ressaltando as oscilações macroeconômicas, no intuito de verificar o desempenho econômico do país no decorrer do período de análise.

O presente trabalho está distribuído em cinco capítulos, incluindo esta breve introdução. O segundo capítulo caracteriza-se por uma apresentação macroeconômica dos instrumentais que estão à disposição dos executores das medidas intervencionistas, e pelas descrições das políticas econômicas adotadas no período de estudo 2006-2016. No terceiro capítulo é apresentada a análise dos indicadores macroeconômicos, cuja descrição se encontra dividida em 4 segmentos, o do nível de atividade, do mercado de trabalho, das finanças públicas e do setor externo. Neste capítulo é demonstrada a evolução dos principais indicadores que melhor representam o desempenho da economia brasileira. O quarto capítulo apresenta uma breve descrição do resultado recente do ranking de competitividade dos Estados, o qual é um reflexo do desempenho do nível de atividade das Unidades Federativas, pelo fato de abordarem em sua análise pilares fundamentais, para evolução da economia. Por fim, o último capítulo expõe as considerações finais do trabalho desenvolvido.

## 2 PANORAMA MACROECONÔMICO

Antes de entrarmos nas descrições dos instrumentos de políticas econômicas é importante termos o conhecimento, mesmo que a nível introdutório, de algumas definições comumente utilizadas dentro da macroeconomia. Isto se faz necessário também, pois facilita a compreensão do que será tratado no capítulo 3.

Bacha (2004) define a macroeconomia como o ramo da ciência econômica que analisa a economia em nível agregado, ou seja, mensura os agregados no objetivo de compreender, por exemplo, relevantes interações entre os níveis de preço, produto, renda e consumo. Mediante esta perspectiva Blanchard (2010) enfatiza o produto, a taxa de desemprego e a taxa de inflação como as primeiras variáveis a serem verificadas em uma análise macroeconômica, pelo fato destes indicadores apresentarem um fluxo acentuado de informações no desempenho de uma economia. Neste sentido, iremos analisar os indicadores macroeconômicos mais relevantes (disponíveis) para a economia brasileira.

No cerne dessa questão está o papel do Estado como regulador destes instrumentos, proporcionando estabilidade econômica. A intervenção governamental é defendida na teoria Keynesiana, a qual argumenta que o Estado precisa intervir na economia, para que assim, a economia possa ser direcionada em uma linha de crescimento sustentado do produto, emprego e dos preços. Esta teoria contrariava a teoria dos clássicos, os quais pregavam que a economia deveria se ajustar por si mesma, por meio das forças de mercado, ou seja, pela oferta e demanda e que o Estado não deveria ter participação neste processo (KEYNES, 1982).

A teoria keynesiana ganhou espaço na macroeconomia após a crise de 1929, mediante ao cenário catastrófico que a crise perpetuava. Através do livro intitulado “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” em 1936, John Maynard Keynes pode transparecer uma nova visão do cenário econômico tornando-se um marco na história econômica. A partir de então, a teoria de Keynes adequou intensos argumentos para justificar a participação do Estado na economia (BLANCHARD, 2010).

Deste modo, a teoria Keynesiana introduziu uma nova visão da economia por meio da natureza do equilíbrio, do horizonte de análise, da eficiência dos mercados, do papel do governo e do processo dinâmico do ajuste macroeconômico (KEYNES, 1982).

Sendo assim, adiante serão apresentadas algumas descrições sobre os instrumentais que estão à disposição das autoridades governamentais para influírem sobre o nível da atividade econômica, e as principais medidas que foram adotadas na economia brasileira no período de estudo de 2006-2016.

## ***2.1 Descrições dos Mecanismos de Intervenções Macroeconômicas***

Segundo o autor Von Mises (2010), a intervenção econômica é o mecanismo propulsor das gestões governamentais para direcionar o crescimento econômico de uma economia. Onde seus recursos serão eficazes se adotados em cenários adequados, e efetivamente projetados, quanto à dimensão de sua aplicabilidade e dos resultados que esperam alcançar.

Nesse contexto da intervenção governamental, existe uma orientação econômica estratégica no governo brasileiro de realocação dos recursos para os setores mais carentes. Para alcançar tais medidas são elaboradas projeções quadrienais conhecidas por Plano Plurianual (PPA). Estas projeções proporcionam o direcionamento das políticas macroeconômicas que poderão ser adotadas nas gestões de cada governo para atingir as áreas destacadas como prioritárias.

De acordo com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), o Plano Plurianual (PPA), são medidas fundamentais para o planejamento econômico do país na busca da maximização dos recursos, estando previsto no art. 165 da Constituição Federal. Sua projeção ocorre a cada quatro anos, sendo efetivada no segundo ano do mandato presidencial vigente de cada governo. Esta metodologia ocorre para impedir que na passagem de mudanças de governo, não sobrevenha uma alteração radical no mecanismo das políticas macroeconômicas, fazendo com que se mantenha o planejamento do governo anterior por um ano. Deste modo, no primeiro ano do exercício presidencial, segue-se o PPA do governo anterior, somente no ano seguinte é que o governo atual estabelece suas prioridades na projeção de seu PPA o mantendo por mais quatro anos.

Durante o período (2006–2016) esteve em vigor os seguintes Planos Plurianuais (PPA): O PPA 2004-2007 cuja orientação estratégica de governo envolvia a busca pelo crescimento sustentado, do emprego e da inclusão social. Na dimensão social destaca-se a prioridade de redistribuição de renda, melhorias ao acesso a educação, a saúde como também elevação do salário mínimo. Em dimensão econômica buscava-se a expansão do investimento e do emprego. O PPA 2008-2011 detinha o lema de desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade, priorizando as políticas públicas de redistribuição de renda, expansão do mercado de consumo, melhoria da infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), melhorias na qualidade da educação, redução das desigualdades regionais e ampliação do Programa Bolsa Família (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO).

O Plano Mais Brasil, mais Desenvolvimento, mais Igualdade, mais Participação intitulou o PPA 2012-2015. Nesta perspectiva o foco estava em volta do objetivo de crescimento e estabilidade macroeconômica, ampliação de fontes de financiamento, aumento do investimento, redução da desigualdade por meio dos programas de transferência de renda, erradicação da pobreza extrema e qualificação da mão-de-obra através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Por fim, o PPA 2016-2019 enfoca o desenvolvimento, produtividade e a inclusão social. Este planejamento enseja a continuidade dos Planos Plurianual anteriores de expansão do crescimento econômico e melhoria do bem-estar da população, estando voltado ao eixo estratégico da educação, da melhor distribuição e acesso a bens de serviços públicos de qualidade, ampliação da produtividade e da competitividade e fortalecimento das instituições públicas (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO).

A Tabela 1 a seguir apresenta uma síntese dos PPA que foram projetados durante o governo Lula (2006-2010) e durante o governo Dilma (2011-2016), os quais foram apresentados anteriormente. Um fator preponderante destas projeções destaca-se no quesito do propósito de redução das desigualdades regionais do país, caracterizando-se assim, junto às tentativas de manutenção do crescimento econômico do país como o principal foco dos governos.

**Tabela 1: Síntese dos Planos Plurianuais do Brasil**

PPA	GOVERNO	DESCRIÇÃO
PPA: 2004 - 2007	1º GOVERNO LULA	Compreende o eixo estratégico econômico e social para promover transformações estruturais por meio da racionalidade e eficácia das ações do governo federal. Um dos destaques deste PPA, por exemplo, compreende o investimento em infraestrutura, a desconcentração de renda e o fortalecimento do mercado interno.
PPA: 2008 - 2011	2º GOVERNO LULA	Apresenta o desafio de acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais. Os destaques de medidas deste plano compõem a ampliação do Programa Bolsa Família e da manutenção dos programas de investimento em infraestrutura.
PPA: 2012 - 2015	1º GOVERNO DILMA	Compreende a construção de um país moderno e igualitário, democratizando as oportunidades e solidificando a confiança dos indivíduos. Buscando-se assim, um patamar de desenvolvimento centrado no progresso técnico e na redução das desigualdades.
PPA: 2016 - 2019	2º GOVERNO DILMA	O plano plurianual apresenta uma visão de futuro, por meio da conciliação do crescimento econômico com a distribuição de renda e a inclusão social. O plano tem o intuito de dar continuidade aos planos anteriores, os quais apresentaram consideráveis avanços. Firmando assim, o compromisso do governo em relação ao programas temático e de gestão.

**Fonte:** Elaboração própria a partir das informações contidas nos Planos Plurianuais.

Tendo em vista que o Plano Plurianual é um reflexo das intenções que o governo almeja para a economia do país, torna-se necessário o atrelamento desses objetivos a medidas práticas por meio da amplificação das políticas econômicas em medidas graduais, observando o comportamento das variáveis para não exceder os seus limites e provocar maiores distorções na economia.

Na busca de um bom resultado econômico, Licha (2015) apresenta que as políticas fiscais e monetárias estão entre os instrumentos utilizados como mecanismo de regularização dos indicadores macroeconômicos e que sua utilização advém das expectativas dos formuladores de políticas a respeito do cenário econômico que se deparam.

Conforme Blanchard (2010) e Froyen (2013), os gastos do governo e a tributação são os instrumentos de propagação da política fiscal. E o recolhimento compulsório, as operações com títulos públicos e a taxa de juros como os mecanismos da política monetária. Enfatizam ainda, que estas políticas podem ser expansionistas, caso se pretenda aumentar os níveis de produto ou contractionista caso se deseje reduzir o nível de atividade da economia.

Deste modo, a política econômica é uma ferramenta pela qual o governo se utiliza para amenizar ou tentar resolver certas distorções no cenário econômico (interno ou externo) que impossibilitam o crescimento da economia. Através destas políticas, se torna possível viabilizar os caminhos para um desenvolvimento próspero sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, ou reverter cenários negativos (choques/perturbações) oriundos da economia mundial.

A tomada de decisões através das políticas econômicas com o propósito de solucionar a conjectura com que se depara a economia de um país nos demonstra o quanto é complexo o setor macroeconômico, pois a tomada de uma simples medida terá uma grande propagação entre os seus diversos setores. Assim, a modificação de uma variável com o objetivo de provocar mudanças em uma área específica pode trazer o resultado almejado para este setor, no entanto, pode desestruturar outro setor a depender da ligação das variáveis ao longo do tempo. Desta maneira, uma política econômica seja esta monetária ou fiscal, detém forte influência nos agregados macroeconômicos, pelo fato das alterações efetivadas ocasionarem perturbações nas variáveis econômicas, e estas devem atenuar-se ao longo do processo adaptativo (LICHA, 2015).

Blanchard (2010) argumenta que na tomada de decisões das políticas econômicas, dado a existência da incerteza dos efeitos advindos, não se pode afirmar que o resultado será de acordo com a expectativa do formulador, com isto deve-se agir com mais cautela. Desta maneira, as políticas macroeconômicas devem ser adotadas de forma mais ativas em cenários

de recessões para que proporcione uma recuperação mais rápida dos indicadores, ou em casos de expansões excessivas para evitar pressões inflacionárias.

Segundo Paula (2008) as políticas keynesianas são caracterizadas em amplo sentido pela busca do pleno emprego. Suas especificações são evidentes no propósito de impulsionar a demanda agregada<sup>2</sup> para alcançar resultados favoráveis, e impulsionar o investimento dos empresários em capital fixo. No qual os níveis de emprego e utilização dos recursos produtivos dependem deste nível de capacidade de investimento. Desta maneira, o autor apresenta a política fiscal como forte instrumento de estímulo a demanda agregada pelo fato da mesma poder gerar um efeito multiplicador<sup>3</sup>.

De acordo com Carvalho (2008) a política monetária tende a ter maiores efeitos na decisão de investimento por conta da variação da taxa de juros nos mercados de ativos e a política fiscal na relação de despesas em consumo, devido os gastos e impostos incidir diretamente sobre a renda dos indivíduos. Deste modo, a tomada de decisões dos instrumentos de políticas econômicas precisa considerar possíveis cenários que tais iniciativas podem levar a economia, para que a situação da mesma não se torne mais alarmante.

Diante do exposto, as políticas keynesianas são direcionadas a proporcionar uma regulação da demanda agregada em níveis consideráveis ao pleno emprego<sup>4</sup>, proporcionado mecanismos de bem estar para a sociedade.

Fiocca (2000) destaca que no intuito de interferir no desempenho econômico, a utilização da política monetária possibilita uma articulação de oferta de moeda e crédito para

---

<sup>2</sup>A demanda agregada (AD) representa a quantidade demanda de bens na economia. Sendo composta por bens destinados ao consumo (C), para investimento (I), para gastos do governo (G) e por exportações líquidas (NX) Sendo representada pela seguinte expressão:  $AD = C + I + G + NX$  (DORNBUSCH, R. 2013).

<sup>3</sup>De acordo com os manuais macroeconômicos, autores como Blanchard (2010), Dornbusch (2013) e Froyen (2013) definem o multiplicador keynesiano como um demonstrativo do quanto à variação em uma unidade nos gastos autônomos altera o nível de equilíbrio do produto. Pois quanto mais elevada for a propensão marginal a consumir, mais elevado será o multiplicador. A princípio seu efeito pode tornar imperceptível por um momento, pois leva um tempo para os agentes econômicos perceberem que mudanças foram efetivadas na demanda agregada da economia. No entanto, após certo tempo as medidas começam a surtir efeito, dando início a um novo ciclo econômico. A demanda por consumo aumenta, conforme aumenta a renda do indivíduo, ou seja, existe uma relação positiva entre a renda (Y) e o consumo (C). Assim, parte do aumento da renda é destinada para o consumo e a outra parte que não é consumida é poupada. Deste modo, a equação que á representa, está discriminada a seguir:  $C = \bar{C} + cYD$  ∴  $C = \bar{C} + c(Y - TY + \bar{TR})$  ∴  $C = \bar{C} + cY - cTY + c\bar{TR}$  Onde  $\bar{C}$  é o consumo autônomo, que representa o nível de consumo quando a renda é zero.  $\bar{C} > 0$ .  $c$  é a propensão marginal a consumir, que demonstra o quanto o consumo varia com o aumento da renda, esta propensão varia entre  $0 < c < 1$ . YD é a renda líquida disponível, pois detém o saldo de transferências ( $\bar{TR}$ ) recebidas e a dedução do pagamento dos impostos (TY) (DORNBUSCH, R. 2013).

<sup>4</sup>Pleno emprego é um termo utilizado na economia para designar a situação alcançada quando a totalidade da mão-de-obra disponível de um país tem a possibilidade de conseguir emprego. Ou seja, todos os insumos produtivos estão alocados da melhor maneira, e não há excesso de demanda e nem de oferta dos recursos a economia esta em equilíbrio.

que os indivíduos se disponham a transacionar esse ativo monetário, no vasto mercado de bens e serviços. Assim, proporciona uma interferência na composição dos preços pela lei de mercado, ou seja, oferta e demanda, levando a economia para um cenário de equilíbrio de curto prazo.

Mendonça (2001) descreve que a taxa de juros é o principal fator de propagação da política monetária, devido à taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) ser a taxa referencial para outras taxas na economia<sup>5</sup>. Tendo em vista que a estabilidade de preços é o foco desta política e sua propagação ocasiona alterações na economia. A perspectiva da análise keynesiana demonstra que uma política monetária contracionista afetará a taxa de juros de curto prazo elevando-a para um novo patamar. Devido a isto, o investimento é reduzido por conta do alto custo do direcionamento de recursos para o meio produtivo e da incerteza dos resultados que tal investimento trará, proporcionando assim, a redução da participação do investimento na composição da demanda agregada.

Ainda conforme Mendonça (2001), outro canal de transmissão para política monetária é a taxa de câmbio, pois o aumento da taxa de juros ocasiona uma entrada de capitais na economia apreciando a taxa de câmbio. Diante disto, provoca-se uma redução da competitividade dos produtos nacionais, dado que em termos relativos, o preço interno está mais elevado que o preço externo acarretando redução das exportações líquidas e consequentemente do produto.

Corroborando com as descrições apresentadas por Mendonça (2001), Freitas (2011) evidência que a taxa de juros é um elemento que compreende intensos impactos no investimento, no consumo das famílias, na taxa de câmbio e no custo da dívida. Pois se a taxa de juros se eleva, o investimento diminui, dado o elevado custo do capital. O consumo presente é restringido por consumo futuro, com isto, ocorre redução da demanda por bens, e a firma depara-se com acúmulo de produtos, levando a uma redução da produção acarretando em desligamentos e redução do consumo proveniente da falta de renda da população, pois se não existe emprego, não há remuneração/renda. Na ocorrência de apreciação cambial, advinda

---

<sup>5</sup>No Brasil a taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, é a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados para títulos federais. Sendo regulada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), criado pela Circular nº 2.698, de 20 de junho de 1996. O COPOM tem como objetivo estabelecer diretrizes da política monetária, definir a meta da taxa SELIC e seu eventual viés. É responsável pela avaliação do cenário macroeconômico, e dos principais riscos associados às decisões de política monetária, divulgando tais medidas no relatório de inflação (BACEN, 2017).

da atratividade dos títulos brasileiros por meio da elevação da taxa de juros<sup>6</sup>, as exportações do país são prejudicadas devido à competitividade comercial. A elevação dos juros torna mais visível a necessidade do governo destinar maiores recursos para o pagamento da dívida, tornando o direcionamento de recursos para áreas estruturais de propagação econômica afetada.

Fiocca (2000) apresenta que o consumo é função da renda, na qual variações da renda afeta o consumo através da propensão marginal a consumir por meio de oscilações de taxa de juros e da política fiscal. A taxa de juros impacta no investimento, afetando o desempenho da demanda agregada, pelo fato da taxa de juros elevada proporcionar uma inibição tanto do investimento agregado quanto do consumo.

Como bem nos assegura Freitas (2011) e Blanchard (2010) a política monetária não proporciona um crescimento sustentado para o produto, no entanto, isto não implica que a política monetária não seja utilizada como instrumento regulador, apenas demonstra que seu efeito é apenas de curto e médio prazo, no longo prazo devido à flexibilidade de preços, o efeito da política monetária é revertido nos níveis de preço da economia.

Mediante a argumentação anterior, verifica-se a necessidade de controle da inflação, a qual é de responsabilidade do formulador de política monetária e fiscal, para que sua aplicação na economia não ocasione distorções no cenário macroeconômico. Conforme o decreto nº 3.088 de 21 de junho de 1999 “fica estabelecida a sistemática de metas de inflação como diretrizes para fixação da política monetária e das outras providências”. Deste modo, ocorre a fixação de uma meta para inflação, a qual deve ser cumprida, podendo sofrer variações de banda percentuais, conforme o estabelecido.

Sendo assim, após termos tomado conhecimento sobre os mecanismos que estão à disposição dos executores das políticas macroeconômicas será apresentada a seguir, uma caracterização das intervenções macroeconômicas adotadas na economia brasileira. Sendo apresentadas breves descrições das políticas macroeconômicas das gestões governamentais de 2006 a 2016 na economia brasileira, apontando os principais impactos no nível da atividade econômica.

## ***2.2 Descrições dos Instrumentos de Políticas Econômicas no Brasil (2006-2016)***

---

<sup>6</sup>É importante salientar que não basta ter taxas elevadas de juros apenas, para que ocorra a atração de capital estrangeiro, fatores como o desempenho da economia, grau de risco, avaliação dos institutos internacionais sobre a economia local, expectativa da taxa de câmbio futura, etc. são levados em consideração na hora de investir no país. Assim, mesmo tendo altas taxas de juros investimentos estrangeiros podem não ocorrer. Neste sentido, tal medida de elevar juros terá impactos apenas internos.

A economia brasileira passou por um grande processo de transformação ao longo dos anos. A destacar com maior ênfase o período de 2006 a 2016, períodos os quais se pode observar uma grande diversificação na economia do país. Durante este período, destaca-se o período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2006-2010), de Dilma Vana Rousseff (2011-2016) e de Michel Temer (2016 – Presente), após o afastamento de Dilma pelo processo de impeachment em 31 de agosto de 2016. Desse modo, a seguir serão apresentadas algumas características das políticas econômicas adotadas em cada gestão governamental.

### **2.2.1 Governo Lula (2006-2010)**

Segundo Britto (2014) esse período da gestão do governo do Presidente Lula é caracterizado por um forte cenário de Políticas Fiscais. A Política Fiscal manteve a meta do superávit primário, resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamentos de juros. O governo viabilizava o crescimento na produção através de incentivos no financiamento de capital e investimento público na área de infraestrutura, já no setor do mercado de consumo utilizou-se de programas de transferência de renda e elevação de crédito ao consumo.

Lameiras (2015) apresenta que o desempenho da economia brasileira em 2006 caracteriza-se por uma considerável performance do PIB, decorrente da evolução do consumo doméstico e dos investimentos. Neste ano a FBCF refletiu um dinâmico crescimento em destaque para o setor das máquinas. A inflação manteve-se abaixo do centro da meta de 4,5%, proporcionada por meio da desaceleração dos preços administrados<sup>7</sup>, quanto dos preços livres.

Ainda conforme Lameiras (2015), o PAC foi instituído pelo governo de Lula no ano de 2007 para proporcionar estímulos ao investimento em infraestrutura do país. Neste ano, a economia obteve resultados significativos em reflexo a expansão do consumo das famílias reduzindo a ociosidade da indústria e do investimento. Um fator relevante que se deve considerar associa-se a elevação de preços das *commodities*<sup>8</sup> gerando impulso no setor

---

<sup>7</sup>Os preços administrados referem-se aos preços que são menos sensíveis as condições de oferta e demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público. Dentre estes preços destacam-se os da Energia Elétrica, da Gasolina, do Transporte Público e do Plano de Saúde.

<sup>8</sup>*Commodities* é um termo de língua inglesa, que significa mercadoria. É utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. O termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos “in natura”, cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias (MDIC, 2017). Disponível em <http://www.mdic.gov.br/balanca/metodologia/COM.txt>.

industrial e na exportação. A autora elucida que o fluxo de crédito disponível na economia para as famílias e a expansão da massa salarial ascendeu no período antecedente à crise financeira internacional e que após a eclosão da crise, estes canais de crédito ficaram mais restritos, apresentando indícios de um ciclo de ajustamentos na economia.

De 2008 a 2009 o governo se depara com o cenário da crise internacional e passa a adotar medidas políticas anticíclicas, intensificando, por exemplo, o aumento dos gastos do governo e do Programa de aceleração do crescimento (PAC).

Conforme Fernandes e Guilhoto (2015) em virtude de um cenário de vulnerabilidade externa ocasionado pela crise financeira internacional, o governo brasileiro a fim de atenuar o impacto da conjuntura externa no desempenho econômico aderiu à Política Fiscal anticíclica. Portanto, utilizou-se do instrumental de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a indústria automobilística. Este segmento industrial foi o foco, devido o mesmo ser um setor de forte participação no Produto Interno Bruto (PIB) e por desencadear diversos segmentos através dele, ou seja, várias cadeias produtivas dos mais diversos setores giram em torno da indústria automobilística. Com isto, o setor atenuaria o baixo desempenho dos outros segmentos da economia.

A importância da segmentação automobilista no desempenho da economia confirmou-se no estudo de Fernandes e Guilhoto (2015), através de sua vasta participação na demanda de insumos produtivos e por necessitar de um quantitativo de força de trabalho considerável, não apenas no próprio setor, mas fundamentalmente em outros setores da economia, melhorando assim, a situação do mercado de trabalho.

No objetivo de estimular a demanda agregada, a ampliação do crédito foi um propulsor para manter o consumo das famílias em trajetória crescente e na tentativa de recuperar a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

A oferta de crédito para as famílias foi um marco impulsionador para o desempenho da demanda agregada do Brasil durante a deflagração da crise financeira internacional em 2008. Diante deste novo cenário, ocorreu uma retração da oferta de crédito por parte dos bancos privados, desta forma, o governo proporcionou a oferta de crédito através dos bancos públicos tanto para pessoas físicas, no propósito de não desestimular o consumo das famílias, como para pessoas jurídicas no intuito de não desacelerar o nível de investimento. Esta foi uma das características marcantes do período, pois enquanto no cenário externo, coexistia um cenário devastador das economias, o Brasil permanecia em uma rota crescente de estímulos ao desempenho macroeconômico (DIEESE, 2014).

Carvalho (2015) aponta que a intensificação do baixo desempenho da economia brasileira, no quarto trimestre de 2008 e nos primeiros trimestres de 2009, foram a princípio caracterizado pela interrupção das fontes de financiamentos e pela redução da demanda mundial por produtos brasileiros e pela considerável redução da produção industrial, causando consideráveis oscilações no PIB. A crise financeira internacional de 2008 foi um dos fatores preponderantes para esta desaceleração do crescimento. No intuito de arrefecer a economia, as políticas de incentivo a demanda agregada, tornaram-se evidentes neste período, contribuindo para manutenção do consumo interno. Onde a Política Monetária expansionista efetivada através da redução dos depósitos compulsórios e redução do nível de juros até então vigente, combinada á Política Fiscal composta pelas desonerações, pelos programas de transferência de renda para manter a demanda interna e pela redução do IPI proporcionaram um amortecimento do efeito da crise internacional no país. Através destes estímulos propostos pelo governo e mediante há um cenário de elevação de preços das *commodities*, o ritmo de aceleração do desempenho econômico do país expandiu-se no ano de 2010.

Entretanto, acompanhado deste resultado os índices de preço da economia aumentaram de 4,31% em 2009 para 5,91% em 2010. Como ação de controle, foi necessário em dezembro de 2010 adotar uma restrição monetária através da manutenção da taxa de juros SELIC no patamar de 10,75% a.a, e pelo aumento de alíquotas de compulsórios sobre depósitos a prazo de 15% para 20% e no adicional de compulsório sobre depósitos a vista e a prazo de 8% para 12% e no fator de ponderação de risco nas transações de crédito para pessoa física de 100% para 150%. Associado a estas variações destaca-se a importância da FBCF, dado sua relevância para obter um desempenho equilibrado. Deste modo, para dinamizar os ciclos econômicos, a presença da atuação do Estado, fundamentou-se na tentativa de estimular o investimento privado, por meio da captação de investimento público (CARVALHO, 2015).

Deste modo, através destas medidas o governo conseguiu passar por esta etapa do novo cenário da economia. Assim, pode-se indagar que estes processos efetuados ao longo do período de 2006 a 2010 demonstraram um espaço de tempo de ocasionais mudanças estruturais que incidiram no comportamento das variáveis de consumo, investimentos e gastos do governo no decorrer do processo de implementação destas transformações estruturais. Assim, fica evidenciado que o uso da política econômica aplicada neste processo ocasionou um impacto perceptível no desempenho econômico brasileiro, o qual será detalhado no decorrer deste trabalho.

### 2.2.2 Governo Dilma – Primeiro Mandato (2011-2014)

O ano de 2011 é marcado pela posse da primeira mulher presidente eleita democraticamente no Brasil, Dilma Rousseff. Sua proposta econômica era manter os indicadores macroeconômicos em ascensão dando continuidade às políticas econômicas adotadas do governo antecessor. No entanto, o cenário inicial que deslumbrava não era dos melhores, pois ocorria na economia um crescente processo inflacionário, o qual precisava ser controlado o quanto antes devido à forte expansão de crédito e de gastos do governo anterior. Nesta perspectiva, o governo estabeleceu medidas restritivas, distanciando-se das medidas que estavam sendo imposta a economia desde 2009 (BOLLE, 2016).

Cagnin *et al* (2013) elucida que durante os anos de 2011 a 2012, a política macroeconômica Monetária e Fiscal do país foi restritiva na tentativa da desaceleração da inflação. Para isto, medidas macro prudenciais foram tomadas no mercado de câmbio e no controle de capitais, objetivando a contenção apreciativa da moeda local (Real) advindo da margem interna e externa dos juros. Neste período a meta das políticas estava voltada principalmente para recuperação do setor industrial, dentre os impactos da Política Fiscal adotada pelo governo, o ano de 2011 ficou marcado pelo Plano Brasil Maior através da redução do IPI sobre bens de investimento<sup>9</sup>, pelo Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valor Tributário para as Empresas Exportadoras) com a permissão de até 3% das receitas de exportação e pela ampliação do Simples Nacional<sup>10</sup>. A Política Fiscal anticíclica previa redução dos tributos provindos das desonerações concedidas e aumento dos investimentos. Já a Política Monetária em 2011 efetivou-se por meio de restrição de crédito ao consumo e elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para pessoas físicas de 1,5% para 3,0% em abril de 2011.

Neste período, o diferencial entre as taxas de juros internacional e doméstica apresentaram uma queda significativa. Com a necessidade de estimular a economia, medidas anticíclicas foram adotadas em agosto de 2012, destacando-se a redução da taxa básica de juros, estímulos creditícios e desoneração tributária. Nesta temporalidade, ocorreu a redução

---

<sup>9</sup>O Plano Brasil Maior, denominado como a nova política industrial, foi instituída através da prorrogação de 12 meses da alíquota de IPI para bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves.

<sup>10</sup>O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). O Regime do Simples Nacional abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IPI, ICMS, ISS e a contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP), (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2018).

das taxas de juros aos tomadores finais através dos bancos. O foco no estímulo ao investimento perdurou por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no qual se destaca o fato de cobrança de juros decrescentes na aquisição de máquinas e equipamentos, pois a taxa de juros de longo prazo em 2009 era de 6% a.a, passando para 5,5% a.a em junho de 2012 e para 5% a.a em janeiro de 2013. No ano de 2013, o combate à inflação tornou-se novamente a prioridade do governo. Em resposta a pressão inflacionária, a taxa básica de juros da economia elevou-se (CAGNIN *ET AL*, 2013).

Conforme Carvalho (2015), a economia brasileira em 2012 apresentou um ciclo de baixo crescimento associado à desaceleração da indústria. Na tentativa de alterar este quadro, a Política Monetária foi redirecionada a redução da taxa de juros visando estimular o consumo e a produção industrial. Através da expansão do crédito, do aumento real da renda, do baixo desemprego e pelo aumento dos gastos governamentais com recursos para os programas de transferência de renda, a demanda provinda do consumo continuou exercendo papel considerável de estímulo para economia. Onde os incentivos a aquisição de bens de capital pelo programa de sustentação do investimento e pelas desonerações tributárias caracterizaram relevante crescimento da FBCF em 2013.

Segundo Contri (2014), o desencadeamento do baixo consumo das famílias, os quais não apresentavam indícios de expansão, dado ao comprometimento da renda atrelado a restrição de crédito e pelo aumento da taxa de juros em 2013, associando-se a desaceleração nos investimentos, acarretou um baixo desempenho do PIB em 2014, levando o governo a ser alvo de críticas em relação ao caminho de direcionamento das políticas econômicas. Nesta conjuntura, questionava-se o fato da persistência do governo em estimular o crescimento através do consumo por um vasto período, variável que não proporciona um crescimento sustentado, trazendo ao cerne do cenário a necessidade de alavancar o crescimento econômico através do investimento.

Os autores, Curado e Nascimento (2015) argumentam que o resultado macroeconômico na gestão do governo Dilma foi provocado pelo equívoco por parte do seu governo na condução das políticas econômicas do Brasil. Apontam que na transição do governo Lula para o governo Dilma em 2011, os indicadores macroeconômicos apresentavam-se satisfatórios, sendo desregulamentados durante sua gestão. E que a desaceleração do crescimento do PIB e o seu distanciamento do centro da meta de inflação tornaram-se aparente no decorrer de sua administração.

Um ponto crucial da gestão Dilma, foi à utilização de políticas anticíclicas para sustentar o desempenho do crescimento econômico, medidas estas que desempenharam papel

fundamental na contenção dos impactos da crise internacional em 2008 e que foram mantidas durante um longo período. A expansão da Política Fiscal ocasionou a redução do superávit primário atrelado à desaceleração do crescimento (CURADO e NASCIMENTO, 2015).

### **2.2.3 Governo Dilma – Segundo Mandato (2015-2016)**

Mediante um cenário em que as políticas expansionistas já não podiam ser utilizadas, em grande parte devido ao aumento no déficit orçamentário, em 2015 ocorreu uma mudança de direcionamento das políticas econômicas aderindo-se ao corte nos gastos, provocando queda acentuada no crescimento econômico, advindo do desestímulo ao investimento, impactando nos níveis de emprego e de renda. Tais medidas proporcionaram críticas na gestão governamental do país, pois os ajustes adotados foram contrários as propostas políticas de Dilma no período eleitoral do ano de 2014 e dos longos processos de tentativas de estabilização dos anos anteriores (CARLEIAL, 2015).

O ano de 2015 é caracterizado por um baixo crescimento econômico, atrelado a elevadas taxas de juros, de inflação e crescimento do desemprego. Entretanto, apesar deste desempenho, foram adotadas Medidas Provisórias na tentativa de aumentar a arrecadação federal e retomar o crescimento da economia. Dentre tais medidas, destacam-se as Medidas Provisórias (MP 664/2014<sup>11</sup> e MP 665/2014<sup>12</sup>), que modificam o acesso aos direitos previdenciários como as regras para concessão de pensão por morte e o aumento do rigor para concessão do abono salarial e do seguro-desemprego.

De acordo com Bolle (2016), uma das características marcantes do governo Dilma, encontra-se na imparcialidade de impulsionar o consumo e os níveis de investimento. Pois as políticas econômicas adotadas giravam a princípio, em volta destes dois componentes da demanda agregada, no propósito de favorecer o desempenho do PIB.

A economia brasileira em 2016 é caracterizada por um forte crescimento de incertezas sobre o direcionamento econômico e político do país. Deste modo, após o afastamento definitivo da presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016, novos direcionamentos e medidas foram traçadas pela nova gestão, na tentativa de proporcionar a recuperação do desempenho econômico do país.

---

<sup>11</sup>Esta Medida Provisória 664/2014, Gerou a Lei nº 13.135, de 17 de Junho de 2015.

<sup>12</sup> Esta Medida Provisória 665/2014, Gerou a Lei nº 13.134, de 16 de Junho de 2015.

#### **2.2.4 Governo Michel Temer – (2016-Presente)**

Após a aprovação do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, quem assume a presidência do Brasil foi o vice presidente Michel Temer. Sua gestão se inicia mediante um cenário de incertezas do rumo econômico e político do país, pois a economia brasileira adentrava-se cada vez mais em um cenário recessivo, com elevada taxa de juros, baixo investimento e baixo nível de confiança dos indivíduos.

Segundo Figueiredo (2017), uma das principais medidas adotadas pela nova administração, foi à aprovação da PEC 55/16 que congela os gastos públicos durante 20 anos. Esta medida fixa limites individualizados para os níveis dos gastos do governo, ocasionando a redução dos patamares de investimentos para as políticas públicas do país.

Deste modo, conforme a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, o objetivo da PEC 55/16 era criar um limite para os gastos públicos, para que a despesa pública não cresça acima da inflação. Os gastos serão ajustados conforme o índice de inflação do país, IPCA acumulada em 12 meses, até o mês de junho do exercício anterior a que se refere à lei orçamentária. Esta proposta terá um prazo de vigência de 20 anos, podendo ser revisada após o décimo ano. Sua atuação abrange o orçamento fiscal e a seguridade social para todos os poderes e órgãos da União, com exceção para as Transferências Constitucionais e para as despesas com eleições, cujas quais não serão ajustadas ao novo teto dos gastos públicos.

Por fim, outra medida que se propagou na economia em 2016, caracterizou-se por meio da redução da taxa de juros SELIC, que em agosto de 2016 encontrava-se em 14,25% a.a reduzindo para 13,75% a.a em novembro de 2016, na tentativa de favorecer o nível de atividade da economia do país, para retornar a linha de crescimento (BACEN, 2017).

Conforme a breve descrição apresentada, o rumo econômico do país se encontra desestruturado mediante as intervenções econômicas adotadas. O cenário de recuperação da economia apresenta-se lento, com leves sinais de recuperação, principalmente no setor industrial. Com isto, espera-se que com os devidos ajustes estruturais, o país retome sua performance de crescimento, aumentando os níveis de investimento, de emprego e de produção mediante a uma estabilidade inflacionária.

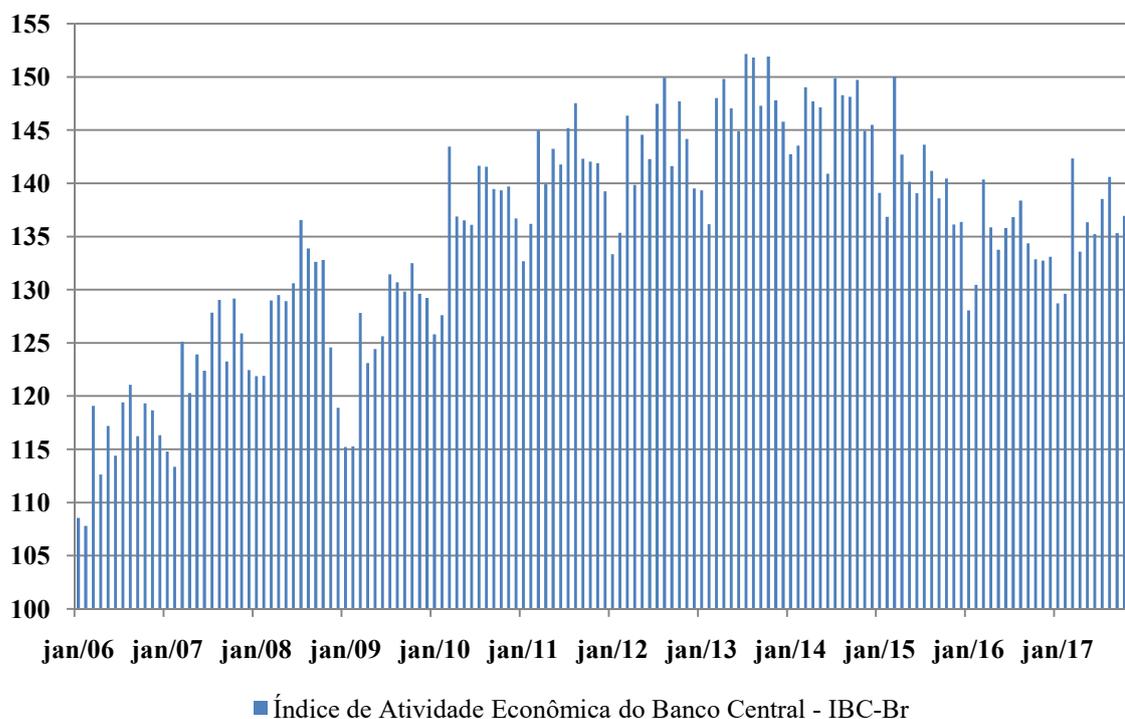
### 3 PERFORMANCE DA ATIVIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA

Neste capítulo analisaremos o comportamento da economia brasileira no período de 2006 a 2016 através dos principais indicadores macroeconômicos. Sendo apresentadas informações consolidadas para maioria dos indicadores, entretanto, para alguns dados serão consideradas suas estimativas, proporcionando assim, uma melhor compreensão das medidas intervencionistas impostas à economia, cujas quais são reflexos do nível da atividade econômica do país.

#### 3.1 Nível da Atividade Econômica

Iniciaremos a verificação do desempenho econômico brasileiro, apresentando de forma sucinta o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – IBC - Br. Por ser um indicador de periodicidade mensal, ele proporciona uma verificação minuciosa da produção estimada para os setores agropecuário, industrial e de serviços, acrescidas dos impostos sobre produtos, contribuindo assim para o planejamento estratégico da Política Monetária (BACEN, 2018).

**Gráfico 1: Índice de Atividade Econômica do Banco Central – IBC-Br**



**Fonte:** Elaboração Própria a Partir de Dados do Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS.  
**Nota:** Número Índice 2002=100

Conforme o Gráfico 1, o IBC-Br apresentou consideráveis oscilações ao longo dos meses do ano de 2006 a 2016, entretanto, estas oscilações mas ascendentes acabavam sendo contrabalanceada por oscilações decrescentes entre os meses do ano de referência ocasionando redução do desempenho da economia. Apesar destas variações, o IBC-Br aponta crescimento da economia de 1,0% para 2017, contra um crescimento negativo de (4,3%) em 2016. O IBC-Br apresenta um reflexo do desempenho econômico do país, embora que sua estimativa não incorpore todos os setores econômicos, o indicador compõe uma considerável representatividade do cenário econômico.

O indicador IBC-Br serve de base para as empresas e investidores tomarem decisões de curto prazo, dado que o indicador antecipa o resultado do PIB. Com isto, este indicador facilita a visão de projeções para atividade econômica do país.

Desta maneira, para uma melhor compreensão do desempenho da economia brasileira, o PIB brasileiro será analisado, comparando-se a participação das grandes regiões do País e de seus respectivos Estados, conforme sua relevância na participação do PIB do Brasil no período de 2006-2015, os dados referentes ao ano de 2016 não foram incorporados para este indicador pelo fato do mesmo não ter sido divulgado oficialmente pelo IBGE.

A Tabela 2 a seguir, apresenta as variações relativas do PIB em relação ao ano anterior, para o Brasil, para as grandes regiões e seus respectivos Estados. Nesta Tabela, é possível verificar a posição dentre as Unidades Federativas que durante o período de estudo (2006-2015) detiveram maiores participações na composição do PIB do país, como também seu crescimento acumulado no mencionado período.

**Tabela 2: Brasil, Regiões e Estados - Variação % Relativa do PIB Sobre o Ano Anterior, Classificação Conforme Média % na Participação do PIB, Taxa de Crescimento Acumulado do PIB no Período de Análise e Participação % das Regiões no PIB do Brasil**

UF	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	Posição	Taxa de crescimento 2015/2006
<b>Brasil</b>	<b>-3,84</b>	<b>0,5</b>	<b>3,01</b>	<b>1,92</b>	<b>3,97</b>	<b>7,53</b>	<b>-0,12</b>	<b>5,09</b>	<b>6,07</b>	<b>3,97</b>	-	<b>26,29</b>
Nordeste	-2,32	3,03	3,2	3,7	3,03	6,7	3,7	5,34	4,72	5,28	-	35,45
Norte	-3,5	-2,32	4,99	-0,41	7,45	14,92	-1,14	6,19	4,99	6,71	-	34,13
Centro-Oeste	-0,98	3,61	1,62	2,92	4,12	5,77	3,66	9,77	7,59	1,56	-	44,65
Sudeste	-5,45	-0,17	1,86	1,6	3,94	7,26	-1,35	4,37	5,43	4,32	-	18,22
Sul	-1,5	-0,1	7,04	1,79	3,64	7,9	-0,68	4,65	9,08	2,05	-	35,94
Maranhão	-5,35	5,25	4,1	7,47	3,95	4,19	0,71	13,47	-2,82	10,85	17º	34,05

(Continua...)

(Continuação.)

UF	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	Posição	Taxa de Crescimento 2015/2016
Piauí	-3,82	11,81	1,62	2,27	7,54	8,41	8,96	8,44	-3,41	16,82	23º	48,71
Ceará	-3,96	7,19	4,59	0,16	4,37	8,89	3,65	9,29	2,67	6,07	13º	42,56
Rio Grande do Norte	-1,79	-2,77	3,26	4,89	4,59	7,86	-0,23	0,94	8,02	7,37	18º	26,93
Paraíba	-1,71	5,84	1,54	6,07	2,2	2,28	4,77	7,9	3,29	11,16	19º	36,73
Pernambuco	-6,24	1,91	2,59	7,64	4,64	12,39	5,56	3,64	5,76	3,44	10º	43,57
Alagoas	4,87	1,9	0,09	1,4	7,71	3,49	1,23	2,99	7,32	5,22	20º	35,27
Sergipe	-4,65	-1,67	0,05	4,56	1,77	12,19	-5,56	8,08	4,24	6,57	21º	19,17
Bahia	1,41	1,36	4,37	1,52	-0,4	3,25	5,65	2,3	7,73	1,14	7º	30,42
Rondônia	-0,43	1,39	-3,86	1,17	6,48	11,79	6,34	10,06	3,91	-2,28	22º	42,14
Acre	-6,19	8,76	5,28	4,95	-0,96	3,87	7,69	7,96	10	1,53	26º	48,3
Amazonas	-7,44	-3,24	6,94	-5,38	7,27	11,06	-2,08	1,73	2,29	10,07	15º	10,01
Roraima	-1,52	0,27	8,7	-2,18	1,56	7,96	9,16	5,89	3,85	11,52	27º	38,2
Pará	-2,64	-4,71	5,31	0,5	10,21	23,67	-5,73	8,08	5,93	6,28	12º	44,46
Amapá	-4,13	-2,65	6,67	9,6	5,45	1,43	0,43	6,27	6,97	14,85	25º	33,22
Tocantins	2,38	2,04	7,02	4,45	3,24	10,53	5,29	9,28	10,64	5,18	24º	69,63
Mato Grosso do Sul	-2,47	5,78	3,81	4,21	7,67	10,33	1,67	10,67	5,99	5,28	16º	58,12
Mato Grosso	-1,66	5,22	4,17	6,73	12,79	-0,93	-0,2	18,94	16,37	-16,07	14º	77,58
Goiás	-2,48	1,13	1,43	5,98	4,88	6,04	5	6,1	9,31	6,72	9º	43,58
Distrito Federal	1,21	4,07	-0,28	-1,64	-1,02	6,96	5,04	8,56	3,65	4,7	8º	29,25
Minas Gerais	-6,84	-1,84	2,64	2,41	5,2	12,67	-3,86	6,56	6,19	5,74	3º	23,94
Espírito Santo	13,38	1,82	-6,64	2,15	14,68	13,68	10,53	9,26	6,59	6,49	11º	14,26
Rio de Janeiro	-8,97	-0,95	1,65	3,87	5,23	5,94	-3,52	7,43	1,46	4,04	2º	11,61
São Paulo	-3,25	0,45	2,34	0,53	2,44	5,95	0,75	2,43	6,61	3,93	1º	19,41
Paraná	0,37	-3,22	8,61	2,91	5,4	5,61	-1,3	3,32	12,76	1,14	5º	38,99
Santa Catarina	-4,83	4,84	4,04	2,08	4,54	9,83	-0,97	7,66	7,02	4,59	6º	38,82
Rio Grande do Sul	-1,06	-0,16	7,48	0,52	1,43	8,89	0,1	4,09	6,92	1,39	4º	31,33
<b>PARTICIPAÇÃO % DAS REGIÕES NO PIB DO BRASIL</b>												
<b>Brasil</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-
Nordeste	14,15	13,93	13,59	13,56	13,33	13,45	13,56	13,06	13,03	13,20	-	7,25
Norte	5,35	5,33	5,49	5,38	5,51	5,33	4,99	5,04	4,99	5,04	-	6,21
Centro-Oeste	9,67	9,39	9,11	9,23	9,14	9,13	9,28	8,94	8,56	8,44	-	14,54
Sudeste	54,02	54,94	55,31	55,93	56,11	56,13	56,27	56,96	57,36	57,71	-	-6,39
Sul	16,81	16,41	16,51	15,89	15,91	15,96	15,90	15,99	16,06	15,62	-	7,64

**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**Nota:** Variação calculada a partir do valor do PIB a preços constantes de 2015, deflacionado pelo deflator implícito do PIB. Os dados referentes ao período 2006-2015 correspondem às informações do sistema de contas nacionais – produto interno bruto dos municípios.

Ao observar o comportamento do PIB das grandes regiões do Brasil, evidencia-se que nesta trajetória 2006-2015 as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul obtiveram um crescimento do PIB acima do observado para o Brasil, enquanto a região Sudeste apresentou um crescimento abaixo da média nacional. Em 2009, quando a variação real do PIB do Brasil foi decrescente em (0,12%), conforme a Tabela 2, as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram variações crescentes de 3,70% e 3,66%, enquanto as demais regiões decresceram em: (0,68%) a região Sul, (1,14) a região Norte e (1,35%) a região Sudeste. Já em 2015 a variação real do PIB do Brasil foi negativa em (3,84%) o pior resultado da série analisada. Neste ano todas as regiões do país decresceram, sendo os melhores desempenhos das regiões Centro-Oeste (0,98%), Sul (1,50%), Nordeste (2,32%) e os piores desempenhos das regiões Norte (3,50%) e Sudeste (5,45%).

O impacto da redução do PIB das grandes regiões no PIB do Brasil em 2015 torna-se mais perceptível ao verificarmos a parcela que cada região detém no PIB total do país. Conforme a Tabela 2, a região Sudeste apresenta uma representatividade no PIB do país equivalente a 54,02%, a região Norte 5,35%, a região Nordeste 14,15%, a região Sul 16,81% e a região Centro-Oeste 9,67%. Deste modo, a redução do PIB da região Sudeste em 2015 representa um drástico desempenho para economia do Brasil, combinada ao desempenho das demais regiões, já que a região Sudeste sozinha contribui com mais de 50% do PIB.

Também com relação à participação das grandes regiões no PIB do Brasil, verifica-se uma relevante redução da participação da região Sudeste no período de estudo correspondente a (6,39%). Esta foi à única região que apresentou redução consecutiva de sua participação no PIB, onde detinha participação de 57,71% do PIB do Brasil em 2006, passando para 54,02% em 2015. Em contrapartida ao desempenho da região Sudeste, a região Nordeste mostrou-se mais dinâmica, pois a região obteve crescimento de 7,25% na participação do PIB do Brasil entre 2006-2015. Embora tenha apresentado leves reduções na participação do PIB nos anos de 2007, 2010 e 2011, a região ganha espaço na contribuição do PIB após 2011, ver Tabela 2.

O desempenho da economia brasileira durante o período 2006-2015 apresentou consideráveis oscilações na variação real do PIB, apresentando retração econômica nos anos de 2009 e 2015 conforme apresentado na Tabela 2 acima. Durante os anos 2006-2008 seu desempenho foi condizente com as medidas intervencionistas propostas no mandato do presidente Lula para expandir o crescimento da economia. As intervenções através dos programas governamentais como o PAC, das transferências de renda e da disponibilidade de crédito tiveram grande participação para este resultado.

Destaca-se o crescimento real de 6,07% do PIB em 2007, ante o crescimento real do PIB de 3,97% em 2006 de acordo com a Tabela 2 acima. Este resultado justifica-se pela sustentação do nível de consumo das famílias e pela ascensão do desempenho da FBCF no ano de 2007. Ao analisar a participação da região Nordeste no PIB do Brasil, observa-se que a região Nordeste contribuiu com 13,03% em 2007 na qual os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará foram os destaques do desempenho da região correspondendo respectivamente a 30,85%, 17,62%, 14,34%, na participação do PIB da região Nordeste. Em contrapartida ao desempenho da participação do PIB nordestino no PIB Brasil neste mesmo período, o Estado de São Paulo contribuiu ao PIB do Brasil em 34,40% resultado considerado por conta da alta concentração produtiva no respectivo Estado.

Já o desempenho econômico de 5,09% em 2008 continuou sendo sustentado pelo desempenho da demanda interna, apesar de indícios do impacto da crise financeira internacional restringir a oferta creditícia e as expectativas dos agentes. A repercussão da crise financeira internacional proporcionou a retração da variação real do PIB em 2009 de (0,12%). Neste ano a participação da FBCF apresenta uma relevante contração, enquanto o consumo das famílias apresenta uma leve redução, apesar de estar sendo provida por meio da manutenção da oferta creditícia pelos bancos públicos, pelas políticas de transferências de renda e pela estabilidade do mercado de trabalho.

Em 2009 os Estados que apresentaram variações reais negativa contribuindo na retração do PIB do Brasil foram: Rio Grande do Norte, Sergipe, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Dentre estes os Estados que puxaram o PIB para baixo com maior intensidade, foram os Estados das regiões Sudeste e Sul do país, conforme a Tabela 2 acima.

Durante esses anos a participação do governo na tomada de decisões repercutiu positivamente no desempenho econômico do Brasil, pois de 2006 a 2010 o índice de crescimento da economia foi ascendente, apresentando uma leve redução em 2009 em razão da vulnerabilidade externa que sobreveio da crise financeira.

Em virtude do resultado econômico de 2009, o governo interviu na economia através das políticas anticíclicas, proporcionando estímulos à demanda interna através da manutenção do consumo, do investimento e pela redução do IPI para a indústria automobilística. Por meio destas ações, a variação real do PIB do Brasil em 2010 foi de 7,53% e as variações reais das regiões Nordeste, Norte e Sudeste foram de 6,70%, 14,92% e 7,26%, apresentando o melhor desempenho econômico no período de 2006-2015. Mediante excepcional resultado em 2010, a participação percentual relativa do PIB do Brasil declinou nos seguintes Estados: Acre,

Amapá, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

O primeiro ano da gestão do governo Dilma é caracterizado pela performance do PIB em 2011 de 3,97% ante 7,53% do ano anterior, ver a Tabela 2 acima. Tal desempenho ocorreu por meio da pressão inflacionária que ascendia na economia evidenciando a necessidade de políticas restritivas e pelas alterações do setor externo. A inflação neste ano alcançou o teto da margem superior de 6,5%, e o desempenho da indústria desde então, passou a apresentar declínio no decorrer dos anos seguintes. A partir deste ano, a participação da região Nordeste no PIB foi ascendente enquanto a participação do Estado de São Paulo decresceu de 2011 a 2014, com uma leve recuperação em 2015.

O resultado da variação real do PIB em 2012 de 1,92% refletiu os impactos das medidas intervencionistas adotadas pelo governo, servindo de alerta para se examinar as políticas macroeconômicas adotadas no propósito de impulsionar o crescimento do PIB no país. O patamar das variações percentuais de participação no PIB pela ótica da despesa dos gastos governamentais e da FBCF reduziram no respectivo ano comparado ao do ano anterior.

Em 2013 o PIB ascende com uma variação real de 3,01%, ver Tabela 2 acima, apesar da persistência de declínio do setor industrial na participação do PIB, o setor de serviços apresentou crescimento consecutivo e o setor agropecuário volta ao patamar de participação que detinha em 2009. No respectivo ano o consumo das famílias, a FBCF e os gastos governamentais aumentaram sua participação no PIB, embora o saldo comercial tenha declinado.

O ano de 2014 é marcado por uma variação real de apenas 0,5% conforme a Tabela 2 acima, fruto do declínio das regiões Sudeste em (0,17%), da região Sul (0,10%) e da região Norte em (2,32%). Neste ano a participação da FBCF reduziu ante a participação do ano anterior. O patamar de consumo das famílias cresceu associado ao aumento dos gastos do governo, enquanto o saldo comercial atinge seu pior resultado do período analisado.

O desempenho da economia brasileira em 2015 é marcado pelo pior resultado do PIB da série analisada ver Tabela 2 acima. Neste ano a variação real decresceu em (3,84%) advindo da incerteza do direcionamento econômico do país e dos ajustes macroeconômicos que foram adotados. Mesmo que a participação do consumo das famílias tenha alcançado a maior participação no PIB entre 2006-2015 o inverso ocorreu com a FBCF a qual sua participação percentual decresceu. Tal resultado da FBCF é refletido no baixo desempenho do setor industrial, que mesmo com as políticas econômicas de incentivo para o setor, sua recuperação caminhará lentamente. Enquanto o setor industrial obteve declínio o setor de

serviços expandiu-se alcançando sua maior participação no PIB no período analisado. No que tange as taxas de inflação durante a gestão do governo Dilma seu percentual se manteve acima da meta, mas dentro da banda superior com exceção para o ano de 2015 em que a inflação disparou fechando o ano na taxa de 10,67%, para maiores detalhes consultar o Apêndice A.

A região Nordeste ao longo do período de 2006-2015 conforme a Tabela 2 acima apresentou um crescimento real do PIB de 35,45%, sendo destacados os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará como os três maiores Estados da região Nordeste que detém maior contribuição no desempenho do PIB da região. Este crescimento da região Nordeste foi superior a variação real do PIB do Brasil, e das regiões Norte e Sudeste do país, cujas quais correspondem a 26,29%, 34,13%, 18,22%, ficando o crescimento do Nordeste abaixo das regiões Centro-oeste e Sul, que apresentaram crescimento de 44,65% e 35,94%, para o período analisado.

Os 5 maiores Estados do Brasil com participação no PIB do Brasil neste período foram: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, portanto, nenhum Estado do Nordeste se encontra neste ranking. Estas Unidades Federativas estão localizadas nas regiões Sudeste e Sul, apesar de sua extensão territorial ser inferior as demais regiões, suas contribuições na participação real do PIB são as 2 maiores do país, em média aproximada de 56,07% e 16,11%, respectivamente no decorrer do período de estudo.

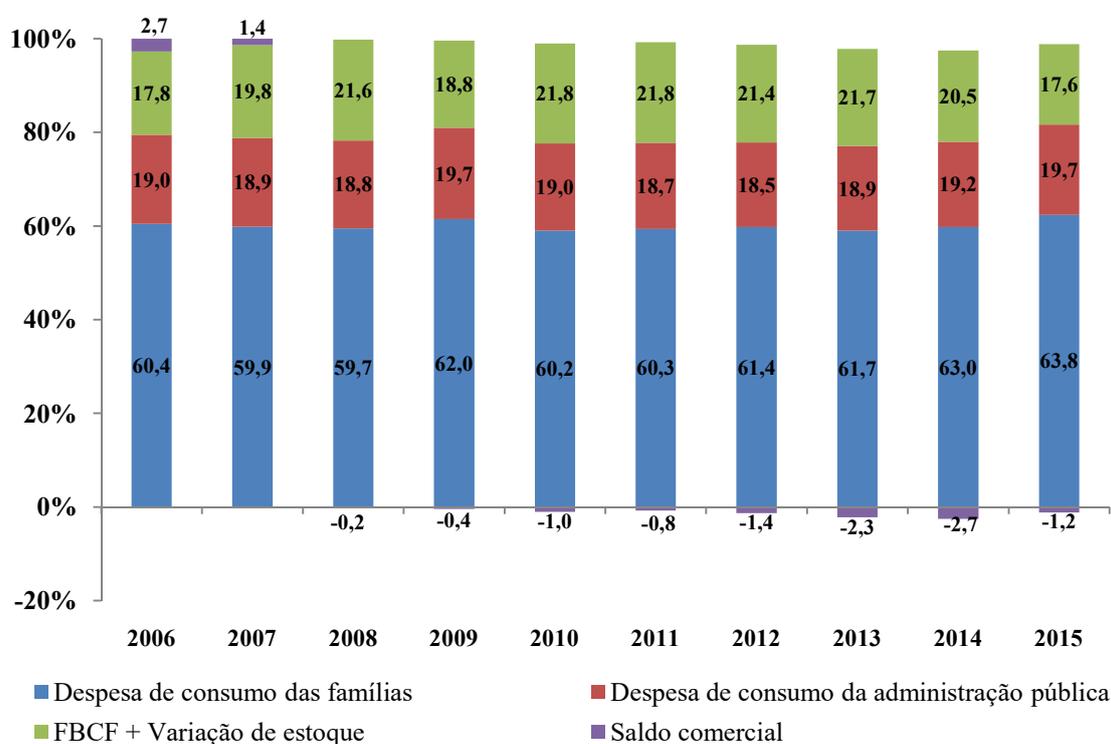
Um fator relevante observado caracteriza-se pelo desempenho da variação percentual do PIB da região Nordeste, a qual no período analisado apresentou crescimento negativo apenas em 2015, mantendo-se na maioria dos anos superior a variação real do Brasil, estando abaixo da variação real do Brasil apenas nos anos 2007, 2010 e 2011. Os fatores que levaram a variação real do PIB nordestino ficar abaixo da variação real nacional ocorreram em 2007 por conta do crescimento negativo da variação real dos Estados do Maranhão e do Piauí em (2,82%) e (3,41%) respectivamente. Em 2010 por meio do desempenho da variação do Estado da Bahia equivalente a 3,25% ante a variação do ano anterior de 5,65% e no ano de 2011 pelo crescimento negativo da variação da Bahia em (0,40%) e pelo declínio da variação real de Pernambuco e Ceará em 4,64%, 4,37% respectivamente, ante a variação de 12,39% e 8,89% do ano anterior.

Seguindo na verificação do PIB, sabe-se que o PIB pode ser analisado também pela ótica da despesa e da produção, e que em ambas as óticas o resultado final será o mesmo, o diferencial é que por meio destas óticas, podemos verificar com maior precisão o desempenho dos setores da economia em determinado período. Até agora, verificamos o desempenho do

PIB de maneira agregada. A seguir, será apresentado o desempenho do PIB do Brasil através da ótica da despesa, representado pelo Gráfico 2, no qual apresenta a participação relativa dos agregados do consumo das famílias, da FBCF + variação de estoques, dos gastos do governo e do saldo comercial.

Ao observar a composição do PIB do Brasil segundo a ótica da despesa no período 2006-2015, evidencia-se que o maior agregado em média aproximada na participação do PIB foi o consumo das famílias, 61,2%, seguida pela FBCF, 20,3%, gastos do governo, 19,0% e pelo saldo comercial (0,6%), onde o saldo comercial corresponde aos valores da exportação menos a importação em cada período.

**Gráfico 2: Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Despesa no Brasil**



**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados IBGE - Contas Nacionais Trimestrais.

O consumo das famílias a preços constantes apresentou uma expansão relativa em torno de 33,52%, elevando-se de R\$ 2.869.264 para R\$ 3.830.977 entre 2006 e 2015, (ver Quadro 2) no Apêndice A. Sua participação no PIB expandiu ao longo do período em 3,4%, conforme o Gráfico 2. Este componente foi o que alcançou a maior variação real, comparado aos demais agregados da ótica da despesa. Durante a gestão do governo Lula, o consumo obteve seu ápice na participação do PIB em 2009 com um crescimento real de 3,60% em relação a 2008.

O desempenho da FBCF na participação do PIB entre 2006-2015 reduziu em (0,2%) conforme o Gráfico 2. A FBCF atingiu em 2015 um crescimento relativo de 24,94% em relação ao ano de 2006, o equivalente a uma variação real de R\$ 845.832 para R\$ 1.056.785 no período. A FBCF alcançou destaque na recuperação real de 24,72% em 2010, em relação à forte queda ocorrida em 2009, onde os investimentos retraíram (13,17%) quando comparado ao ano de 2008, conforme o (Quadro 2) no Apêndice A. Entre os anos 2008-2010 verifica-se o impacto das políticas macroeconômicas para atenuar os impactos da crise financeira internacional no Brasil. Sendo que na gestão Dilma, a FBCF começa a reduzir sua participação no PIB após o ano de 2013.

A despesa de consumo da administração pública teve uma variação positiva de 30,93%, referente à variação real de R\$ 903.869 em 2006, para R\$ 1.183.466 em 2015, ver (Quadro 2) no Apêndice A para maiores detalhes. Sua participação na composição do PIB do Brasil cresceu 0,7% entre 2006-2015. O desempenho do saldo comercial inicia-se com superávits de 2,7% e 1,4% na participação do PIB, o equivalente a preços constantes de R\$ 128.513 e R\$ 68.622 em 2006 e 2007 respectivamente, ver (Quadro 2) no Apêndice A. Após o ano de 2008 o saldo comercial começa a apresentar déficits sucessivos, obtendo o maior déficit do período em 2014, correspondente a (2,7%), ver Gráfico 2 acima.

Conforme as informações apresentadas da composição do PIB pela ótica da demanda, verificamos que o consumo das famílias é o agregado que detém maior participação dentre os demais componentes. Deste modo, é interessante verificar o comportamento da Intenção de Consumo das Famílias (ICF), apresentada na Tabela 3. A Tabela trás informações da ICF Total, da ICF com renda inferior a 10 Salários Mínimos e com renda superior a 10 Salários Mínimos.

**Tabela 3: Evolução da Intenção de Consumo das Famílias**

<b>Índice (Em Pontos)</b>	<b>ICF (Total)</b>	<b>ICF (- 10 SM)</b>	<b>ICF (+ 10 SM)</b>
Dez/10	143,4	141,9	152,4
Dez/11	137,2	135,8	146,7
Dez/12	138,0	136,5	145,3
Dez/13	129,5	129,3	131,7
Dez/14	119,5	119,6	119,9
Dez/15	76,5	76,3	78,0
Dez/16	76,2	74,5	85,7

**Fonte:** Elaboração Própria a partir do dados da Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo - CNC.

**Nota:** Dados disponíveis a partir do ano de 2010.

A ICF é um importante indicador para o planejamento do comércio e serviço, pois ele apresenta a visão atual das pessoas sobre sua perspectiva de consumo tanto presente como

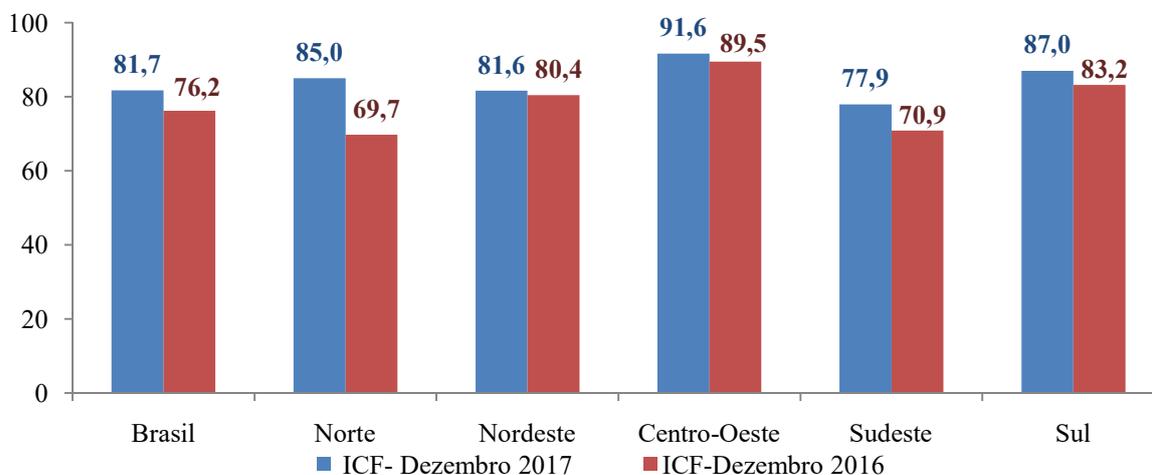
futura, ao considerar seu nível de renda atual e sua estabilidade profissional e financeira. Este indicador apresenta o grau de satisfação e de insatisfação dos consumidores, pois se o resultado do indicador estiver abaixo de 100, indica uma percepção de insatisfação do consumidor, caso o resultado seja superior a 100 com limite superior de 200, a percepção é de satisfação do consumidor (CNC, 2017).

De acordo com a Tabela 3, a ICF registrou seu melhor desempenho no ano de 2010 com ICF (total) de 143,4 pontos. Durante o período 2010 a 2016, a variação da ICF (total) reduziu em (46,8), a ICF (-10 SM) em (47,5) e a ICF (+10 SM) em (43,7). A ICF (total) saiu de um patamar de satisfação em 2014 de 119,5 pontos, para um patamar de insatisfação de 76,2 pontos. Este indicador acompanha o cenário de desaceleração econômica do país, a qual acaba impactando nas expectativas dos agentes.

Quando comparada a ICF por faixas de renda, observa-se que a ICF (+10 SM), é superior a ICF (-10 SM) e da ICF (total) em todo o período analisado. Entretanto, após 2015 o patamar da ICF de ambas é de insatisfação. Sendo os maiores níveis de insatisfação para as famílias com renda inferior a 10 salários mínimos.

O Gráfico 3 a seguir, apresenta o desempenho recente da ICF para o Brasil e para grandes regiões comparando-se a ICF de dezembro de 2017 ante a ICF de dezembro de 2016. De acordo ao Gráfico 3, verifica-se que a ICF cresceu em 2017 no Brasil e nas grandes regiões. Este crescimento está atrelado ao cenário de perspectivas de crescimento econômico, com baixa taxa de juros e inflação, que em conjunto fazem com que as pessoas se sintam mais confiantes.

**Gráfico 3: Intenção de Consumo das Famílias – ICF**



**Fonte:** Elaboração Própria a partir do dados da Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo - CNC.  
**Nota:** (\*) A ICF leva em consideração os seguintes indicadores: Emprego atual, perspectiva profissional, renda atual, compra a prazo, nível de consumo atual, perspectiva de consumo e momento para duráveis.

O comportamento da ICF no Brasil em relação ao mesmo período do ano anterior aumentou 7,2% em 2017, obtendo 81,7 pontos ante 76,2 pontos do ano de 2016. Embora o índice tenha aumentado, este resultado é insatisfatório, pois a ICF encontra-se abaixo de 100. Embora a região Nordeste tenha apresentado a menor variação em comparação ao mesmo período do ano anterior (1,4%), a região alcançou uma variação mensal em relação a novembro de 2017 de 3,2%, ficando acima das regiões Sul, Centro-Oeste, Norte, Sudeste e do Brasil que detiveram variações mensais equivalentes a (2,9%), 0,3%, 1,7%, 2,8%, 1,9%, respectivamente ver (Quadro 3) no Apêndice A.

A Intenção de Consumo das Famílias com faixa de renda de até 10 salários mínimos apresentou resultado de 79,0 pontos em dezembro de 2017 ante 74,5 pontos de dezembro de 2016, o que equivale a uma variação anual de 6,1%. Já para as famílias com faixa de renda de mais de 10 salários mínimos, a variação anual foi correspondente a 11,2% equivalente a 95,3 pontos em dezembro de 2017 ante 85,7 pontos de dezembro de 2016. A população ao tomar conhecimento do comportamento da economia do país, passa a ter maiores níveis de confiança no direcionamento econômico, com isto, sua intenção de consumo tende a aumentar, provindos do aumento dos níveis de emprego, pela estabilidade no emprego e financeira e pela redução dos níveis de inflação, que são fatores essenciais para manter o nível de consumo (Quadro 3) no Apêndice A.

Ademais, verifica-se que o cenário de intensificação da ICF está em fase de recuperação, pois em todas as regiões a ICF está crescendo. Este resultado demonstra indícios para o crescimento do comércio varejista, para isto, a seguir será analisado na Tabela 4 o comportamento das vendas do comércio varejista no acumulado do ano para o Brasil, o Nordeste e seus respectivos Estados.

O Brasil e a região Nordeste apresentam seu melhor desempenho em 2010 conforme a Tabela 4, apresentando a partir do ano de 2012 reduções consecutivas no total das vendas acumuladas do comércio varejista, alcançando patamares negativos em 2015 e 2016. A região Nordeste apresenta na maioria dos anos uma superioridade em termos das vendas acumuladas a do Brasil, tendo se apresentado inferior ao Brasil apenas nos anos de 2008, 2015 e 2016, deparando-se a região Nordeste neste último ano com sua maior redução, a qual corresponde a (9,1%).

Uma possibilidade para o desempenho nordestino ter ficado abaixo do desempenho brasileiro em 2008, pode ter sido ocasionado pela redução das vendas do comércio varejista do Estado do Ceará que apresentou um resultado acumulado correspondente a 7,6% ante 10,9% do ano anterior, de Pernambuco em 6,7% ante 10,9% do ano anterior e da Bahia em

7,6% ante 9,9% do ano anterior, ver Tabela 4. Já nos anos de 2015 e 2016, todas as localidades apresentaram variações acumuladas negativas, onde as três maiores economias nordestina apresentaram drásticas reduções. O Estado do Ceará apresenta em 2016 uma variação de (7,1%) ante (4,2%) do ano anterior, Pernambuco (10,4%) ante (7,6%) do ano anterior e a Bahia, (12,6%) ante (7,8%) do ano anterior.

**Tabela 4: Vendas Acumuladas do Comércio Varejista do Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste**

<b>Acumulado no Ano</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Brasil	6,4%	9,6%	9,0%	6,0%	10,9%	6,6%	8,4%	4,4%	2,3%	-4,2%	-6,7%
Nordeste	8,4%	10,0%	7,3%	7,1%	11,9%	7,0%	9,2%	5,1%	4,0%	-6,1%	-9,1%
Maranhão	18,1%	14,2%	9,1%	4,1%	17,0%	9,5%	11,8%	8,4%	5,8%	-6,8%	-7,4%
Piauí	11,1%	0,2%	8,1%	13,4%	4,5%	5,0%	7,1%	3,8%	2,6%	-4,5%	-9,0%
Ceará	9,6%	10,9%	7,6%	9,6%	14,1%	8,0%	9,5%	3,8%	5,8%	-4,2%	-7,1%
Rio Grande do Norte	10,3%	7,8%	11,0%	4,3%	9,4%	6,9%	6,8%	9,6%	3,2%	-3,6%	-9,6%
Paraíba	8,0%	6,6%	10,1%	0,8%	18,7%	14,1%	9,6%	9,3%	2,8%	-10,1%	-2,3%
Pernambuco	6,4%	9,9%	6,7%	5,4%	12,0%	6,7%	10,7%	6,4%	3,0%	-7,6%	-10,4%
Alagoas	18,2%	19,8%	5,8%	8,1%	12,6%	3,5%	8,4%	7,0%	4,7%	-8,1%	-6,8%
Sergipe	5,2%	9,9%	3,9%	13,2%	12,9%	0,5%	5,5%	3,1%	1,5%	-1,3%	-10,5%
Bahia	9,8%	9,9%	7,6%	7,1%	10,3%	7,1%	9,8%	2,7%	4,7%	-7,8%	-12,6%

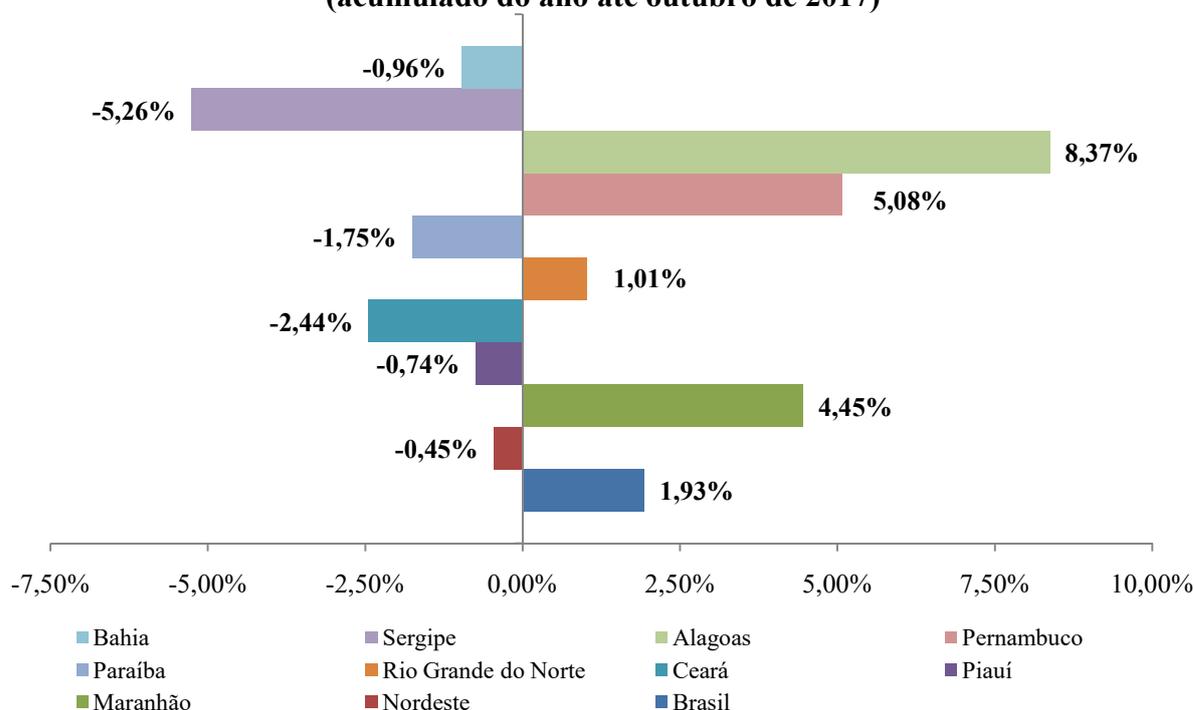
**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.

Deste modo, o desempenho apresentado das vendas acumuladas do comércio varejista se intensificou com a desaceleração econômica do país, pois os indivíduos se depararam com restrições quanto à disponibilidade de renda para o consumo. O setor é um dos primeiros a notar o impacto das mudanças estruturais da economia, pois as vendas dependem de fatores como, o nível de renda do consumidor, nível de emprego, das condições de negociação, como também do nível de acesso ao crédito.

A seguir será apresentado o percentual acumulado recente para as vendas do comércio varejista do Brasil, Nordeste e de seus Estados. Como podemos ver no Gráfico 4, as vendas do comércio varejista no acumulado do ano até outubro de 2017, alcançou uma variação para o Brasil de 1,93%. Este resultado é considerado de baixo desempenho, porém considerável, por conta dos ajustes macroeconômicos e do cenário de incertezas que se perduravam na economia, cujos quais estão se deteriorando pouco a pouco, dado as expectativas de recuperação da economia, como apresentado anteriormente com o crescimento gradual da ICF, que lentamente esta evoluindo. Com isto, o setor do comércio tende a apresentar crescimento nos próximos períodos.

Dentre os Estados do Nordeste, os que apresentaram variações positivas foram Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão com variações acumuladas no ano até outubro de 2017 de 8,37%, 5,08%, 1,01%, 4,45%. Enquanto os Estados da Bahia, Sergipe, Paraíba, Ceará e Piauí obtiveram variações decrescentes de (0,96%), (5,26%), (1,75%), (2,44%), (0,74%), respectivamente. Este resultado das vendas do comércio varejista dos Estados do Nordeste é compatível ao nível da ICF da região, que conforme apresentado, foi à região que deteve a segunda menor variação anual em 2017.

**Gráfico 4: Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste: Vendas do Comércio Varejista (acumulado do ano até outubro de 2017)**



**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.

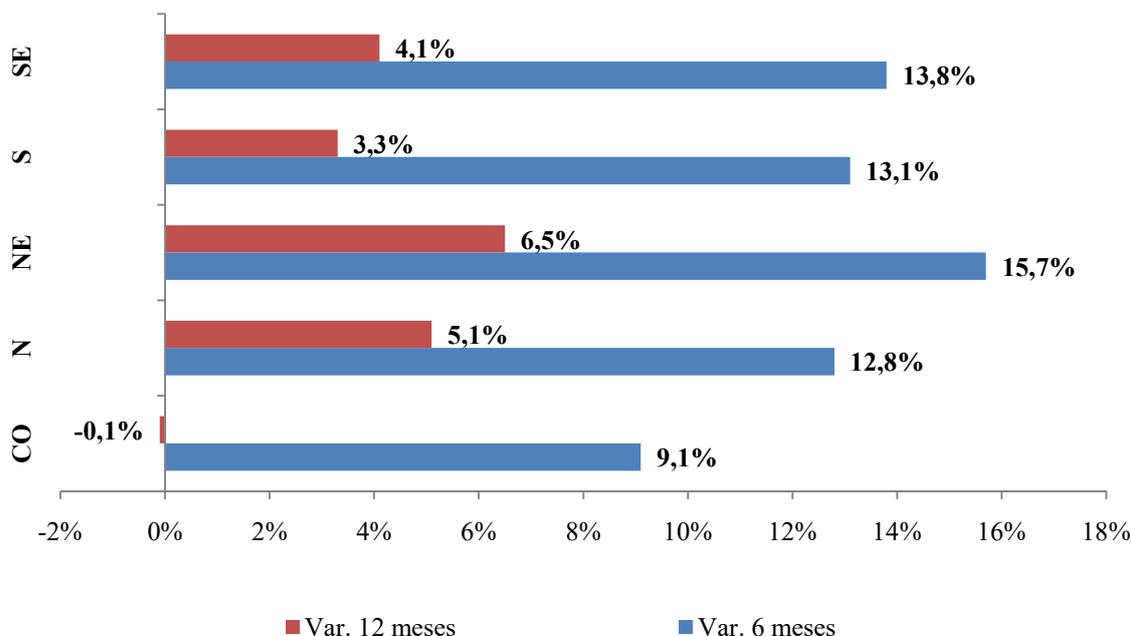
**Nota:** Índice de volume de vendas no comércio varejista (Número índice). Índice base fixa com ajuste sazonal (2014=100). Variação relativa no acumulado do ano até outubro de 2017.

A região Nordeste alcançou variação de (0,45%) no acumulado do ano até outubro de 2017, resultado inferior ao do Brasil que foi equivalente a 1,93%. Este resultado da região Nordeste é afetado pelo crescimento negativo nas variações do acumulado do ano até outubro de 2017 dos Estados do Piauí, Ceará, Paraíba, Sergipe e da Bahia, onde 2 dos três maiores Estados que detêm participação no PIB do Brasil, Bahia e Ceará, estão entre os Estados de baixo desempenho no acumulado das vendas do comércio varejista conforme demonstrado no Gráfico 4.

Seguindo esta linha de análise do comportamento dos consumidores, quanto a sua intenção de consumo e do comportamento das vendas do comércio varejista, verificamos no

Gráfico 5 a seguir, a evolução da demanda dos consumidores por crédito nas grandes regiões do Brasil. O gráfico apresenta a variação da demanda de crédito dos consumidores em 12 meses e em 6 meses com base em novembro de 2017.

**Gráfico 5: Evolução da Demanda dos Consumidores por Crédito nas Grandes Regiões**



**Fonte:** SERASA.

**Nota:** variação percentual dos últimos 6 meses e 12 meses, com base em novembro de 2017. CO – Centro-Oeste, N – Norte, NE – Nordeste, S – Sul, SE – Sudeste.

Conforme o Gráfico 5, a demanda por crédito nos últimos 6 meses foi elevada em todas as regiões, tendo apresentado o maior crescimento na região Nordeste, que deteve uma variação relativa de 15,7% na demanda por crédito nos últimos seis meses, ante a variação relativa de 6,5% em doze meses.

A demanda por crédito na região Sudeste passou de uma variação em doze meses de 4,1% para 13,8% em seis meses. A demanda por crédito na região Sul nos últimos seis meses cresceu 13,1% e a região Norte aumentou sua demanda por crédito em 12,8%. Dentre as grandes regiões do país, apenas a região Centro-Oeste apresentou uma redução na variação relativa da demanda dos consumidores por crédito nos últimos doze meses (0,1%).

Comparando-se a evolução da demanda por crédito dos consumidores nas grandes regiões do país, verifica-se que nos últimos seis meses, a procura por crédito cresceu mais do que quando comparada a variação dos últimos doze meses. Este aumento da demanda por crédito é fruto da contínua redução da taxa de juros SELIC que se encontrava no patamar de 13,75% a.a em novembro de 2016 passando para 7,50% a.a em novembro de 2017,

proporcionando assim, uma maior facilidade para aquisição de empréstimos por parte da população, devido às taxas de juros cobradas pelos bancos estar mais baixa na aquisição do empréstimo.

Deste modo, com o crescimento da disponibilidade de crédito, a população tende a expandir sua ICF em virtude do cenário de baixa inflação no país, passando a consumir mais, ocasionando um crescimento nas vendas do comércio varejista favorecendo o aquecimento do mercado. Entretanto, para que ocorra aumento do consumo, é necessário a disponibilidade de recursos financeiros, seja este advindo de sua remuneração salarial ou através de empréstimos financeiros. Como vimos no Gráfico 5 acima, o crescimento na busca de aquisição de crédito nas grandes regiões expandiu-se,entretanto, este aumento na demanda por crédito pode estar relacionado ao fator da busca de crédito para quitação de dívidas ou até mesmo para realizar seus desejos de consumo.

A seguir será apresentada na Tabela 5, uma síntese do comportamento do endividamento das famílias em relação ao total de familiares que se encontram endividadas, as que estão com contas ou dívidas em atraso e para aquelas que não terão condições de pagar. O total de endividados considera o total percentual de famílias endividadas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro, conforme as informações obtidas pela Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo (CNC).

**Tabela 5: Endividamento das Famílias (% em relação ao total de familiares)**

	<b>Total de Endividados</b>	<b>Dívidas ou Contas em Atraso Mensal*</b>	<b>Não Terão Condições de Pagar Anual</b>
Novembro de 2016	59,6%	24,4%	9,5%
Outubro de 2017	61,8%	26,0%	10,1%
Novembro de 2017	62,2%	25,8%	10,1%

**Fonte:** Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo - CNC.

O total de famílias endividadas aumentou 2,6 pontos percentuais, passando de 59,6% em novembro de 2016 para 62,2% em novembro de 2017. Neste período ocorreu um crescimento consecutivo do percentual das famílias endividadas a partir do mês de junho de 2017 levando a alcançar em novembro de 2017 o maior percentual do total de endividados em

12 meses. Dentre estes percentuais de famílias endividadadas, as que possuem renda inferior a 10 salários mínimos avançou 2,5 pontos percentuais entre novembro de 2016 e novembro de 2017 já para as famílias com renda superior a 10 salários mínimos o crescimento foi superior, o equivalente a uma expansão em 3 pontos percentuais neste mesmo período.

O percentual das famílias com dívidas ou contas em atraso, conforme a Tabela 5, de novembro de 2016 a outubro de 2017 aumentou 1,6 pontos percentuais, tendo apresentado uma redução de 0,2 pontos percentuais na comparação entre outubro de 2017 a novembro de 2017. De novembro de 2016 a novembro de 2017, o percentual total das famílias com dívidas ou contas em atraso oscilou ao longo dos meses do ano, tendo alcançado neste período um aumento de 1,4 pontos percentuais no total das famílias.

Observando este percentual de dívidas em atraso por níveis de renda, verifica-se que as famílias com dívidas em atraso que possuem menos de 10 salários mínimos passaram de 27,5% em novembro de 2016 para 29,1% em novembro de 2017. Já as contas em atraso das famílias que detém renda superior a 10 salários mínimos avançaram de 10,9% para 11,7%, um crescimento de 0,8 pontos percentuais entre novembro de 2016 e novembro de 2017 conforme os dados apresentados pelo (Quadro 4) no Apêndice A.

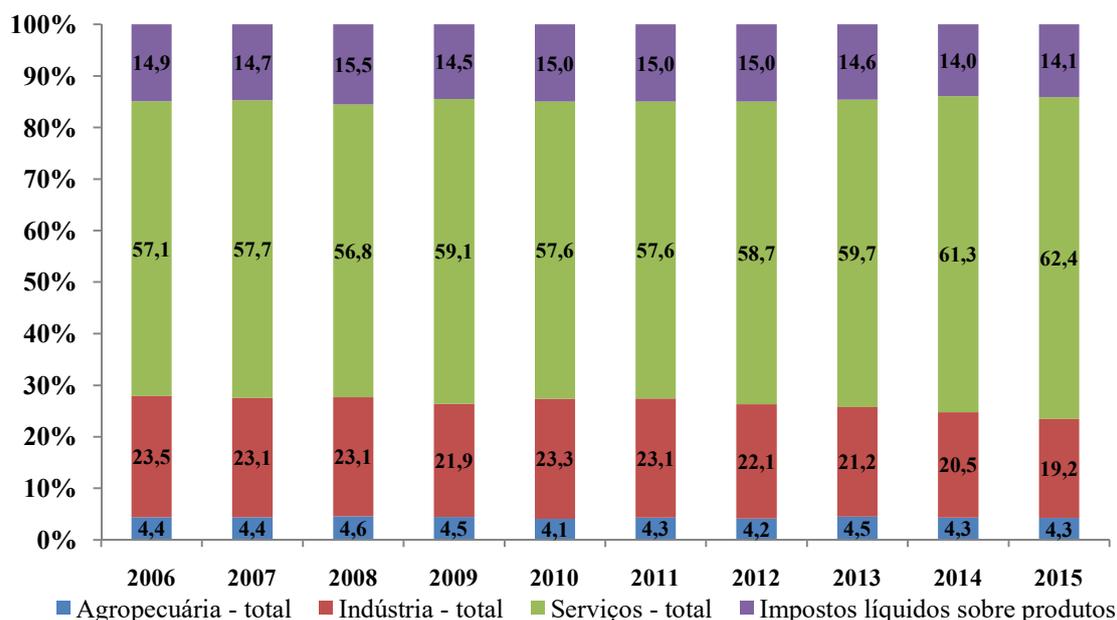
Verificando o percentual das famílias que não terão condições de pagar as contas conforme a Tabela 5, observa-se um crescimento de 0,6 pontos percentuais, passando de 9,5% em novembro de 2016 para 10,1% em novembro de 2017, mantendo o mesmo patamar obtido em outubro de 2017. Este crescimento percentual é maior entre as famílias que possuem renda inferior a 10 salários mínimos, pois em novembro de 2017 alcançou um percentual de 12,0% do total das famílias ante o percentual de 11,3% em novembro de 2016. Já as famílias que declaram não ter condições de pagar, e que possuem renda superior a 10 salários mínimos obtiveram um crescimento de 0,2 pontos percentuais, o equivalente a 3,2% em novembro de 2017 ante 3,0% em novembro de 2016, ver (Quadro 4) no Apêndice A para maiores detalhes.

Vale ressaltar que dentre os principais tipos de dívida, o cartão de crédito classifica-se na primeira posição em novembro de 2017, seguido do cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado e crédito pessoal. Deste modo, verificamos que no período recente a evolução da ICF, está relacionada ao crescimento da demanda do comércio varejista, e ligada ao crescimento da demanda por crédito ocasionando um comprometimento da renda futura.

Continuando nossa análise do nível de atividade, conforme apresentado anteriormente o PIB pode ser estudado por diferentes óticas, já verificamos o comportamento do PIB no agregado e pela ótica da despesa, como também o desempenho recente de alguns indicadores.

A seguir examinaremos o comportamento do PIB brasileiro através dos agregados da ótica da produção, caracterizado pelas informações contidas do Gráfico 6 a seguir. Este gráfico nos mostra a participação relativa que os setores agropecuário, industrial, de serviços e de impostos líquidos que detêm na composição do PIB de cada ano, tornando possível a verificação de quais setores melhoraram seu desempenho ao longo do período de 2006 a 2015.

**Gráfico 6: Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Produção no Brasil**



**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE - Contas Nacionais Trimestrais.

Analisando-se a composição do PIB na participação relativa dos agregados pela ótica da produção no Brasil, conforme o Gráfico 6, o setor de serviços apresentou a maior participação na constituição do PIB entre 2006 e 2015, em média de 58,8%, seguido pelo setor industrial, 22,1%, pelos impostos líquidos, 14,7% e pelo setor agropecuário, 4,4%.

O setor de serviços a preços constantes adicionou R\$ 1.033.714 ao valor adicionado bruto, o equivalente a um aumento relativo de 38,11% no período 2006-2015, ver (Quadro 5) no Apêndice A. A participação do setor na composição do PIB apresenta ascensão de 2006 a 2009, vindo a apresentar um declínio em 2010, referente à participação de 57,6% mantendo-se neste patamar até o ano de 2011. De 2012 em diante o setor predomina com ascensão do crescimento na participação do PIB, alcançando seu melhor desempenho em 2015, correspondente a 62,4% do valor adicionado do PIB, neste ano o setor de serviços apresenta resultado de 5,3% a mais em relação ao ano de 2006, ver Gráfico 6.

A indústria adicionou a preços constantes R\$ 34.000 na composição do Valor Adicionado Bruto no período analisado, o qual corresponde a uma expansão de 3,04%. Neste período o setor apresentou oscilações decrescentes ao longo de toda série analisada, com exceção para o ano de 2010 em que o setor industrial ascende com recuperação de 14,36% em relação à forte queda ocorrida em 2009, onde o setor industrial sofreu uma retração de (5,34%) em relação a 2008, ver (Quadro 5) no Apêndice A. Tal desempenho em 2010 foi advindo dos estímulos macroeconômicos incorporados ao setor industrial. Após 2010 seu desempenho decresce continuamente a cada ano, alcançando em 2015 seu pior resultado 19,2% na participação do PIB do Brasil, correspondendo a uma retração de (4,3%), comparada a contribuição que detinha em 2006 na composição do PIB.

Os impostos líquidos tiveram uma expansão de 19,25% na composição do PIB pela ótica da produção no período 2006-2015, o equivalente a um acréscimo de R\$ 136.594 dos impostos a preços constantes, ver (Quadro 5) no Apêndice A. Em relação ao PIB, o referido componente reduziu sua participação, cuja em 2006 correspondia a 14,9%, passando para 14,1% em 2015, ver Gráfico 6.

O setor agropecuário expandiu seu crescimento relativo em 23,52%, percentual equivalente ao acréscimo a preços constantes adicionado ao PIB de R\$ 48.788 no período de 2006-2015, ver (Quadro 5) no Apêndice A. O setor obteve seu melhor desempenho na participação do PIB em 2008, correspondente a 4,6%, e seu pior resultado em 2010, referente a 4,1%.

Comparando-se a variação relativa dos agregados do PIB pela ótica da produção em relação ao ano anterior, ver (Quadro 5) no Apêndice A, o setor de serviços em 2009 foi o único que apresentou variação positiva correspondente a 4,0%, enquanto os demais setores decresceram. Em 2010, ano o qual o PIB do Brasil obteve seu melhor desempenho, apenas o setor agropecuário apresentou variação negativa, equivalente a (1,1%) da composição do PIB, sendo que em 2011, o setor se recupera com uma variação real de 9,7%, enquanto a participação do PIB dos setores de impostos líquidos e serviços se mantiveram no mesmo patamar e o setor industrial inicia seu declínio cíclico de oscilações.

A Tabela 6 a seguir apresenta a variação acumulada no ano das receitas de serviços para os anos de (2013-2016) para o Brasil, a região Nordeste e seus respectivos Estados. Examinando a Tabela 6, verifica-se que o Brasil apresenta redução consecutiva das receitas acumuladas, saindo de um patamar de 8,5% em 2013 para (0,1%) em 2016. A mesma situação ocorre no desempenho acumulado da região Nordeste, onde as receitas acumuladas de

serviços da região obtiveram variações inferiores a do Brasil com exceção apenas para o ano de 2014, quando o Nordeste apresentou uma variação superior a do Brasil.

Dentre os Estados do Nordeste em 2013, o Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Bahia, apresentaram variações acumuladas superiores à da região Nordeste, e quatro Unidades Federativas do Nordeste apresentaram variações acumuladas das receitas de serviços superiores a do Brasil. Já em 2014, apenas Ceará, Paraíba e Bahia cresceram acima da variação alcançada pela região Nordeste e pelo Brasil.

**Tabela 6: Receitas de Serviços Acumulada no Ano para o Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste**

Acumulado do Ano	2013	2014	2015	2016
Brasil	8,5%	6,0%	1,2%	-0,1%
Nordeste	7,9%	6,2%	0,3%	-0,9%
Maranhão	8,3%	4,5%	-6,6%	-8,3%
Piauí	3,4%	0,9%	-0,9%	-1,1%
Ceará	13,0%	8,0%	3,5%	3,4%
Rio Grande do Norte	5,1%	5,1%	1,9%	-2,5%
Paraíba	11,1%	8,8%	-1,2%	-5,2%
Pernambuco	5,7%	4,0%	0,3%	-5,0%
Alagoas	9,4%	5,2%	1,5%	1,8%
Sergipe	3,0%	3,2%	-1,1%	-5,7%
Bahia	9,2%	7,0%	-1,0%	-3,4%

**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços.

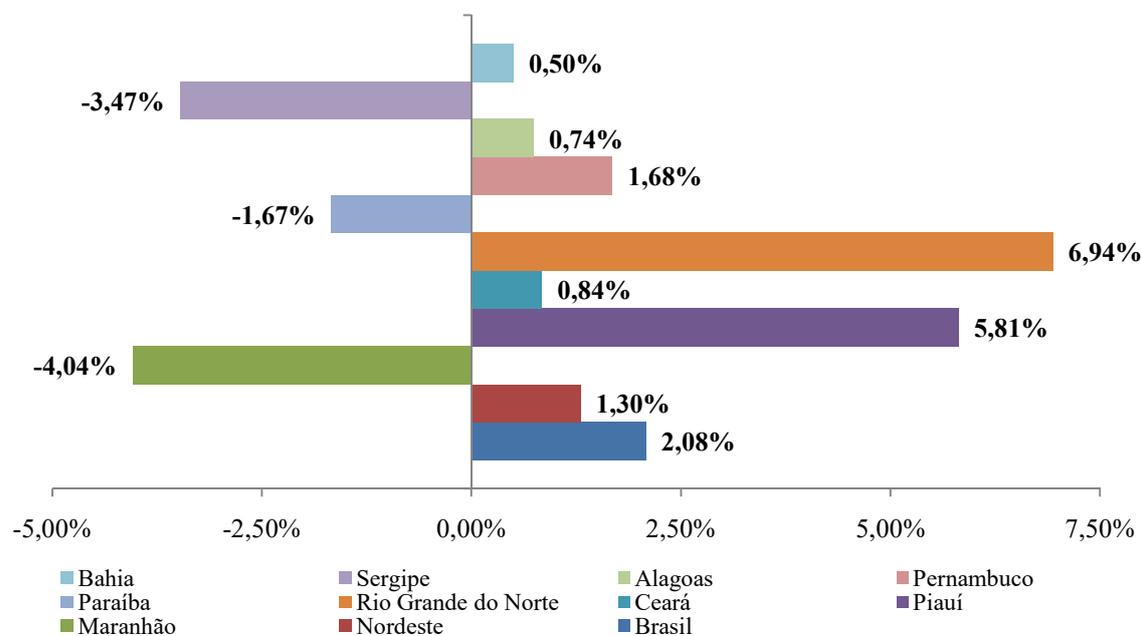
**Nota:** Índice de receita nominal de serviços (Base: Média de 2014 = 100) (Número índice).

Em 2015 a desaceleração do crescimento acumulado das receitas torna-se mais evidente tanto para o Brasil, quanto para o Nordeste e suas Unidades Federativas. Neste ano o acumulado do Brasil foi de 1,2% e o do Nordeste caracterizou-se por 0,3%. No ano seguinte, o acumulado das receitas de serviços foi negativo para Brasil, Nordeste e seus Estados, com exceção para o Estado do Ceará e de Alagoas. Entre os Estados da Bahia, do Ceará e de Pernambuco, o Estado do Ceará foi o que apresentou o melhor desempenho no acumulado das receitas de serviços da região Nordeste, como também seu desempenho foi superior ao do Brasil no período de 2013 a 2016, ver Tabela 6.

A seguir será observado o comportamento recente das receitas de serviços no acumulado do ano até outubro de 2017, para o Brasil, para região Nordeste e seus respectivos Estados. Conforme o Gráfico 7, as receitas de serviços no acumulado do ano cresceram 2,8% no Brasil, tendo a região Nordeste apresentado uma expansão de 1,3% de suas receitas de serviços. Dentre os Estados do Nordeste, Sergipe, Paraíba e Maranhão foram os que

apresentaram crescimento negativo no acumulado das receitas do ano até outubro de 2017, correspondentes a (3,47%), (1,67%) e (4,4%), respectivamente.

**Gráfico 7: Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste - Receitas de Serviços (acumulado do ano até Outubro de 2017)**



**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços.

**Nota:** Índice de receita nominal de serviços (Base: Média de 2014 = 100) (Número índice). Variação acumulada do ano até outubro de 2017.

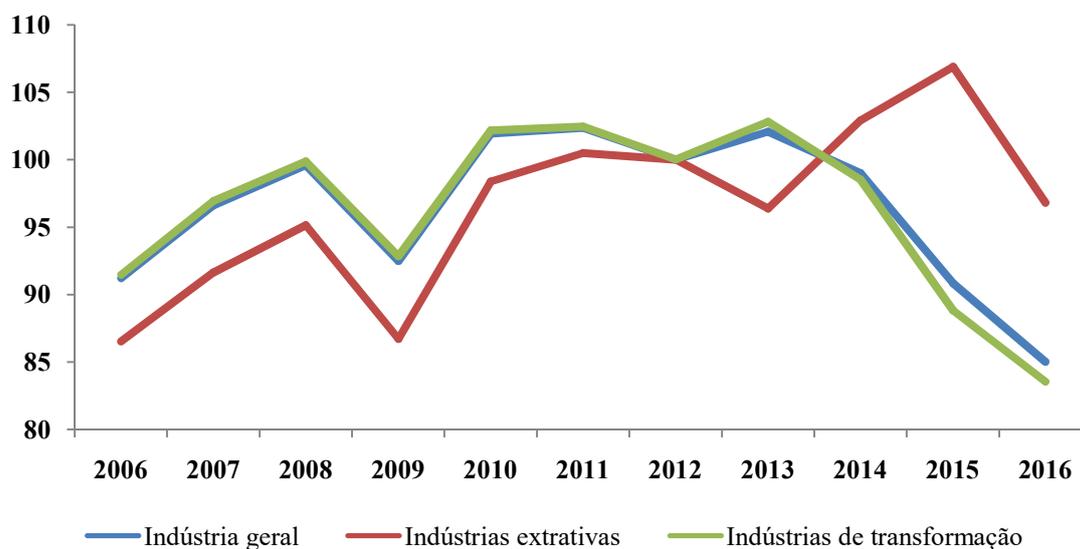
De acordo com o Gráfico 7, o Rio Grande do Norte apresentou a maior variação no acumulado das receitas de serviços no período, correspondente a 6,94%, seguido do Estado do Piauí com variação acumulada de 5,81%. Os demais Estados detiveram variações de 0,50% na Bahia, 0,74% em Alagoas, 1,68% em Pernambuco e 0,84% no Ceará.

Deste modo, verificamos que o setor de serviços tem apresentado no Brasil um crescimento considerável, tendo visto que o país está se recuperando do baixo desempenho econômico apresentado nos últimos anos. Para darmos continuidade nesta verificação da evolução do desempenho da economia brasileira, analisaremos a seguir, o comportamento da atividade industrial do Brasil, a qual possui uma grande relevância no fluxo da produção econômica.

O Gráfico 8 a seguir, apresenta o fluxo da produção industrial da indústria geral, da indústria de transformação e da indústria extrativista. Conforme o Gráfico 8, o índice da produção física industrial do Brasil obteve consideráveis oscilações no decorrer do período analisado. Sendo que o comportamento da atividade da indústria geral e da indústria de transformação foi praticamente equivalente, com uma leve superioridade da indústria de

transformação de 2006 a 2014 e da indústria geral de 2014 a 2015. O desempenho da indústria extrativista esteve abaixo da indústria geral e de transformação de 2006-2013. Contudo, a produção da indústria extrativista mostrou-se superior as demais a partir do ano de 2014.

**Gráfico 8: Atividade Industrial no Brasil**



**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE/PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal- Produção Física.  
**Nota:** Número-índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100). Média anual. Dados divulgados mensalmente.

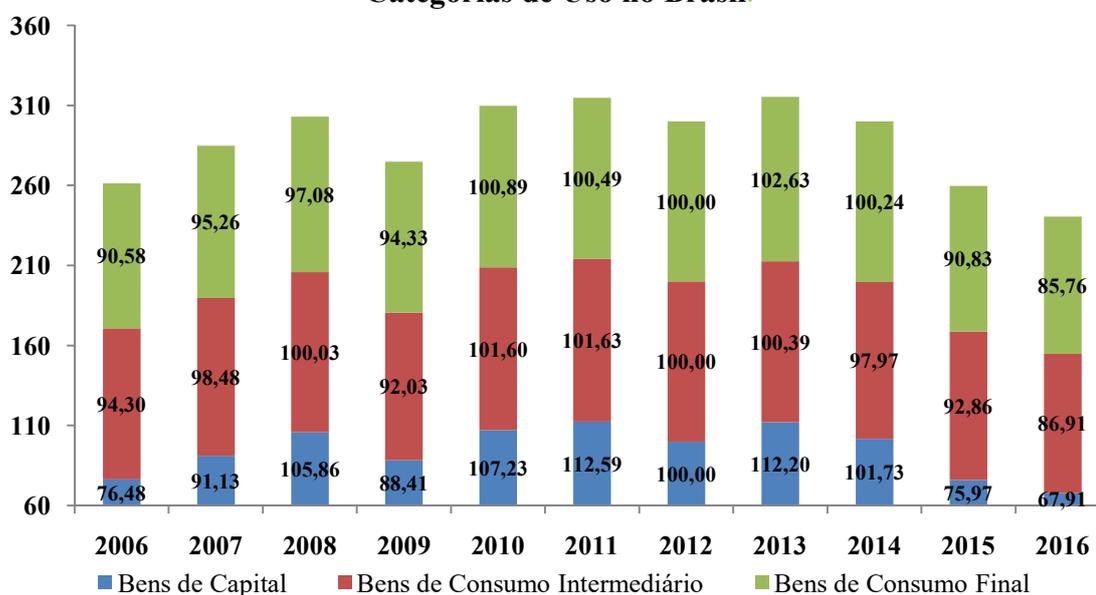
De 2006 a 2008 o nível da produção industrial de ambos os setores cresceram, de 91,21 para 99,58 a Indústria geral, de 86,53 para 95,13 a Indústria extrativista e de 91,47 para 99,87 a Indústria de transformação, ver (Quadros 6,7 e 8), no Apêndice A. No ano seguinte o índice da produção industrial decresce para ambos os setores, advindo do impacto da crise financeira internacional, obtendo índices correspondentes a 92,49 para indústria geral, 86,7 para indústria extrativista e 92,84 para indústria de transformação. Medidas para reverter tal desempenho foram incorporadas na economia brasileira a fim de atenuar a desaceleração do setor industrial.

Em 2010 a Indústria geral, a Indústria extrativista e a Indústria de transformação recuperaram seus índices para 101,94; 98,38 e 102,16 respectivamente, em virtude da intervenção governamental de estímulos para o setor industrial. Neste ano o Estado que se destacou em cada ramo industrial foi o Ceará para o geral, Rio de Janeiro para o extrativista e Espírito Santo para o de transformação. Tal recuperação do ramo industrial coincide com a recuperação apresentada pelo setor na participação da composição do PIB no respectivo ano.

Após 2013 o desempenho da indústria geral decresce de 102,08 para 84,95 em 2016 e a indústria de transformação de 102,81 em 2013 para 83,47 em 2016. Já a indústria extrativista se expande de 96,36 em 2013 para 106,88 em 2015 voltando a decrescer seu índice para 96,78 em 2016, seguindo a redução produtiva dos demais setores industriais.

Na sequência da análise do setor industrial é preponderante a verificação dos Níveis de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) no Brasil da indústria por categorias de uso, entre o período de 2006 a 2016 representada no Gráfico 9. Neste período as indústrias de bens de capital, de consumo intermediário e de consumo final, obtiveram percentuais superiores a 67% no NUCI do Brasil.

**Gráfico 9: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria por Categorias de Uso no Brasil.**



**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE/PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal- Produção Física.

**Nota:** Número-índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100). Média anual. Dados divulgados mensalmente.

A indústria de bens de consumo final manteve um grau estável e elevado em seu nível de utilização, o qual esteve acima de 90% entre 2006-2015 apresentando recuo em 2016 passando para 85,76% do nível de utilização ver (Quadro 9) no Apêndice A. A categoria de bens de consumo final ao longo do período 2006-2016 reduziu sua taxa em 4,82 pontos tendo alcançado seu melhor desempenho em 2013, referente à taxa de ocupação de 102,63%.

A categoria de bens de consumo intermediário obteve seu auge em 2010 quando seu nível de ocupação chegou a 101,60% frente a uma recuperação do NUCI do setor no ano de 2009 referente a uma ocupação dos fatores de 92,03% equivalente a uma queda de 8 pontos do nível de ocupação dos fatores que possuía em 2008.

Conforme o Gráfico 9, a indústria de bens de capital teve uma redução de seu nível de ocupação em 8,57 pontos entre 2006 a 2016. Neste período o destaque do nível de ocupação ocorre em 2010, ano o qual o NUCI chega a 107,23% frente à redução obtida em 2009 de 88,41% a qual corresponde ao incremento de 18,82 pontos no nível de utilização dos fatores em 2010.

Por fim, verificou-se que em todas as categorias de uso do NUCI conforme o (Quadro 9) no Apêndice A, ocorreu a redução dos níveis de utilização no período de 2006-2016. Embora que neste período tenham ocorrido variadas oscilações do nível da ocupação entre os setores, caracteriza-se o mecanismo das tentativas de estímulos ao setor industrial promovida por meio das políticas macroeconômicas. Entretanto, após 2013 os níveis de utilização de ambos os setores começam a declinar, seguindo o comportamento de desaceleração da economia do país.

A Tabela 7 a seguir apresenta a variação acumulada da produção física da indústria geral, no período de 2006 a 2016 para o Brasil, o Nordeste, Ceará, Pernambuco e para a Bahia. O Brasil apresenta a maior variação acumulada em 2010, referente a uma variação de 10,44%. De 2006 a 2010, a produção física industrial foi mais expressiva, tendo apresentado variação negativa apenas em 2009. No período de 2011 a 2016 o crescimento acumulado da indústria foi mais restrito, apresentando a maior queda da variação acumulada em 2015, correspondente a uma variação de (8,22%).

**Tabela 7: Variação Acumulada da Produção Física Industrial**

Ano	Brasil	Nordeste	Ceará	Pernambuco	Bahia
2006	2,87%	3,66%	7,72%	4,35%	3,54%
2007	5,60%	2,66%	0,78%	3,88%	1,40%
2008	2,85%	1,00%	0,91%	4,84%	1,55%
2009	-6,98%	-4,90%	-3,38%	-3,28%	-5,13%
2010	10,44%	8,59%	7,58%	9,69%	8,00%
2011	0,51%	-4,54%	-12,87%	-1,17%	-4,97%
2012	-2,66%	1,37%	-0,64%	1,43%	4,00%
2013	2,25%	3,54%	10,28%	-0,45%	6,81%
2014	-2,87%	0,32%	-2,56%	0,54%	-2,45%
2015	-8,22%	-3,00%	-9,85%	-3,63%	-6,98%
2016	-6,70%	-3,12%	-4,48%	-9,48%	-5,36%

**Fonte:** IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

**Nota:** Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100). Variação acumulada.

Conforme a Tabela 7, em 2009 tanto o Brasil quanto a região Nordeste, Ceará, Pernambuco e Bahia apresentaram variações negativas, tendo a Bahia apresentado um

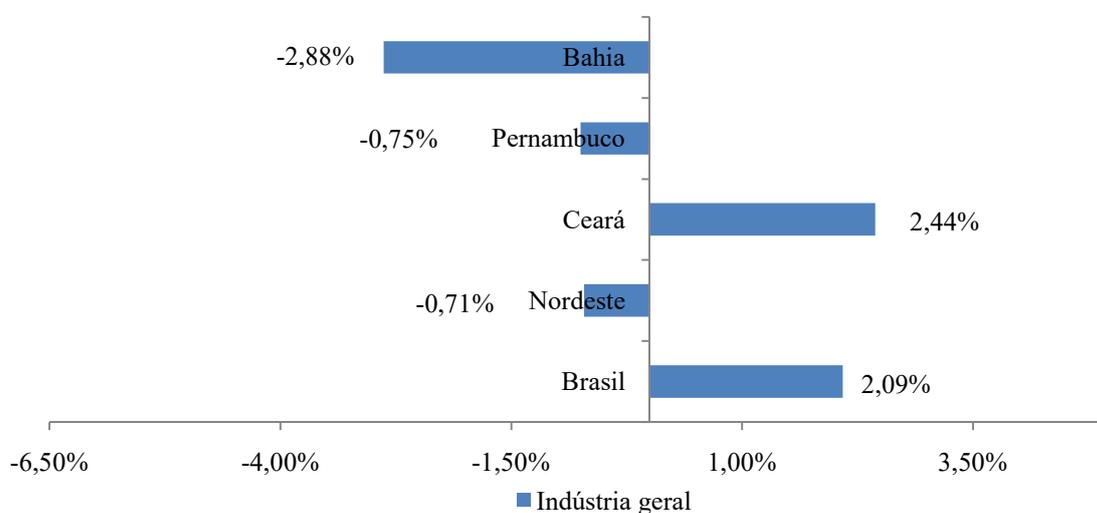
patamar negativo superior ao da região Nordeste. O Ceará apresentou seu melhor desempenho no acumulado da produção física industrial em 2013, referente a uma variação de 10,28%. Enquanto a Bahia, Pernambuco, a região Nordeste e o Brasil, apresentaram crescimento acumulado de 6,81%; (0,45%); 3,54% e 2,25%.

Após 2013 o crescimento acumulado das variações da produção física reduziu consecutivamente no Brasil, Nordeste, Ceará e Bahia, com exceção a Pernambuco que veio apresentar redução consecutiva após 2014, obtendo em 2016 sua maior redução da produção física referente a uma variação de (9,48%), resultado superior aos demais locais analisado, as quais foram de (6,70%) no Brasil, (3,12%) no Nordeste, (4,48%) no Ceará e (5,36%) na Bahia.

Tendo visto o processo de desaceleração da produção física industrial acumulada, será demonstrado pelo Gráfico 10 a seguir, o desempenho recente da produção física industrial da indústria geral no acumulado do ano até outubro de 2017 para o Brasil, o Nordeste e para os três maiores Estados com participação no PIB da região Nordeste, sendo eles, a Bahia, Pernambuco e o Ceará. O comportamento recente da indústria geral conforme apresentado, demonstra-nos que a sua recuperação está sendo lenta e gradual na economia.

De acordo com o Gráfico 10, a produção física industrial no Brasil apresentou um crescimento em sua variação relativa no acumulado do ano equivalente a 2,09%. Tendo o Estado do Ceará apresentando uma variação acumulada de 2,44%, a qual foi superior a do Brasil, a da região Nordeste e dos Estados da Bahia e Pernambuco.

**Gráfico 10: Brasil, Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco: Produção Física Industrial com Ajuste Sazonal (acumulado do ano até outubro de 2017)**



**Fonte:** IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

**Nota:** Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100). Variação acumulada.

Dentre os Estados da região Nordeste que detêm maior participação no PIB da região, a Bahia e Pernambuco obtiveram crescimento negativo no acumulado até outubro de 2017, correspondente a (2,88%), (0,75%), respectivamente, contrabalanceando o desempenho obtido pelo Ceará de 2,44%, ocasionando uma variação no acumulado do ano até outubro de 2017 para a região Nordeste de (0,71%).

O desempenho recente da indústria geral, demonstra-nos que a economia está se recuperando, entretanto, o setor industrial ainda possui uma vasta capacidade ociosa, tendo muito que melhorar. O setor da indústria total desde o ano de 2011 veio apresentando redução de seus níveis de produção, e perdendo participação na composição do PIB, conforme apresentado anteriormente. Deste modo, esta leve recuperação atual da indústria, precisa ser mais intensificada para equiparar as perdas da produtividade dos anos anteriores.

Ademais, o setor industrial tende a melhorar seu desempenho no decorrer do tempo, tendo visto, que a economia está retomando sua rota de crescimento. Neste sentido, espera-se que com a melhora do setor, ocorra aumento dos níveis de emprego, reduzindo os níveis de emprego informais e por conta própria, dado que com necessidade de contratação na indústria parte destes trabalhadores dos setores informais e por conta própria, migraram para a indústria passando a ter suas carteiras de trabalho assinadas e seus direitos trabalhistas assegurados, ocasionando estabilidade financeira para estas pessoas, cujas quais passaram a ter maior poder aquisitivo, aumentando seus níveis de consumo.

Para compreendermos melhor o desempenho recente do nível da atividade econômica do Brasil, é apresentada na Tabela 8 a seguir estimativas para o PIB através de variações percentuais dos agregados que o compõem pela ótica da despesa e pela ótica da produção para o ano de 2017.

De acordo com a Tabela 8, as estimativas da composição do PIB pela ótica da demanda em 2017 são estimadas por um crescimento de 0,8% do consumo das famílias, tendo como um dos fatores deste crescimento o aumento dos níveis de ICF, conforme apresentado anteriormente. Os gastos do governo conforme as estimativas apresentam uma tendência de redução na margem de (2,3%), e da FBCF em (4,0%). Entretanto, espera-se um crescimento das exportações do país em 8% e crescimento das importações em 1,2%.

Deste modo, conforme as estimativas da CNI, pela ótica da demanda o crescimento do PIB será puxado pelo crescimento do nível de consumo das famílias, fator que já era de se esperar, por conta do agregado ter sido o componente de maior participação do PIB no período de 2006-2016.

**Tabela 8: Estimativa da CNI para o PIB, Variação Percentual dos Componentes do PIB**

		2017
	Componentes do PIB	Taxa de Crescimento (%)
Ótica da Demanda	Consumo das famílias	0,8
	Consumo do governo	-2,3
	FBCF	-4
	Exportações	8
	(-) Importações	1,2
Ótica da Oferta	Agropecuária	11
	Indústria	0,8
	Indústria extrativa	7,2
	Indústria de transformação	1,4
	Construção civil	-2,3
	SIUP	2,1
	Serviços	0
	PIBpm	0,7

Fonte: CNI, Informe Conjuntural, julho/setembro de 2017.

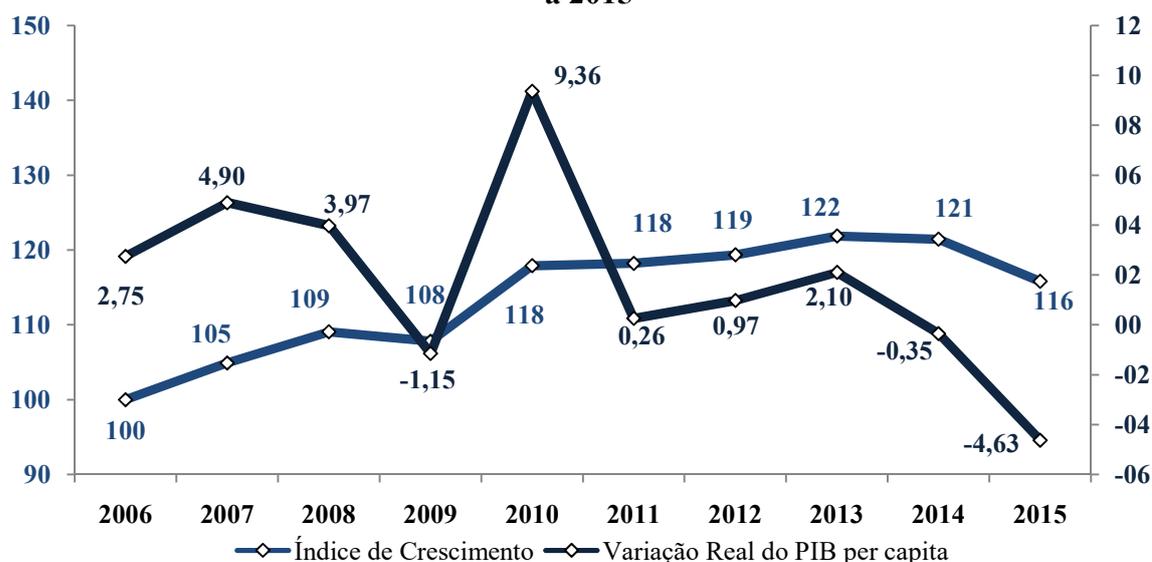
Observado a ótica da produção, verifica-se que apenas o setor da construção civil tende a decrescer em 2017. Segundo as estimativas do CNI, será equivalente a uma redução de (2,3%). Em contrapartida, o setor agropecuário, da indústria geral, da indústria extrativista e de transformação, tende a obter taxas de crescimentos de 11%, 0,8%, 7,2% e 1,4%, respectivamente. A indústria no geral apresentará uma leve recuperação, tendo a indústria extrativista apresentado o melhor desempenho entre os demais setores da indústria. Deste modo, as estimativas de crescimento do PIB em 2017 conforme o informe conjuntural, com base nos agregados de análise das óticas da demanda e da oferta, estimam um crescimento de 0,7%, retomando o crescimento econômico do país.

Até o presente momento, verificamos o desempenho econômico do Brasil para o PIB no geral e para as óticas da demanda e da produção, como também, detalhamos o desempenho recente de alguns dos indicadores que estão interligados na composição destes agregados. Sendo assim, para completar a análise da performance da atividade econômica brasileira, não poderíamos deixar de observar um indicador de fundamental importância que verifica a

evolução das disparidades de renda dentro de um mesmo território, o PIB *per capita* e de verificar a evolução dos níveis de inflação do país e a evolução da taxa de juros SELIC.

Deste modo, a seguir é exposto pelo Gráfico 11, o índice de crescimento e a variação real do PIB *per capita* do Brasil para o período 2006-2015. Através deste Gráfico, podemos verificar as oscilações ocorridas ao longo destes anos.

**Gráfico 11: Índices de Crescimento e Variação Real do PIB Per Capita no Brasil – 2006 a 2015**



**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O crescimento acumulado do PIB *per capita* do Brasil seguiu uma trajetória ascendente, tendo apresentado reduções em 2009, equivalente a 7,81% ante o resultado de 9,07% do ano anterior. Em 2014 obteve uma leve redução para 21,43% ante 21,86% do ano antecedente. E em 2015 alcançou uma drástica redução de patamar passando para 15,81% ante o desempenho de 2014, equivalente a 21,43%, ver Gráfico 11. Em termos reais a variação do PIB *per capita* oscilou negativamente em 2009 (1,15%), advindo da redução do PIB do Brasil em (0,12%), sendo o PIB *per capita* compensado, entretanto, pela forte recuperação de 9,36% em 2010, ano o qual a variação do PIB *per capita* foi superior a variação real do PIB do Brasil que alcançou uma variação real de 7,53%.

Dado ao cenário de incertezas do setor macroeconômico o PIB *per capita* obtêm variações decrescentes em 2014 e 2015, equivalentes a (0,35%), (4,63%), respectivamente. Nesta série analisada 2006-2015, o PIB *per capita* do Brasil teve uma elevação relativa correspondente a R\$ 3.995,32, equivalente ao crescimento relativo acumulado de 15,81%. Quando observado o crescimento acumulado das grandes regiões do país, verifica-se que a

região Sudeste ficou abaixo da média nacional, como também das demais regiões, obtendo um crescimento acumulado equivalente a 9,39%, enquanto as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, alcançaram respectivamente crescimentos relativos de, 26,02%; 25,88%; 25,13%, 16,05%, ver Tabela 9.

A Tabela 9 a seguir apresenta o crescimento acumulado do PIB *per capita* do Brasil, das grandes regiões e das Unidades Federativas do País entre 2006-2015. Nela também podemos visualizar a posição dos Estados do Brasil que possuem os maiores níveis de PIB *per capita* nos anos de 2006, 2010 e 2015.

**Tabela 9: PIB Per Capita do Brasil, Regiões e Unidades Federativas, Posição Relativa no Ano e Taxa de Crescimento Acumulado do PIB Per Capita no Período de Análise**

Ano	2015	Posição	2010	Posição	2006	Posição	Taxa de Crescimento 2015/2006
<b>Brasil</b>	<b>29.267,73</b>	-	<b>29.795,39</b>	-	<b>25.272,41</b>	-	<b>15,81</b>
Nordeste	14.980,90	-	14.404,70	-	11.900,82	-	25,88
Norte	18.304,88	-	19.093,38	-	15.772,68	-	16,05
Centro-Oeste	37.429,47	-	36.916,26	-	29.913,42	-	25,13
Sudeste	37.696,31	-	39.694,52	-	34.461,23	-	9,39
Sul	34.415,08	-	33.121,99	-	27.308,68	-	26,02
Maranhão	11.356,75	27°	10.302,22	27°	9.251,03	26°	22,76
Piauí	12.207,18	26°	10.445,24	26°	8.583,27	27°	42,22
Ceará	14.637,02	23°	13.728,84	23°	11.098,99	24°	31,88
Rio Grande do Norte	16.594,13	20°	16.706,09	18°	14.478,87	17°	14,61
Paraíba	14.119,82	24°	13.017,76	24°	11.114,86	23°	27,04
Pernambuco	16.770,53	19°	16.160,48	20°	12.592,23	22°	33,18
Alagoas	13.860,65	25°	12.717,92	25°	10.968,21	25°	26,37
Sergipe	17.142,94	17°	18.675,47	15°	16.040,08	16°	6,88
Bahia	16.098,87	21°	16.113,55	21°	13.084,63	19°	23,04
Rondônia	20.622,02	13°	22.381,42	13°	16.342,08	15°	26,19
Acre	16.901,14	18°	16.633,93	19°	13.507,97	18°	25,12
Amazonas	21.902,96	12°	25.557,54	12°	23.578,85	8°	-7,11
Roraima	20.342,54	14°	21.556,54	14°	17.838,53	13°	14,04
Pará	15.975,03	22°	15.952,76	22°	12.594,23	21°	26,84
Amapá	17.978,21	16°	17.996,36	16°	16.782,42	14°	7,13
Tocantins	19.045,47	15°	17.344,05	17°	12.746,37	20°	49,42
Mato Grosso do Sul	31.245,71	8°	28.231,87	8°	22.312,20	9°	40,04
Mato Grosso	32.809,42	7°	27.276,51	9°	21.047,41	11°	55,88
Goiás	26.184,84	10°	26.011,50	11°	20.936,87	12°	25,07

(Continua...)

(Continuação.)

Ano	2015	Posição	2010	Posição	2006	Posição	Taxa de Crescimento 2015/2006
Distrito Federal	73.713,85	1º	82.048,04	1º	69.708,77	1º	5,75
Minas Gerais	24.848,15	11º	26.206,20	10º	21.514,43	10º	15,5
Espírito Santo	30.556,78	9º	35.499,57	5º	29.995,11	4º	1,87
Rio de Janeiro	39.759,74	3º	41.150,03	3º	37.737,43	3º	5,36
São Paulo	43.593,03	2º	45.894,07	2º	39.761,52	2º	9,64
Paraná	33.696,23	6º	31.537,76	7º	26.176,64	7º	28,73
Santa Catarina	36.419,48	4º	35.984,64	4º	29.879,67	5º	21,89
Rio Grande do Sul	33.909,02	5º	32.996,63	6º	26.964,78	6º	25,75

**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**Nota:** PIB *Per Capita* a preços constantes de 2015 (em Mil R\$), deflacionado pelo deflator implícito do PIB. População Residente em Mil Pessoas. Os dados referentes ao período 2006-2014 correspondem às informações do sistema de contas nacionais – produto interno bruto dos municípios. Para 2015 os dados correspondem às contas regionais do Brasil.

O PIB *per capita* representa a soma de toda a riqueza do país, região ou Estado, dividido pela quantidade de habitantes destas respectivas localidades (BACHA, 2004). Por meio deste indicador, torna-se possível verificar a disparidade de níveis de renda entre as regiões de um país, em nosso caso, o Brasil que possui um vasto território e uma forte concentração populacional em algumas regiões.

A população residente do Brasil no período 2006-2015 apresentou um crescimento de 9,05%, no qual as grandes regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentaram crescimento de 15,58%; 7,60%; 15,61%; 8,07%; 7,87%, respectivamente. Passando a conter as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul no ano de 2015 uma população residente (mil pessoas) de 17.524; 56.641; 15.489; 85.916 e 29.290, ver (Quadro11) no Apêndice A.

A Tabela 9 apresenta os valores do PIB *per capita* juntamente com sua respectiva posição para os anos 2006, 2010 e 2015. Neste período, os três maiores PIBs *per capita* foram do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, com variações reais de 5,75%; 9,64%; 5,36%, ocupando a 1º, 2º e 3º posição, cujas Unidades Federativas localizam-se nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do país. Em contrapartida os três menores PIBs *per capita* foram da região Nordeste, sendo eles: Alagoas, com variação real de 26,37%, ocupando a 25º posição; Piauí, com variação de 42,22% e Maranhão com variação de 22,76%, ocupando as posições 26º e 27º em 2015.

O Estado que avançou em sua posição de PIB *per capita* foi o Tocantins que em 2006 ocupava a 20ª posição passando para a 15ª posição em 2015, tendo apresentado uma variação real de 49,42%, o equivalente a uma elevação de R\$ 6.299,10, apresentando um PIB *per capita* de R\$ 19.045,47. Em seguida, destaca-se o Estado do Mato Grosso, passando para 7ª posição em 2015 ante a 11ª posição em 2006, com variação relativa de 55,88% com PIB *per capita* em 2015 de R\$ 32.809,42. De maneira inversa, se observa que Amazonas e Espírito Santo perderam posição, pois ocuparam a 12ª, 9ª posição em 2015, ante a 8ª, 4ª posição de 2006 com variação real de (7,11%) e 1,87%, respectivamente.

Em relação à localização geográfica, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentaram PIB *per capita* superior ao obtido no Brasil nos anos 2006 e 2015, o qual correspondia a R\$ 25.272,41 em 2006 passando para R\$ 29.267,73 em 2015. Dentre os Estados brasileiros, os que apresentavam PIB *per capita* superior ao do Brasil em 2006, foi o Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Em 2015 estes mesmos Estados permaneceram com PIB *per capita* superior ao do Brasil, tendo os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se agrupado a estes Estados de PIB *per capita* superiores ao do Brasil no respectivo ano, ver Tabela 9 acima.

Um fator interessante é que o aumento do PIB *per capita* do Brasil de 2006-2010 foi correspondente a uma variação real crescente de 17,90%, enquanto que a variação real de 2010-2015 foi decrescente em (1,77%). Neste período em que a variação do Brasil decresceu, as regiões Norte e Sudeste tiveram redução na variação real equivalente à (4,13%) e (5,03%), enquanto a região Nordeste obteve a maior variação do período correspondente a 4,0% seguido da região Sul e Centro-Oeste, com variações de 3,90% e 1,39%.

A região Nordeste é caracterizada por ter os níveis mais baixos de renda *per capita*, advindo de sua elevada população residente em relação ao seu nível de produção. Seu nível de PIB *per capita* sempre esteve abaixo do PIB *per capita* nacional como apresentado na Tabela 9 acima. O Nordeste detinha uma representatividade de 13,2% do PIB e 28,0%, da população do Brasil em 2006, obtendo uma razão de 0,47 entre seu PIB *per capita* e o PIB brasileiro. Em 2010 esta razão passa a ser de 0,48 avançando em 2015 para 0,51, pois neste ano a região conquista aumento na participação do PIB do Brasil correspondente a 14,2% e redução da população equivalente a 27,6%. Para a análise das demais regiões, consultar a Tabela 9 acima.

Antes de finalizarmos a análise do desempenho da atividade econômica do Brasil entre 2006-2016 será apresentada a variação percentual acumulada do ano para o índice geral de preços no Brasil e para as regiões Metropolitanas. Deste modo, a definição para inflação corresponde ao aumento contínuo e generalizado dos níveis de preços de uma economia. O

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)<sup>13</sup>, conforme apresentado na Tabela 10, apresentou oscilações condizentes as medidas econômicas adotadas na gestão da política monetária de cada governo. A taxa de juros SELIC foi o instrumento regulador dos níveis de inflação, para que o acumulado do ano chegasse ao centro da meta ou ficasse dentro das margens permitidas.

**Tabela 10: IPCA - Variação % Acumulada no Ano, Índice Geral para o Brasil e Regiões Metropolitanas**

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	3,14	4,46	5,9	4,31	5,91	6,5	5,84	5,91	6,41	10,67	6,29
Belém (PA)	3,17	7,1	7,95	4,47	6,86	4,74	8,31	5,33	6,59	9,93	6,77
Fortaleza (CE)	2,62	4,18	6,27	4,44	6,52	6,45	6,7	6,38	6,03	11,43	8,34
Recife (PE)	2,91	5,45	6,98	4,62	4,63	6,04	6,79	6,86	6,32	10,15	7,1
Salvador (BA)	3,2	6,07	5,15	3,99	6,21	6,5	6,2	5,03	5,76	9,86	6,72
Belo Horizonte (MG)	4,97	5,86	5,34	4,67	5,84	6,79	6,03	5,75	5,83	9,22	6,6
Rio de Janeiro (RJ)	4,02	3,8	6,37	3,85	6,41	6,57	7,34	6,16	7,6	10,52	6,33
São Paulo (SP)	2,63	3,89	5,61	4,54	5,79	6,49	4,72	6,09	6,1	11,11	6,13
Curitiba (PR)	2,5	3,48	5,41	4,67	6,71	7,13	5,73	5,67	6,66	12,58	4,43
Porto Alegre (RS)	2,68	3,71	6,57	3,72	5,14	6,53	5,56	5,79	6,77	11,22	6,95

Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Para análise do comportamento da inflação do Brasil ao longo do período 2006-2016, deve-se considerar a meta de inflação de 4,5%, com variação de banda superior e inferior correspondente a 2 pontos percentuais (BACEN, 2017). Em 2006 a inflação efetiva do Brasil fecha o ano em 3,14%, percentual inferior a meta estabelecida. Neste ano conforme a Tabela 10 se verifica que a inflação acumulada das regiões metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), Belém (PA) e Salvador (BA) foi superior a inflação nacional. Estas regiões metropolitanas obtiveram taxas superiores a nacional pelos seguintes fatores: em Belém, pelo aumento do setor de transportes, em Salvador pelo setor de habitação, no Rio de Janeiro pelos setores de habitação e transportes e em Belo Horizonte pelo aumento nos setores de alimentação, habitação e transportes ver (Quadro12) no Apêndice A.

A inflação na gestão do governo Lula 2006-2010, não atingiu o centro da meta em nenhum período, ficando abaixo da meta, e dentro do limite inferior em 2006, e acima da

<sup>13</sup>O IPCA tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias, cujo rendimento varia entre 1 e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC (IBGE, 2017). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?&t=conceitos-e-metodos>>.

meta, mas dentro do limite superior nos anos seguintes. O percurso de oscilações foi gradual neste período, seguindo o desempenho da economia do país. Em seu governo, houve uma desaceleração do nível de preço geral do Brasil em 2009, equivalente a 1,59 pontos percentuais comparado ao mesmo período do ano anterior. Este recuo foi proporcionado pela redução do componente de preços do setor de alimentação.

O governo Dilma em seu primeiro ano de gestão fecha o ano com a taxa de 6,5% atingindo o teto da margem superior, ver Tabela 10. Os setores que influenciaram para este resultado foram oriundos do aumento de preços dos setores de habitação em 6,75%, transportes 6,05% e de alimentos 7,18%, apesar deste último ter reduzido seu percentual em comparação ao período anterior, o mesmo ainda continuou elevado e com maior peso no resultado do índice geral. Dada a aceleração inflacionária compreendida em 2011, foram tomadas medidas monetárias para desacelerar este processo. Deste modo em 2012 a inflação recua, finalizando o ano em 5,84%, proporcionado pela redução inflacionária do setor de transportes em 5,57 pontos percentuais.

Diferentemente do ocorrido na gestão de Lula, a inflação no governo Dilma dispara a patamares exorbitantes, fechando o ano de 2015 com uma taxa de 10,67%, a maior taxa do período analisado, ver Tabela 10 acima, ultrapassando 4,17% da banda superior inflacionária prevista. Neste ano, a inflação nos setores de alimentação, transportes e habitação estouraram. O setor de alimentação obteve uma alta de 12,03% ante 8,03% do ano anterior, um aumento de 4% de um período para o outro. O setor de transportes apresenta alta de 10,16% ante 3,75% de 2014. E o setor de habitação fecha 2015 em 18,71% ante 8,8% de 2014, correspondendo a uma elevação percentual de 9,91%, ver (Quadro 12) no Apêndice A.

Em 2016 o índice geral de preços baixa encerrando o ano em 6,29%, este resultado foi obtido durante a gestão do presidente Michel Temer, que assumiu o comando presidencial após o processo de impeachment da presidenta Dilma. Neste ano os setores de alimentos, habitação e transportes reduzem suas taxas inflacionárias para 8,62%; 2,85%; 4,22%, respectivamente. Entretanto, dentre as regiões metropolitanas apresentadas no (Quadro 12) no Apêndice A, o setor de alimentação teve resultado inferior ao índice do Brasil apenas no Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. No setor de habitação as regiões que se destacaram abaixo da taxa do Brasil foram Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba. E no setor de transportes as regiões metropolitanas do Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre, alcançaram taxa superiores a apresentada pelo Brasil.

Mediante o contexto inflacionário, é essencial a verificação do desempenho da taxa de juros, pois ela é o preço da moeda no tempo. Esta taxa de juros impacta nos setores

econômicos de maneira gradual, ou brusca, ocasionando mudanças estruturais nos componentes da demanda agregada. Assim, a taxa de juros SELIC é a taxa básica de juros do Brasil, sendo utilizada como referência para os bancos estabelecerem as taxas de juros praticadas no mercado. A Tabela 11 a seguir apresenta informações sobre a taxa de juros SELIC, para o IPCA e para a taxa de juros real da economia brasileira, durante o período de estudo.

**Tabela 11: Evolução da Taxa de Juros SELIC (2006-2017)**

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
SELIC	13,25	11,25	13,75	8,75	10,75	11,00	7,25	10,00	11,75	14,25	13,75	7,50
IPCA	3,14	4,46	5,9	4,31	5,91	6,5	5,84	5,91	6,41	10,67	6,29	2,95
Taxa de Juros Real	10,11	6,79	7,85	4,44	4,84	4,5	1,41	4,09	5,34	3,58	7,46	4,55

**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do BACEN.

Conforme a Tabela 11 examina-se que o Brasil é caracterizado por elevadas taxas de juros nominais, tendo apresentado a maior taxa nominal em 2015, correspondente a uma taxa de 14,25%, enquanto a inflação estava em 10,67% ao ano, resultando numa taxa de juros real de 3,58%. E que a menor taxa de juros da série ocorre no ano de 2012, alcançando a margem de 7,25%, com inflação de 5,84%, ocasionando na menor taxa de juros real em 12 anos, cuja foi de 1,41%.

Em 2017 a SELIC obtém uma taxa de 7,50%, 0,25% superior a taxa de juros que apresentava em 2012, a qual correspondia a 7,25%, classificando-se na segunda menor taxa de juros dos patamares históricos do período. Entretanto, o diferencial destes dois períodos se encontra no índice de inflação, o qual se encontra inferior em 2017 com taxa de 2,95%, ante 5,84% de 2012, proporcionando assim, um rendimento real maior em 2017.

Sendo assim, a taxa de juros real é um elemento fundamental na verificação de um investimento, pois dependendo de sua rentabilidade, a atratividade do investimento no mercado é afetada. Caso os rendimentos sejam inferiores a inflação, o dinheiro da aplicação perderá poder de compra, tendo visto que os rendimentos reais serão negativos. Deste modo, a redução da taxa de juros SELIC nestes últimos 2 anos, combinado a redução inflacionária, proporcionou uma maior atratividade do mercado por meio dos rendimentos da taxa de juros real, embora que outros fatores condicionantes quanto a credibilidade do mercado, podem influenciar em tais decisões de investimentos.

A Tabela 12 a seguir apresenta uma síntese para os indicadores macroeconômicos anuais do Brasil, conforme as projeções do BACEN e do Bradesco para o PIB, a inflação, taxa SELIC, a taxa de câmbio, a balança comercial, a conta corrente e os investimentos estrangeiros diretos, para os anos 2016-2019.

De acordo com as informações contidas na Tabela 12, o cenário projetado para o PIB do Brasil é de recuperação de seu crescimento, no qual o país consegue sair de uma retração de 3,60% em 2016 para um crescimento aproximado a 0,98% em 2017, com tendência de crescimento mais elevado para os anos de 2018 e 2019 em 2,68%, 2,80%, respectivamente.

**Tabela 12: Síntese de Projeções dos Indicadores Macroeconômicos Anuais do Brasil**

Indicador	Período			
	2016*	2017*	2018*	2019*
1. PIB (%)	-3,60	0,98	2,68	2,80
2. Inflação (IPCA, % acumulado do ano)	6,29	2,78	3,96	4,20
3. Taxa SELIC (% fim de período)	13,75	7,0	6,75	8,20
4. Taxa de Câmbio R\$/US\$ (fim de período)	3,30	3,30	3,32	3,40
5. Balança Comercial (US\$ bilhão) - Saldo	47,70	64,80	51,30	42,90
5.1 Exportação (US\$ bilhão)	185,20	215,70	217,20	224,70
5.2 Importação (US\$ bilhão)	137,50	150,90	165,90	181,80
6. Conta Corrente (US\$ bilhão)	-23,50	-10,00	-28,60	-39,70
7. Investimentos Estrangeiros Diretos (US\$ bilhão)	78,80	80,00	80,00	80,90

**Fonte:** BACEN, Bradesco.

**Nota:** Síntese de projeções macroeconômicas da Pesquisa Focus - Banco Central, 2016– 2019. (\*) previsões. Dados referentes aos relatórios dos dias 22-12-2017.

A inflação conforme as projeções tendem a concentra-se dentro das margens estabelecidas, que por sinal, estão estimadas em 3,96% para 2018 e em 4,20% em 2019, advindas do desempenho da taxa de juros SELIC que desde o ano de 2016 alcançou consideráveis reduções fechando 2017 a uma taxa de 7,0% ante 13,75 do ano anterior, com projeções de uma leve redução em 2018 chegando ao patamar de 6,75% e com um leve aumento para 2019 em 8,20%.

Ainda conforme a Tabela 12, a taxa de câmbio praticamente não sofrerá fortes alterações de acordo com as projeções, oscilando para 3,32 em 2018 ante 3,30 de 2017 e com um leve aumento em 2019 com tendência de fechar o ano cotado em 3,40. O resultado da balança comercial tende a ser superavitário no decorrer dos anos provindos do crescimento consecutivo das exportações do país, embora que também ocorra expansão consecutiva das importações, o desempenho das exportações tende a superar o das importações.

Por fim, o saldo em conta corrente do país conforme as projeções tendem a oscilar no período passando de (US\$ 10,00) bilhões em 2017 para (US\$ 28,60) bilhões e (US\$ 39,70) bilhões em 2018 e 2019, respectivamente. Já os investimentos estrangeiros diretos não apresentam mudanças extraordinárias para o período, o qual segundo as previsões em 2017 e 2018 alcançaram a margem de US\$ 80,00 bilhões e em 2019 US\$ 80,90 bilhões.

Deste modo, conforme a Tabela 12 foi apresentada as estimativas das projeções para o desempenho futuro do Brasil, o qual tende a retomar sua linha de crescimento econômico. Conforme os dados discutidos anteriormente, a economia do país está apresentando sinais de recuperação em seus diversos setores, fazendo crescer o índice de expectativas e confiança do desempenho econômico do Brasil. A seguir será apresentada uma breve descrição do nível de emprego e de seus rendimentos no período (2006-2016).

### ***3.2 Emprego e Seus Rendimentos***

O nível de emprego e de seus rendimentos demonstra-nos uma importante ferramenta de análise do desempenho da atividade econômica do país. Pois em um cenário de aceleração do crescimento econômico, os níveis de emprego da economia se elevam, acompanhando a rota de crescimento da produção, pois se necessita de um maior quantitativo de força de trabalho para executar a produção e com isto ocorre um crescimento nos níveis de contratação e crescimento do nível de renda das famílias, as quais passam a ter uma maior estabilidade financeira e a ter seus direitos trabalhistas assegurados.

Sendo assim, neste tópico analisaremos o comportamento do emprego e desemprego, do emprego formal e informal no total das regiões metropolitanas<sup>14</sup>, a evolução do emprego formal e das remunerações médias para o Brasil e para as grandes regiões, o desempenho recente dos rendimentos do setor privado, público e por conta própria e para fechar a seção será verificado o crescimento acumulado e a variação real do salário mínimo do Brasil.

Começaremos analisando o Gráfico 12 a seguir, o qual apresenta a proporção do pessoal ocupado e desocupado na população economicamente ativa (PEA), no total das regiões metropolitanas no período de 2006-2016.

No ano de início da análise, em 2006, a PEA alcançava um estoque de 22.662 de pessoas, ver (Quadro 13) no Apêndice A. Conforme o Gráfico 12, o percentual do pessoal

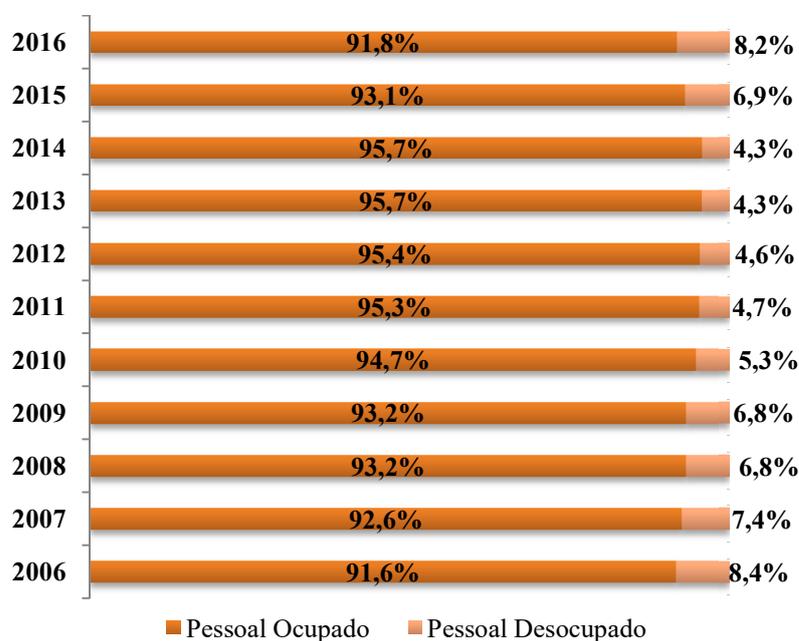
---

<sup>14</sup>As informações para o emprego e desemprego formal e informal só estão disponíveis para as regiões metropolitanas. Deste modo, foram utilizados os valores totais das regiões metropolitanas para efetuar as devidas descrições.

ocupado correspondia a 91,6% do total da PEA e o percentual de desocupados era de 8,4% no total das regiões metropolitanas.

De acordo ao Gráfico 12, o nível do pessoal ocupado foi crescente no período de 2006-2014, passando de um percentual de ocupação equivalente a 91,6% em 2006 para 95,7% em 2014, correspondente a um crescimento relativo de 14,88% ou um incremento de 3.090 pessoas no quantitativo da população ocupada no total das regiões metropolitanas. Neste mesmo período o estoque da PEA das regiões metropolitanas cresceu em 2.266 pessoas.

**Gráfico 12: Evolução do Emprego e Desemprego no Total das Regiões Metropolitanas**



**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

**Nota:** Taxa de ocupação na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%). Para o ano de 2016 os valores são referentes até o mês de fevereiro 2016.

Observando-se o percentual do pessoal desocupado no total das regiões metropolitanas, em 2006 o percentual era de 8,4% passando para 4,3% em 2014. Conforme os dados apresentados, durante a gestão do governo Lula 2006-2010, ocorreu um crescimento relativo de 10,84% no total de pessoas que tinham uma ocupação. E uma redução relativa na margem de 32,63% no total de pessoas desocupadas. Esta é uma forte característica do governo Lula, em termos de aumento dos níveis de emprego da economia.

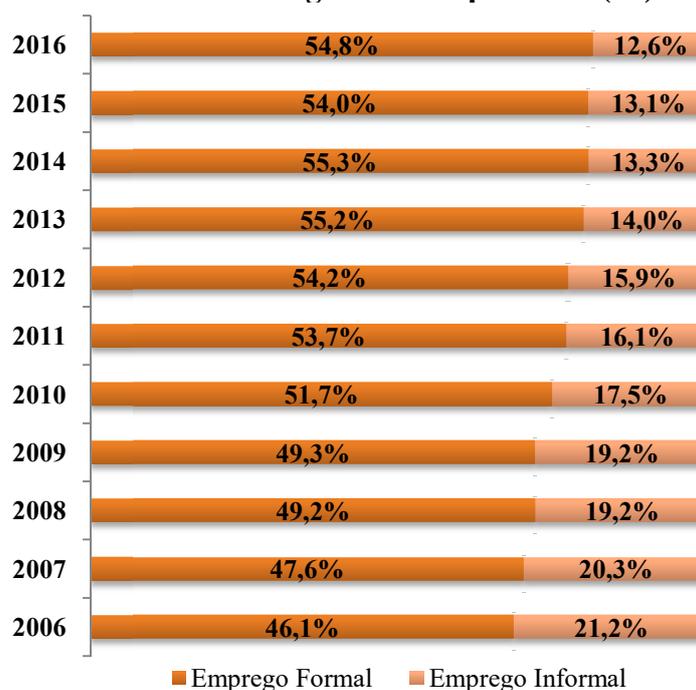
Em meio a este forte desempenho do mercado de trabalho, após 2014 os níveis de ocupação da força de trabalho começam a retrair, saindo de 95,7% em 2014 para 91,8% em 2016, logo o percentual de desocupados aumenta de 4,3% em 2014 para 8,2% em 2016 o equivalente a um crescimento em termos relativos do pessoal desocupado de 87,79%, ver

(Quadro 13) no Apêndice A. Onde o desempenho do pessoal ocupado e desocupado reflete a desaceleração do crescimento da economia do país ocorrido na gestão do governo Dilma.

Por fim, em 2016 a PEA, alcançava um estoque de 24.570 pessoas, ver (Quadro 13) no Apêndice A, sendo que em termos relativos 91,8% da PEA passaram a ter uma ocupação, em confronto com um contingente de 8,2% de desempregados.

A seguir, analisaremos no Gráfico 13 a proporção dos empregos formais e informais entre o pessoal ocupado no total das regiões metropolitanas no período de 2006 a 2016. A partir das informações contidas nos dados do (Quadro 14) no Apêndice A, podemos verificar a dinâmica de contratações no mercado de trabalho mediante as caracterizações de oscilações do desempenho da economia brasileira.

**Gráfico 13: Proporção de Empregos Formais e Informais entre o Pessoal Ocupado – Total das Regiões Metropolitanas (%)**



**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

**Nota:** foram excluídos da categoria pessoal ocupado da PME, militares, funcionários públicos estatutários, empregadores, autônomos e empregados não remunerados. Por este motivo, a soma dos percentuais apresentados é diferente da unidade.

Conforme o Gráfico 13, o nível de emprego formal foi ascendente de 2006 a 2014, neste período ocorreu à criação de 3.626 postos de empregos formais (com registro em carteira de trabalho). Em 2006, o percentual de emprego formal correspondia a 46,1% alcançando seu maior desempenho no ano de 2014, equivalente a 55,3%. Entretanto, após 2014 o percentual de empregos formais começa a apresentar oscilações, reduzindo 1,3 pontos

percentuais em 2015 e apresentando uma leve recuperação de 0,8 pontos percentuais em 2016. Ademais o emprego formal avançou 8,7 pontos percentuais de 2006-2016.

O desempenho do emprego informal foi decrescente ao longo do período 2006-2016, neste intervalo de tempo, a proporção do emprego informal que era de 21,2% em 2006 reduziu para 12,6% em 2016, o equivalente a uma redução no emprego informal de 1.560 pessoas ou uma redução na variação relativa de (35,40%).

Deste modo, evidencia-se que a trajetória do emprego formal no total das regiões metropolitanas foi crescente, tendo apresentado oscilações nos anos em que ocorreu redução no nível do pessoal ocupado no total das regiões metropolitanas e de redução do PIB do país. Vale destacar que de 2006-2010 o emprego formal apresentou crescimento de 24,35% e de 2011 a 2016 o emprego formal apresentou redução na margem de (1,38%), ver (Quadro 14) no Apêndice A. Embora tenha ocorrido aumento do nível de pessoas desocupadas após 2014, a proporção dos empregos informais não se expandiu, pelo contrário, reduziu-se neste período.

Seguindo esta linha de análise do comportamento do emprego, será analisada na Tabela 13 a seguir, a variação anual do emprego formal para o Brasil, Nordeste e seus respectivos Estados no período de 2006 a 2016.

**Tabela 13: Variação Anual do Emprego Formal do Brasil, Nordeste e Estados (%)**

UF	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	5,77	6,98	4,88	4,48	6,94	5,09	2,48	3,14	1,27	-3,05	-4,16
Nordeste	6,50	6,17	5,80	6,81	7,93	5,87	1,56	3,64	2,31	-2,56	-5,20
Maranhão	9,32	10,40	11,82	4,12	13,22	6,07	3,12	3,61	2,40	-2,16	-3,14
Piauí	5,03	1,90	12,31	4,79	7,32	4,21	6,36	6,15	3,06	0,67	-4,14
Ceará	7,53	7,06	6,66	9,40	7,24	6,12	1,19	5,08	3,78	-0,62	-6,44
Rio Grande do Norte	5,43	4,88	3,36	4,57	6,73	3,03	1,65	2,56	2,35	-3,68	-3,76
Paraíba	7,10	5,49	7,96	5,85	6,65	6,09	2,15	4,97	3,02	-1,79	-4,86
Pernambuco	6,12	6,62	5,59	6,97	9,76	7,31	2,77	3,77	0,57	-5,55	-5,07
Alagoas	7,11	3,74	4,19	4,97	5,57	5,71	1,45	0,79	1,03	-0,99	-3,73
Sergipe	8,89	6,01	-0,45	7,77	7,42	4,40	0,69	4,44	2,77	-2,89	-5,41
Bahia	5,29	6,13	4,30	7,42	6,98	5,91	-0,40	2,58	2,49	-2,54	-6,10

**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do MTE/RAIS.

Conforme a Tabela 13 o emprego formal no Brasil expandiu-se de 2006-2014, apresentando nestes anos variações relativas anuais positivas, embora que em alguns anos estas variações tenham apresentado oscilações significativas. Nesta série de análise verifica-se um crescimento negativo na variação relativa do emprego formal apenas nos anos de 2015,

correspondente a (3,05%) em relação à igual período do ano anterior, o equivalente em termos absolutos a uma perda de -1.510.703 postos de trabalho, sendo que em 2016 esta redução de postos de trabalho se intensifica, apresentando uma variação absoluta de -2.000.609, o equivalente a uma variação relativa de (4,16%).

O desempenho do emprego formal dos Estados do Nordeste apresenta maiores variações no período de 2006-2010. Neste período a região revela em média, uma variação do emprego formal correspondente a 6,64%, tendo os Estados do Maranhão, Ceará e Pernambuco apresentado variações média superiores a média da região no respectivo período. De 2011-2016 as variações anuais do total de empregos formais gerados foram sendo reduzidas, caracterizando-se por uma média de 0,94% das variações de emprego formal na região Nordeste, onde suas oscilações foram mais significativas pelo fato da ocorrência de variações negativas anuais em 2015 e 2016, ver Tabela 13.

Analisando o comportamento do emprego formal dentre os Estados da região Nordeste, o Maranhão apresentou a maior variação média do emprego formal em 2010, equivalente a 13,22%, sendo esta classificada como a maior variação dentre os Estados do Nordeste no referido ano. Seu pior desempenho ocorre em 2016, ano o qual o Estado apresenta variação negativa de (3,14%), ver Tabela 13. No período de análise o Maranhão ocupou a 4ª posição dentre os demais Estados do Nordeste no que tange a participação do Estado no total de emprego formal gerado na região.

O Estado do Piauí classificou-se na 8ª posição na participação do emprego formal da região Nordeste. Em 2008 o Estado apresentou seu melhor desempenho, equivalente a 12,31%, variação superior a dos demais Estados e ao da própria região. O respectivo Estado apresentou variação negativa apenas no ano 2016 correspondente a (4,14%), ver Tabela 13. Em 2010 o Rio Grande do Norte alcança sua maior variação do período de estudo, equivalente a 6,73%, e seu pior desempenho em 2016 com variação de (3,76%), ver Tabela 13. O Estado classifica-se na 6ª posição na participação do emprego formal da região Nordeste.

A Paraíba apresenta seu melhor desempenho em 2008 com variação de 7,96%, e seu pior desempenho em 2016 com variação de (4,86%). O Estado de Alagoas por sua vez apresenta seu melhor desempenho em 2006 com variação de 7,11%, e seu pior desempenho em 2016 com variação de (3,73%). Já o Estado de Sergipe apresenta seu melhor desempenho em 2006 com variação de 8,89%, e seu pior desempenho em 2016 com variação de (5,41%), ver Tabela 13. Estes Estados classificam-se na 5ª, 7ª e 9ª posição dentre os demais Estados da região Nordeste na participação do emprego formal.

Os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, classificam-se na 1º, 2º e 3º posição da composição dos empregos formais da região Nordeste. Neste âmbito de verificação do desempenho regional os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará são os principais demandantes de emprego pelo fato destas Unidades Federativas serem as maiores economias da região Nordeste. Em 2006 os três Estados concentravam 3.833.519 postos de emprego formal, o equivalente a 61,97% do total de emprego formal gerado pela região Nordeste. Em 2016 a concentração de postos de trabalho formais corresponde a 5.200.364 ou 61,64% do total gerado na região ver (Quadro 15) no Apêndice A para maiores detalhes.

Neste contexto, o Brasil apresentou um crescimento acumulado no emprego formal de 41,01% de 2006 a 2014, entretanto, de 2014 a 2016 o crescimento acumulado do Brasil foi decrescente em (7,08%). Ao observar o desempenho das grandes regiões no período de (2006-2014), observa-se que o Brasil em termos relativos alcançou crescimento superior às regiões Sudeste e Sul, cujas quais apresentaram crescimento de 36,67% e 38,57% e crescimento inferior as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste que detiveram crescimento no emprego formal equivalente a 56,32%, 49,81%, 47,64%, respectivamente, ver (Quadro 15) no Apêndice A.

A região Nordeste de 2006-2016 obteve um crescimento de 2.250.300 pessoas no emprego formal correspondente a um incremento de 36,38% de novos trabalhadores. Tendo acompanhado o comportamento das demais regiões nos anos de 2015 e 2016, em que ocorrem reduções nos níveis de empregos formais. Na região Nordeste, estas perdas foram equivalentes a uma variação relativa de (2,56%) em 2015, resultado inferior ao desempenho do Brasil. Embora tenha apresentado esta redução no nível de emprego formal o Estado do Piauí, foi o único da região que apresentou crescimento no emprego formal em 2015, correspondente a um incremento de 3.046 pessoas ou uma variação relativa de 0,67%, ver Tabela 13 acima. Em 2016 a Bahia, Pernambuco e Ceará apresentam redução relativa de (6,10%), (5,07%), (6,44%) no nível de emprego formal, resultando na redução da região Nordeste em (5,20%) ou uma variação absoluta de -463.076 postos de trabalho. A região Nordeste em 2016 concentrava 18,32% dos vínculos empregatícios, ver (Quadro 15) no Apêndice A para maiores informações.

Este cenário do mercado de trabalho formal resulta os impactos da intensificação da recessão econômica do país neste período. Pois o desempenho do mercado de trabalho é um reflexo dos níveis de atividade econômica do país.

Na Tabela 14 a seguir, será apresentado o desempenho do emprego de todos os setores para o Brasil, o Nordeste e seus respectivos Estados no lado (A) da Tabela, e o saldo do

emprego na construção civil no lado (B) da Tabela no período de setembro de 2016 e setembro de 2017. A construção civil é considerada a parte, pois ele se constitui um importante setor dentro da economia e é um bom indicador quando a economia começa a dar sinal de melhoras, pois é o setor que responde rapidamente tal fato.

O comportamento do saldo do emprego do Brasil conforme a Tabela 14 (A) apresentou um crescimento relativo de 0,48% no período de setembro de 2016 a setembro de 2017. Entretanto, ocorreu uma redução do saldo do emprego da construção civil do Brasil de (2,81%), entre setembro de 2016 a setembro de 2017, ver Tabela 14 (B). A região Nordeste obteve redução no saldo do emprego tanto no resultado da Tabela (A) em (4,40%), como da Tabela (B) em (4,22%), variações relativas superiores aos resultados alcançados para o Brasil.

**Tabela 14: Saldo do Emprego, de Todos os Setores, no Brasil, Nordeste e Estados (A) e Saldo do Emprego, Construção Civil, no Brasil, Nordeste e Estados (B)**

	(A) Todos os setores		(B) Construção civil		
	Setembro de 2017	Setembro de 2016	Setembro de 2017	Setembro de 2016	
Brasil	1.148.307	1.142.797	Brasil	110.771	113.974
Nordeste	176.616	184.754	Nordeste	20.807	21.724
Maranhão	11.259	10.684	Maranhão	1.995	2.075
Piauí	7.190	6.772	Piauí	1.153	1.384
Ceará	30.774	31.634	Ceará	3.783	4.172
Rio Grande do Norte	12.157	12.316	Rio Grande do Norte	1.331	1.393
Paraíba	10.252	9.005	Paraíba	1.320	1.412
Pernambuco	42.066	44.323	Pernambuco	2.957	3.513
Alagoas	13.352	19.978	Alagoas	839	995
Sergipe	5.796	6.192	Sergipe	662	625
Bahia	43.770	43.850	Bahia	6.767	6.155

Fonte: CAGED

De acordo com a Tabela 14 (A), os Estados do Nordeste que apresentaram crescimento no saldo do emprego foram: Maranhão com variação de 5,38%, Piauí com 6,17%, e Paraíba com variação relativa de 13,85%, que obteve a maior variação do saldo do emprego da região Nordeste neste período. Ambos os Estados apresentaram variações relativas superiores a do Brasil. Em contrapartida os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia reduziram seus saldos de emprego em (2,72%), (1,29%), (5,09%), (33,17%), (6,40%) e (0,18%), respectivamente.

A evolução do saldo do emprego da construção civil conforme apresentada na Tabela 14 (B), demonstra-nos que apenas dois Estados da região Nordeste tiveram variações relativas

crecentes no período analisado, sendo eles Sergipe com 5,92% e Bahia com 9,94%. Os demais Estados da região tiveram redução do saldo do emprego no respectivo setor, equivalente a (3,86%) o Maranhão, (4,45%) Rio Grande do Norte, (6,52%) a Paraíba, (9,32%) o Ceará, (15,68%) Alagoas, (15,83%) Pernambuco e (16,69%) Piauí.

Analisamos até o presente momento o comportamento dos níveis de emprego para as regiões metropolitanas, para o Brasil, Nordeste e suas Unidades Federativas. Deste modo, torna-se conveniente verificarmos o comportamento das remunerações do fator trabalho. De início começaremos observando a variação anual das remunerações médias, apresentadas na Tabela 15 a seguir para o Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste.

Em 2006 o Brasil alcançou uma variação média anual correspondente a 6,11%, este resultado foi promovido pela expansão das remunerações médias das regiões Centro-Oeste, seguido das regiões Norte e Nordeste e das regiões Sudeste e Sul. Neste ano conforme a Tabela 15, o Nordeste apresenta variação percentual de 7,93%. Dentre as Unidades Federativas da região Nordeste, destaca-se o crescimento das remunerações do Rio Grande do Norte, Alagoas e Piauí, por obterem variações de 13,42%; 10,79% e 10,23%.

No ano seguinte ocorre a maior redução dos níveis das remunerações médias para o Brasil e suas regiões. O Brasil em 2007 apresenta uma variação de (22,41%), enquanto que a região Nordeste apresenta variação real de apenas (0,52%) uma das menores variações no respectivo ano, advinda das variações dos Estados do Piauí (0,81%), Ceará (1,92%), Rio Grande do Norte (0,45%), Paraíba (1,00%) e Sergipe (1,01%).

**Tabela 15: Variação Anual das Remunerações Médias do Brasil, Nordeste e Estados (%)**

UF	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	6,11	-22,41	34,34	2,51	2,57	2,93	2,97	3,18	1,76	-2,56	0,79
Nordeste	7,93	-0,52	5,70	5,30	3,31	4,03	2,89	2,88	2,51	-3,47	2,43
Maranhão	7,70	1,54	6,76	7,09	2,93	4,95	4,85	1,72	1,96	-2,82	4,12
Piauí	10,23	-0,81	9,69	6,11	1,02	3,96	2,38	4,95	3,03	-1,67	4,29
Ceará	7,97	-1,92	8,70	3,05	1,85	4,92	3,82	2,63	2,51	-1,21	2,44
Rio Grande do Norte	13,42	-0,45	6,24	5,17	6,15	3,75	2,96	2,42	2,19	-4,00	3,64
Paraíba	8,99	-1,00	3,74	9,01	8,41	2,54	0,94	2,54	3,66	-3,21	2,96
Pernambuco	7,27	0,21	7,17	4,64	3,44	5,70	4,96	2,99	1,73	-4,07	1,50
Alagoas	10,79	0,06	3,70	6,70	2,70	3,76	2,79	3,98	3,43	-4,67	1,43
Sergipe	7,38	-1,01	6,95	5,07	4,53	1,74	6,42	-1,65	0,75	-6,95	4,08
Bahia	6,96	0,37	5,49	3,47	2,81	2,96	3,01	2,81	3,10	-1,91	2,06

**Fonte:** CAGED Anuário RAIS.

**Nota:** Variação das Remunerações Médias dos Empregados em 31/12 por Setor e Área Geográfica. Variação calculada a partir dos Valores a Preços Constantes de 2016, deflacionados pelo INPC.

O ano de 2008 é marcado pela forte recuperação das remunerações médias, neste ano o Brasil obteve uma variação de 34,34%, dentre as grandes regiões, este crescimento foi liderado pela região Sudeste seguida das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul. Após 2008 as variações das remunerações médias são mais restritas, já não mais alcançando oscilações superiores a 5,3% no Brasil e para a região Nordeste, embora exista a ocorrência de variações médias superiores a 5,3% dentre os Estados do Nordeste, ao relacionar o desempenho para toda a região o impacto das oscilações não ultrapassa tal margem percentual relatada.

As maiores variações das remunerações médias para os Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia ocorrem em 2006, equivalentes a 7,70%; 10,23%; 13,42%; 7,27%; 10,79%; 7,38% e 6,96%, enquanto que o Ceará apresenta sua maior variação em 2008 e a Paraíba em 2009, com variações de 8,70% e 9,01%, respectivamente. Em contrapartida, as menores variações das remunerações médias ocorrem em 2007 para o Estado do Ceará com variação de (1,92%) e em 2015 para os demais Estados com variações de (2,82%) no Maranhão, (1,67%) no Piauí, (4,00%) no Rio Grande do Norte, (3,21%) na Paraíba, (4,07%) em Pernambuco, (4,67%) em Alagoas, (6,95%) em Sergipe e (1,91%) na Bahia, ver Tabela 15 acima.

Em 2015 as remunerações médias apresentaram variações negativas na margem de (2,56%) no Brasil, puxada pelo desempenho das remunerações médias das regiões Norte (3,01%), Nordeste (3,47%), Sudeste (3,26%), Sul (2,03%) e Centro-Oeste (1,49%). Já em 2016 a remuneração média do Brasil cresce 0,79% em relação ao ano anterior alcançando R\$ 2.852,62. A maior remuneração média real neste ano foi registrada na região Centro-Oeste, equivalente a R\$ 3.283,70, seguido das regiões Sudeste R\$ 2.885,94, Sul R\$ 2.635,95, Norte R\$ 2.523,19, e da região Nordeste R\$ 2.200,61, ver (Quadro 16) no Apêndice A, para maiores informações.

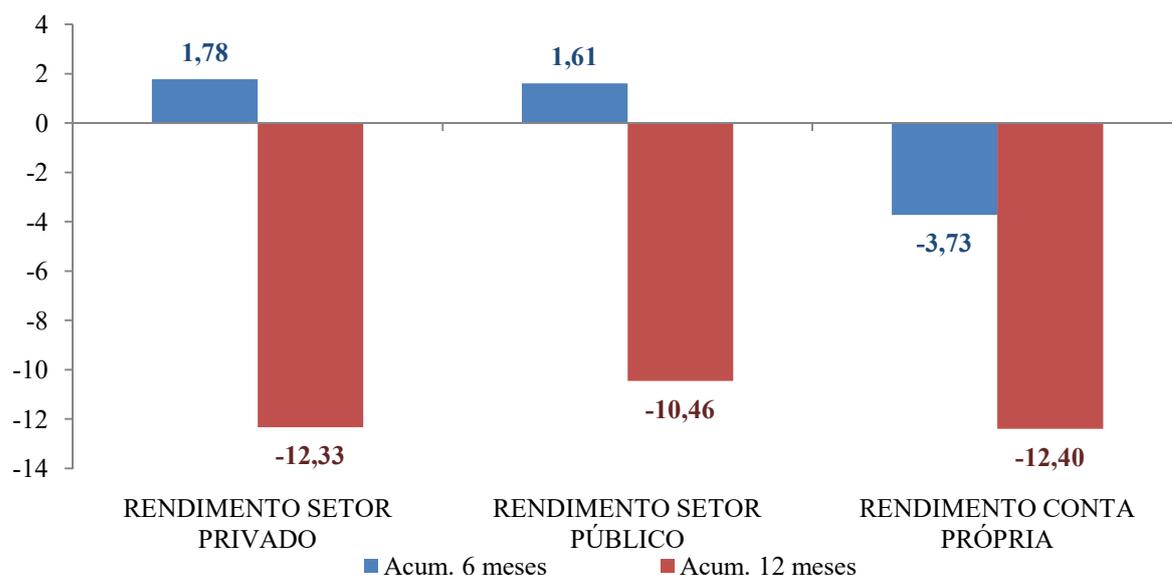
De 2006-2016 o crescimento acumulado das remunerações médias da região Nordeste cresceu na margem de 27,67%, seguida da região Sul 24,11%, da região Norte em 20,90% ambas superiores ao crescimento acumulado do Brasil, que neste mesmo período alcançou um crescimento de 19,78% ficando acima do crescimento das remunerações médias das regiões Sudeste e Centro-Oeste que apresentaram crescimento de 16,62% e 11,88%, respectivamente, ver (Quadro 16) no Apêndice A para maiores detalhes.

Adiante, verificaremos no Gráfico 14 a variação recente dos rendimentos dos setores por conta própria, do setor privado e para o setor público no acumulado em 6 meses e em 12 meses no total das regiões metropolitanas.

O setor privado de acordo com o Gráfico 14 apresentou no acumulado de 6 meses uma expansão da variação em 1,78% nos rendimentos do setor. Entretanto, o setor obteve uma redução na variação dos rendimentos no acumulado de 12 meses equivalente a (12,33%). Já o setor público apresenta uma variação de 1,61% no acumulado de 6 meses, em contrapartida o setor no acumulado de 12 meses alcançou uma redução dos rendimentos na margem de (10,46%).

Diferentemente do resultado do setor privado e público, os rendimentos do setor por conta própria, tanto no acumulado em 6 meses, quanto no acumulado de 12 meses, apresentou variação negativa no nível de seus rendimentos, o equivalente a (3,73%) e (12,40%). Dentre todos os setores observados no Gráfico 14, o pior desempenho ocorre no setor por conta própria, em que as variações dos rendimentos são mais intensas.

**Gráfico 14: Variação dos Rendimentos do Setor Privado, do Setor Público e Por Conta Própria**



**Fonte:** Elaboração Própria a Partir de Dados do IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

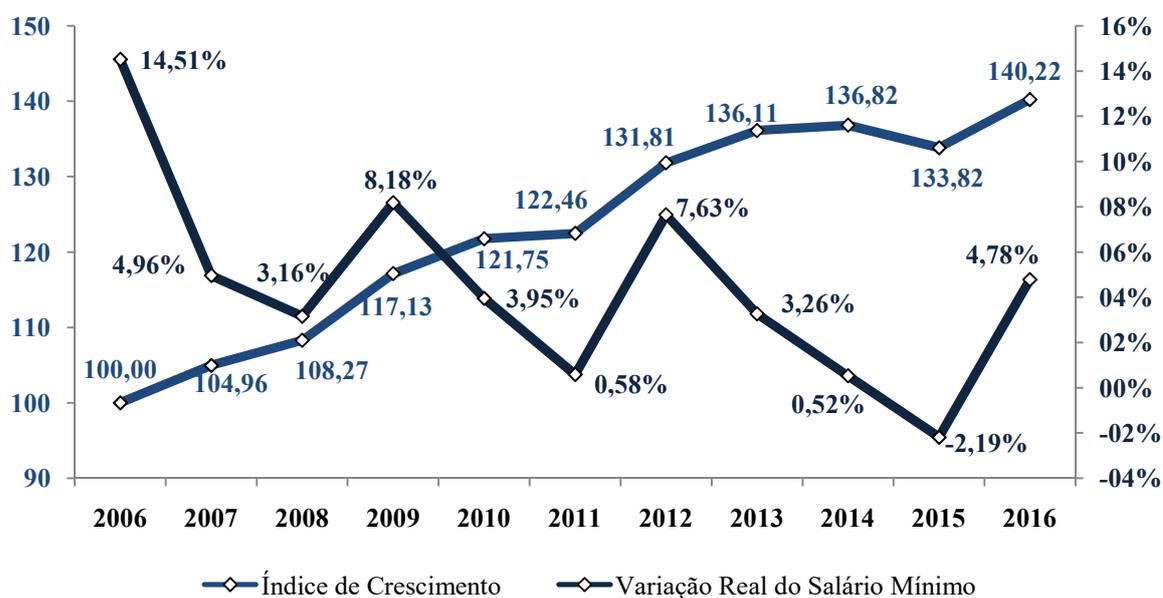
**Nota:** Acumulado em 12 meses (fev. 2015 - jan. 2016) Versus o Mesmo Período do ano Anterior (fev. 2014 - jan. 2015). Acumulado em 6 meses (agosto. 2015 - jan. 2016) Versus (fev. 2015 - jul. 2015).

Deste modo, a recuperação dos rendimentos dos três setores conforme apresentado esta sendo muito lento, mas seguindo o comportamento da economia que ainda segue em fase de recuperação. Sendo assim, estes setores têm muito que melhorar seu desempenho no decorrer do tempo, mas esta evolução dependerá dos cenários econômicos que estão por vir. Na sequência da verificação dos rendimentos, o Gráfico 15 a seguir apresenta o crescimento acumulado e a variação real do salário mínimo do Brasil entre 2006-2016.

Para concluir a análise dos rendimentos do fator trabalho, não poderíamos deixar de observar o comportamento do salário mínimo, o qual representa no Brasil o principal rendimento do trabalho. Sendo assim, o crescimento acumulado do salário mínimo atinge o patamar de 40,22% no ano de 2016, correspondente a um acréscimo real de R\$ 252,42 no período ver (Quadro18) no Apêndice A. Ao longo de todo o período de análise o rendimento foi crescente com uma leve redução do crescimento no ano de 2015.

Conforme o Gráfico 15, em 2006 o salário mínimo obteve uma variação real de 14,51%, cuja correspondeu ao seu maior desempenho do período. Após este ano, o salário mínimo oscilou entre taxas inferiores a 8,3%. Em 2010 alcançou uma variação real de 8,18% ante a variação de 3,16% do ano anterior. Em seguida a variação real declinou por dois anos consecutivos, o equivalente a redução de 7,6 pontos percentuais. No ano seguinte ocorre uma recuperação da variação real, elevando-se para 7,63% ante a variação de 0,58% do ano imediatamente anterior.

**Gráfico 15: Crescimento Acumulado e Variação Real do Salário Mínimo**



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados do Sistema Gerenciador de Séries Temporais - SGS.

**Nota:** Valores a preços constantes de 2016, deflacionado pelo INPC.

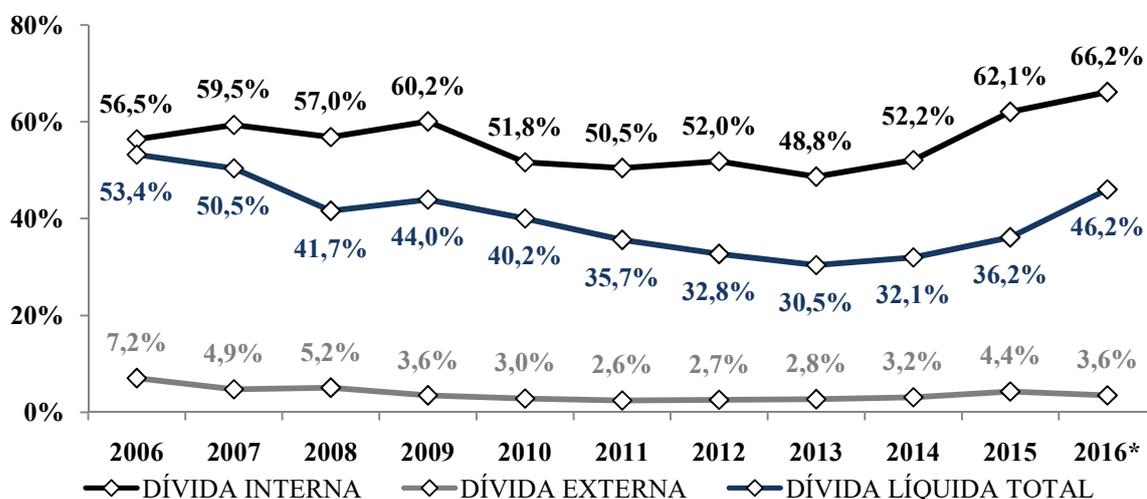
Após 2013 a variação real retoma uma linha de contrações chegando a obter em 2015 uma variação real negativa equivalente a (2,19%) correspondente a uma perda salarial real de R\$ 18,80, entretanto, esta oscilação é recuperada em 2016, pois o salário mínimo cresce em 4,78%, ou um acréscimo real de R\$ 40,15 no montante do salário mínimo ver (Quadro 18) no Apêndice A.

### 3.3 Caracterização das Finanças Públicas

Nesta seção verificaremos o desempenho das finanças públicas do Brasil por meio da análise da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)<sup>15</sup> e da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP). Em seguida, observaremos as principais transferências de recursos por ação do governo e a evolução recente da arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para o Brasil, região Nordeste e seus respectivos Estados. Na sequência, observaremos as transferências constitucionais reais do Fundo de Participação dos Estados (FPE), e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e para finalizarmos a análise da seção, observaremos o comportamento da despesa total com pessoal sobre a receita corrente líquida para as Unidades Federativas da região Nordeste.

O Gráfico 16 a seguir apresenta a proporção da DLSP interna e externa do Brasil sobre o PIB, no período de 2006 a 2016. Deste modo, verifica-se que a relação da DLSP total a preços constantes com o PIB situou-se em torno de uma média correspondente a 40,3% entre 2006-2016.

**Gráfico 16: Proporção da Dívida Líquida do Setor Público do Brasil no PIB**



**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do BACEN.

**Nota:** Percentuais calculados a preços constantes de 2016, corrigidos pelo Deflator Implícito do PIB. (\*) Para o ano de 2016, o valor do PIB considerado corresponde à estimativa apresentada pelo BACEN, do PIB acumulado nos últimos 12 meses.

Apesar de a DLSP total ter apresentado um crescimento relativo de 21,00% neste período de estudo, correspondente a uma evolução da dívida total de R\$ 2.390.738 milhões

<sup>15</sup>A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) consolida o endividamento líquido do setor público não financeiro e do BCB junto ao setor privado (títulos públicos), ao setor financeiro e ao resto do mundo. É o conceito mais amplo de dívida, pois inclui os governos federal, estaduais e municipais, o Banco Central do Brasil, a Previdência Social e as empresas estatais, (BACEN, 2017).

para R\$ 2.892.913 milhões, ver (Quadro 19) no Apêndice A. A relação DLSP / PIB, obteve um decréscimo de 7,2 pontos percentuais neste mesmo período, reduzindo-se de um patamar correspondente a 53,4% para 46,4%, ver Gráfico 16. O maior teto da dívida ocorre em 2006, quando o estoque da dívida alcançou 53,4% do PIB, e a menor relação DLSP / PIB ocorre em 2013, equivalente a 30,5%, após este ano a relação tende a aumentar advindo da recessão econômica do país.

Observando-se o comportamento da dívida externa entre 2006-2011 verifica-se um declínio progressivo equivalente a 4,6 pontos percentuais. Neste ano a relação da dívida externa / PIB foi correspondente a 2,6% ante a relação de 7,2% que detinha em 2006. Entretanto, após 2011, esta relação caminha em linha de crescimento ascendente, com exceção para o ano de 2016, obtendo em 2016 a margem de 3,6% do PIB. Entretanto, a dívida externa neste período de análise apresentou redução relativa de (29,02%), o equivalente em termos absolutos a R\$ 93.289 milhões, ver (Quadro 19) no Apêndice A.

Em contrapartida, a dívida interna brasileira entre 2006-2016, situou-se em média de 56,1% na relação dívida interna / PIB, obtendo um crescimento acumulado no período de 63,9%, ver (Quadro 19) no Apêndice A. Analisando a proporção da dívida com o PIB, ocorre neste período um acréscimo de 9,7 pontos percentuais, saindo de um patamar de 56,5% em 2006 para um nível de 66,2% em 2016, ver Gráfico 16. Assim, a dívida interna caracterizou-se no período como o principal componente da DLSP.

A seguir será demonstrado no Gráfico 17, o desempenho da NFSP<sup>16</sup> no Brasil para o período de 2006-2016, onde verificaremos os principais indicadores que representam a condução da política fiscal do governo, sendo eles o resultado primário, os juros nominais e o resultado nominal.

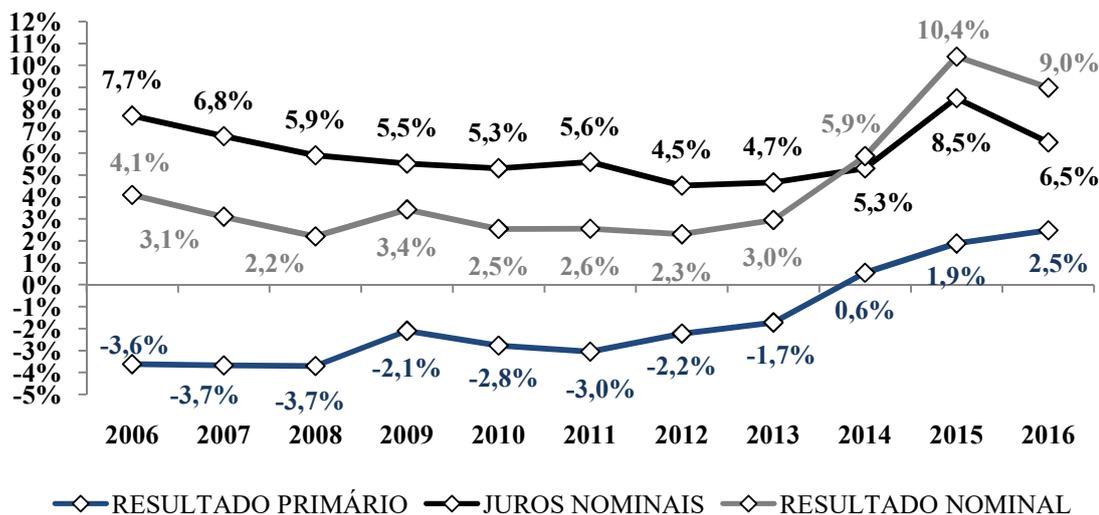
Conforme o Gráfico 17, o resultado primário a preços constantes em relação ao PIB apresentou consideráveis oscilações entre 2006-2016, passando de um patamar superavitário de R\$ 162.040 milhões, correspondente a (3,6%) da relação com o PIB em 2006 para um patamar deficitário de R\$ 155.791 milhões, equivalente a 2,5% da relação com o PIB em 2016. Durante o período do governo Lula (2006-2010), o resultado primário foi superavitário em todos os anos correspondente a uma média de (3,18%). Neste período os maiores

---

<sup>16</sup>NFSP – Conceito nominal: calculada a partir da variação mensal da Dívida Fiscal Líquida (DFL). NFSP – Conceito operacional: conceito nominal excluída a atualização monetária incidente sobre a DLSP (para o cálculo da atualização monetária mensal, utiliza-se como deflator o IGP-DI centrado ao final do mês –média geométrica do IGP-DI do mês e do mês subsequente). NFSP – Conceito primário: conceito nominal excluídas as despesas de juros nominais incidentes sobre a DLSP, calculadas pelo critério de competência, e incluídas as receitas de juros relativas às reservas internacionais (utiliza-se a taxa média de câmbio de compra para converter os valores expressos em dólares para reais). NFSP – Juros reais: representa a diferença entre os encargos financeiros totais (juros nominais) e a parcela de atualização monetária no mês, (BACEN, 2017).

superávits ocorrem nos anos de 2007-2008, equivalente a (3,7%), de 2006 a 2010 ocorre uma retração de (0,6%) dos superávits primários, ver (Quadro 20) no Apêndice A.

**Gráfico 17: Proporção da Necessidade de Financiamento do Setor Público do Brasil no PIB**



**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do BACEN.

**Nota:** Percentuais calculados a preços constantes de 2016, corrigidos pelo Deflator Implícito do PIB. (\*) Para o ano de 2016, o valor do PIB considerado corresponde à estimativa apresentada pelo BACEN, do PIB acumulado nos últimos 12 meses. (-) = Superávit.

Conforme o Gráfico 17, após 2011 período do governo Dilma, os níveis de superávits primários entram em uma linha sucessiva de declínio em destaque para o ano de 2014 em que ocorre o primeiro déficit primário da série analisada equivalente a R\$ 38.031 milhões (0,6%) do PIB, ante o superávit primário de R\$ 115.104 milhões do ano anterior. Esta linha deficitária se estende até o fim do período de análise, ver (Quadro 20) no Apêndice A.

Os juros nominais com exceção para o ano de 2011 seguiu uma tendência declinante até 2013. De acordo com o Gráfico 17, a proporção dos juros no PIB reduziu em 3,0 pontos percentuais de 2006-2013, saindo de um patamar correspondente a 7,7% do PIB em 2006 para 4,7% do PIB em 2013. Em 2014, esta proporção dos juros nominais em relação ao PIB expande, alcançando em 2015 o maior patamar da série, equivalente a 8,5% do PIB. Ademais, de 2006 a 2016 os juros nominais reduziram em um patamar correspondente a 1,2 pontos percentuais.

O resultado nominal foi deficitário ao longo de toda a série analisada, apresentando seu melhor desempenho em 2008, equivalente a 2,2% do PIB e seu pior resultado em 2015, correspondente a um déficit de 10,4% do PIB, ver Gráfico 17. De 2006 a 2013 o resultado nominal cresce em torno de 8,2%, um crescimento moderado dado os cenários econômicos

que foram vivenciados neste período. Entretanto, ocorre uma explosão de crescimento do resultado nominal de 2013 a 2015, correspondente a 234,4%, ocasionando em 2015 um déficit nominal de R\$ 664.101 milhões, o maior déficit do período analisado, resultante do crescimento dos juros nominais em R\$ 543.585 milhões e do déficit primário em R\$ 120.516 milhões.

Sendo assim, mesmo que de forma prévia, sintetizamos o comportamento da DLSP e da NFSP na discussão anterior, tomando conhecimento de seus resultados, cujos quais são de fundamental importância para análise das finanças públicas do Brasil. Deste modo, continuaremos verificando o desempenho das finanças públicas através da Tabela 16 a seguir, que apresenta uma síntese das principais transferências de recursos por ação do governo, que foram efetivadas mediante as medidas de políticas macroeconômicas para impulsionar o desempenho econômico do país no período de 2006 a 2016.

**Tabela 16: Brasil, Regiões e Estados do Nordeste: Principais Transferências de Recursos por Ação de Governo e Taxa de Crescimento (R\$ milhões)**

Ano	2006	2012*	2012*	2016			Taxa de crescimento 2016/ 2006 e 2016/2012*		
	Bolsa Família	Pronatec	PAIF / CRAS	Bolsa Família	Pronatec	PAIF / CRAS	Bolsa Família	Pronatec	PAIF/C RAS
<b>Brasil</b>	14.874,22	1.469,61	1.296,67	28.506,17	296,07	1.459,02	91,65	-79,85	12,52
<b>Nordeste</b>	7.801,30	25,56	562,60	14.825,62	24,61	599,54	90,04	-3,73	6,57
<b>Norte</b>	1.461,81	43,93	125,99	4.003,65	15,30	135,77	173,88	-65,17	7,76
<b>Centro-Oeste</b>	672,66	995,69	99,03	1.319,09	245,90	122,21	96,10	-75,30	23,40
<b>Sudeste</b>	3.578,29	404,44	340,15	6.693,66	10,26	385,40	87,06	-97,46	13,30
<b>Sul</b>	1.360,16	0,00	168,90	1.664,14	0,00	216,12	22,35	-	27,96
<b>AL</b>	466,23	0,00	27,93	853,97	5,00	30,63	83,17	-	9,69
<b>BA</b>	2.002,38	20,89	125,86	3.775,54	0,00	141,61	88,55	-100,00	12,52
<b>CE</b>	1.276,14	0,00	91,27	2.148,37	0,00	87,18	68,35	-	-4,48
<b>MA</b>	1.063,00	0,00	83,29	2.313,16	0,00	87,56	117,61	-	5,13
<b>PB</b>	590,05	0,00	50,72	1.157,05	0,00	54,16	96,09	-	6,78
<b>PE</b>	1.190,31	0,00	65,67	2.284,31	2,00	76,48	91,91	-	16,46
<b>PI</b>	524,92	4,67	55,17	1.052,95	17,61	56,58	100,59	277,27	2,55
<b>RN</b>	415,05	0,00	42,66	715,64	0,00	42,63	72,42	-	-0,08
<b>SE</b>	273,21	0,00	20,03	524,63	0,00	22,70	92,02	-	13,34

**Fonte:** Elaboração Própria a Partir de Dados do Portal da Transparência.

**Nota:** Valores a Preços Constantes de 2016, deflacionados pelo IPCA. (\*) Valor Correspondente ao Ano de disponibilidade dos dados para Programa. Os dados apresentados correspondem ao Programa Bolsa Família, ao Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica – PRONATEC, e aos Serviços de Proteção Social Básica (PAIF/CRAS).

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, ele foi aprimorado ao longo dos anos para abranger um maior número de famílias de baixa renda, e com isto, proporcionar melhorias no acesso a alimentação, saúde e educação. Conforme a Tabela 16, o Brasil de 2006-2016 apresentou um crescimento acumulado de 91,65% no nível das transferências do Bolsa Família.

Verificando a participação territorial, em 2006, a região Nordeste concentrava 52% do total das transferências, seguida da região Sudeste 24%, Norte 10%, Sul 9% e Centro-Oeste 5%. Dentre os Estados da região Nordeste, 26% das transferências são destinadas ao Estado da Bahia, 16% para o Ceará, 15% para Pernambuco, 14 % para o Maranhão, 8% para Paraíba, 7% para o Piauí, 6% para Alagoas, 5% para o Rio Grande do Norte e 4% para Sergipe, ver Tabela 16.

Em 2016, o Nordeste permanece na liderança da destinação dos recursos do programa Bolsa Família, 52% do total dos recursos, a região Norte aumenta sua captação dos recursos em 4 pontos percentuais, o equivalente a 14%, a região Centro-Oeste permaneceu no mesmo patamar com 5% e as regiões Sudeste e Sul reduzem a captação dos recursos passando para 23% e 6%, respectivamente. E entre os Estados do Nordeste as Unidades Federativas que apresentaram mudanças em 2016 foram Maranhão em 16%, crescimento de 2 pontos percentuais no período, Ceará em 14%, redução em 2 pontos percentuais e Bahia com 25%, tendo apresentado redução de 1 ponto percentual entre 2006-2016, ver Tabela 16.

O PRONATEC obteve redução no crescimento no total do Brasil equivalente a (79,85%) na comparação do período 2012-2016. As regiões que detinham maiores captações nos recursos em 2012 eram Centro-Oeste 68%, Sudeste 28%, Norte 3% e Nordeste 2%. Na região Nordeste, as Unidades Federativas que receberam os recursos do programa foram Bahia e Piauí com 82% e 18% dos recursos destinados a região Nordeste no respectivo ano. Os recursos do programa PRONATEC em 2016 foram redistribuídos entre as grandes regiões em um percentual correspondente a 8% no Nordeste, 5% no Norte, 83% no Centro-Oeste, e 3% para região Sul. Dentre os Estados da região Nordeste, Alagoas passou a receber 20%, Piauí 72% e Pernambuco 8% do total dos recursos destinados para a região, ver Tabela 16.

Conforme a Tabela 16, de 2012 a 2016 os recursos dos serviços de proteção social básica obtiveram um crescimento relativo de 12,52% no total do Brasil. Em 2012 os recursos estavam distribuídos entre as regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul em 43%, 10%, 8%, 26% e 13%, respectivamente. O maior Estado do Nordeste beneficiário do programa em 2012 foi a Bahia com 22% e o menor foi Sergipe, com 4% do total dos recursos da região. Em 2016 ocorre uma realocação dos recursos entre as grandes regiões, cujas quais

passaram a receber respectivamente 41% a região Nordeste, 9% o Norte, 8% o Centro-Oeste, 26% o Sudeste e 15% a região Sul. No acumulado de 2016, o Estado de Pernambuco foi o que obteve o maior crescimento entre os demais Estados da região Nordeste cerca de 16,46% e o menor crescimento ocorreu no Estado do Ceará em (4,48%).

A seguir será apresentada na Tabela 17 a variação percentual acumulada no ano da arrecadação de ICMS no Brasil, Nordeste e suas Unidades Federativas. O ICMS movimentou valores elevados por conta do imposto ser cobrado em toda a linha produtiva, ou seja, sobre todos os produtos que são consumidos.

As receitas reais acumuladas no ano de ICMS do Brasil, ao longo do período de 2006 a 2016, foi de certa maneira um reflexo da atividade econômica do país. O melhor desempenho da arrecadação acumulada do Brasil ocorreu em 2010, correspondente a uma variação de 12,38%. Em 2016 a variação acumulada do país passa para (5,62%), caracterizando-se como seu pior desempenho da série analisada, ante uma variação de (5,13%) que detinha no ano anterior.

Na região Nordeste a maior variação real acumulada da arrecadação de ICMS ocorreu em 2010, correspondente a 14,81% ante uma variação de 0,53%, que havia apresentado em 2009. A região apresenta os menores crescimentos em 2015 e 2016 referentes às variações negativas de (4,00%) e (3,77%), respectivamente.

**Tabela 17: Variação % Acumulada da Arrecadação do ICMS no Brasil, Nordeste e Estados**

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	6,44	5,13	11,23	-0,90	12,38	6,66	1,98	5,19	-1,00	-5,13	-5,62
Nordeste	9,85	2,39	9,38	0,53	14,81	5,11	5,02	6,68	2,19	-4,00	-3,77
Maranhão	19,85	5,72	10,97	2,03	11,59	8,56	7,47	7,15	1,00	-2,37	10,09
Piauí	13,79	6,15	12,84	7,88	15,13	2,10	8,88	5,27	4,68	-0,66	-6,13
Ceará	14,67	0,60	13,99	3,72	14,04	3,66	6,92	7,18	2,18	-4,33	-2,67
Rio Grande do Norte	13,64	1,14	6,44	2,13	11,92	4,90	10,30	2,91	2,37	-5,30	0,22
Paraíba	10,11	5,59	8,72	3,89	14,47	4,97	9,18	9,83	9,02	-5,05	-4,38
Pernambuco	8,27	7,40	8,47	5,42	16,61	10,78	1,45	3,98	1,71	-6,87	-1,33
Alagoas	11,75	5,54	8,96	0,26	16,68	2,56	2,54	4,79	0,86	-2,17	5,64
Sergipe	8,91	1,32	5,35	1,82	23,00	1,34	9,43	4,39	0,75	-2,05	-6,14
Bahia	5,48	-1,45	8,47	-6,46	13,99	2,57	3,04	9,53	1,26	-2,77	-11,40

**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados da COTEPE/ICMS.

**Nota:** valores acumulados no ano obtido por meio de cálculo do ICMS a preços constantes de dezembro de 2016, valores em R\$ Mil.

As maiores variações acumuladas dos Estados do Nordeste ocorrem em 2006 no Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte, e no ano de 2010 para os Estados do Piauí, da

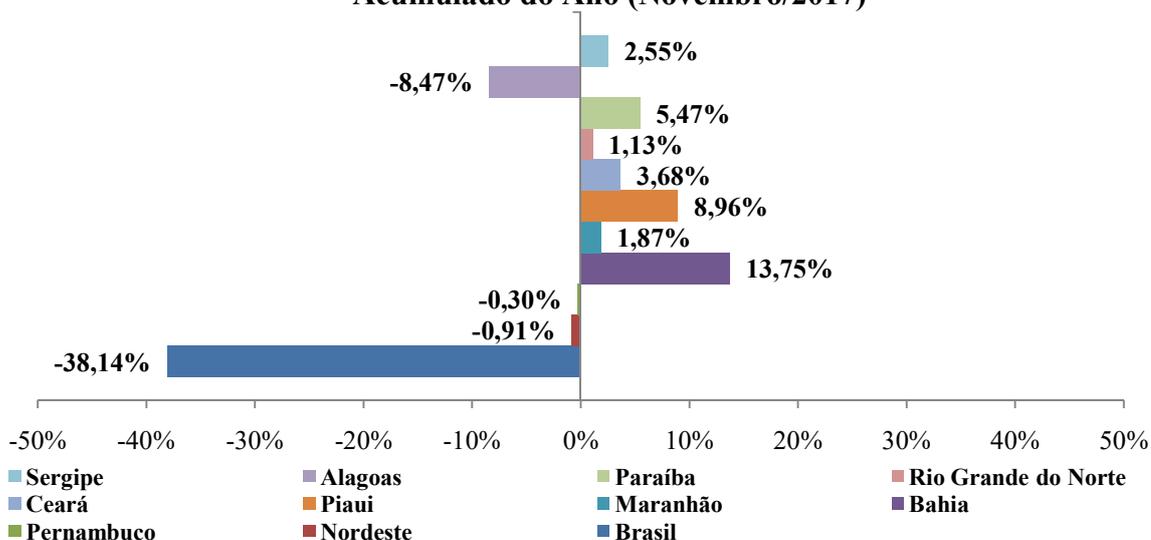
Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e Bahia. A região Nordeste no período analisado apresentou variações inferiores a do Brasil apenas nos anos de 2007, 2008 e 2011.

Conforme a Tabela 17 de 2006 a 2010 a arrecadação acumulada do ICMS foi negativa apenas na Bahia e no Brasil nos anos de 2007 e 2009. Em 2009 a variação acumulada do Nordeste foi superior a do Brasil, tendo o Estado da Bahia apresentado a menor variação real da região correspondente a (6,46%). De 2011 a 2016 as variações reais negativas ocorreram em 2014 no Brasil correspondente a (1,00%), em 2015 em todas as localidades, sendo estas variações expressivas nos principais Estados nordestino de Pernambuco (6,87%), Ceará (4,33%) e Bahia (2,77%).

Dos nove Estados Nordestinos, em 2016 três apresentaram aumentos na arrecadação real do ICMS, o incremento positivo ocorreu no Maranhão em 10,09%, no Rio Grande do Norte com 0,22% e em Alagoas de 5,64%. Entretanto, apesar do crescimento destes Estados, os demais reduziram suas arrecadações em (6,13%) Piauí, (2,67%) Ceará, (4,38%) Paraíba, (1,33%) Pernambuco, (6,14%) Sergipe e (11,40%) Bahia, ver Tabela 17.

Na sequência podemos observar no Gráfico 18 o desempenho recente da arrecadação de recursos do ICMS para o Brasil, para o Nordeste e suas respectivas Unidades Federativas no acumulado do ano até novembro de 2017. O comportamento deste imposto pode ser considerado um forte indicativo para verificação da atividade econômica, pelo fato deste incidir sobre a produção de bens e serviços.

**Gráfico 18: Brasil, Nordeste e Estados: Evolução da Arrecadação Real do ICMS no Acumulado do Ano (Novembro/2017)**



**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ. Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE.

**Nota:** variação do acumulado do ano (janeiro a novembro de 2017) comparado com o mesmo período de 2016.

De acordo ao Gráfico 18, a arrecadação do ICMS no acumulado do período para o Brasil está (38,14%) abaixo do patamar que detinha comparado ao mesmo período do ano anterior. A região Nordeste neste mesmo período obteve uma redução na arrecadação do ICMS equivalente a (0,91%), resultado puxado pelo baixo desempenho alcançado de Pernambuco e de Alagoas em (0,30%) e (8,47%), respectivamente.

Neste período de análise do acumulado das arrecadações, a Bahia apresenta o melhor desempenho da região Nordeste, com crescimento de 13,75%, seguido do Piauí com 8,96%, da Paraíba 5,47%, do Ceará em 3,68%, de Sergipe com 2,55%, do Maranhão com 1,87% e do Rio Grande do Norte com crescimento de 1,13%. Ademais, estes resultados apresentados são um reflexo do baixo dinamismo econômico que perdura na economia brasileira, a qual ainda precisa ser direcionada ao caminho do crescimento. Sendo assim, o ICMS que é a principal fonte de arrecadação própria dos Estados deve-se recuperar conforme o fluxo de produção expandir nestas áreas geográficas.

A Tabela 18 a seguir, apresenta as variações reais do FPM + FPE para região Nordeste e suas unidades federativas no período de 2008-2017. O FPM e o FPE constituem uma das modalidades de transferências constitucionais da União para os Estados, municípios e o Distrito Federal, sendo a distribuição dos recursos da arrecadação líquida do imposto de renda e do IPI alocando em 21,5% para os Estados e o Distrito Federal e 22,5% para o FPM, estando esta distribuição prevista no Art. 159 da Constituição Federal (BRASIL. Constituição Federal, 1988).

**Tabela 18: Variação Real do FPM + FPE por Estado do Nordeste**

<b>Varição</b>	<b>NE</b>	<b>AL</b>	<b>BA</b>	<b>CE</b>	<b>MA</b>	<b>PB</b>	<b>PE</b>	<b>PI</b>	<b>RN</b>	<b>SE</b>
Var. 2009/2008	-10,06%	-10,11%	-10,01%	-10,14%	-10,12%	-10,06%	-9,98%	-8,88%	-10,68%	-10,72%
Var. 2010/2009	2,67%	2,59%	2,42%	2,58%	2,51%	2,54%	2,54%	3,74%	3,21%	2,56%
Var. 2011/2010	15,79%	15,80%	16,37%	15,78%	15,72%	15,78%	15,71%	14,55%	15,75%	15,77%
Var. 2012/2011	-2,00%	-2,02%	-2,48%	-2,03%	-2,04%	-2,03%	-2,04%	-0,95%	-2,03%	-1,32%
Var. 2013/2012	0,85%	1,21%	1,43%	-0,92%	1,22%	1,23%	0,43%	1,22%	1,22%	1,22%
Var. 2014/2013	2,66%	2,68%	2,78%	2,64%	2,59%	2,64%	2,58%	2,68%	2,62%	2,65%

(Continua...)

(Continuação.)

Variação	NE	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
Var. 2015/2014	-2,81%	-3,00%	-1,94%	-2,96%	-3,00%	-2,93%	-2,95%	-2,98%	-3,62%	-3,11%
Var. 2016/2015	5,34%	6,54%	5,43%	5,24%	5,53%	5,39%	4,74%	5,74%	5,81%	3,58%
Var. 2017*/2016*	5,17%	5,85%	5,42%	5,23%	5,24%	3,86%	5,20%	5,35%	5,16%	4,86%

**Fonte:** STN. Nota: (\*) (\*) Dados de 2017 e 2016 são relativos aos meses de janeiro a outubro; Valores corrigidos pelo IPCA de outubro.

De acordo com a Tabela 18, em 2009 a região Nordeste obteve uma variação real negativa de (10,06%) no total das transferências constitucionais FPE + FPM no qual refletiram nos recebimentos destas transferências pelos Estados da região afetando suas receitas fiscais. Em 2011 ocorre o maior patamar destas transferências, referentes a um aumento de 15,79% o qual em termos absolutos, corresponde a um incremento de R\$ 8.805.037, ver (Quadro 21) no Apêndice A.

Observando o crescimento acumulado, verifica-se um crescimento real de 11,07% das transferências para a região Nordeste de 2008 a 2016, alcançando um patamar de recursos correspondentes a R\$ 67.075.516 em 2016 ante R\$ 60.390.582 que detinha em 2008. Dentre os Estados da região os patamares de recebimentos destes recursos cresceram em 14,35% no Piauí, 12,73% na Bahia, 12,39% em Alagoas, 11,03% no Maranhão, 10,74% no Rio Grande do Norte, 9,56% em Pernambuco, 9,08% em Sergipe e 8,58% no Ceará.

Ao longo do período de 2008-2016 as Unidades Federativas mantiveram suas posições no tocante ao quantitativo do recebimento dos recursos. De acordo com o (Quadro 21) no Apêndice A, os Estados que mais receberam captação dos recursos em ordem decrescente foi Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe.

Deste modo, verifica-se que durante este período os patamares das transferências cresceram na tentativa de contribuir na redução das desigualdades regionais, tendo visto que em grande parte, os níveis de receitas dos Estados são inferiores aos das suas despesas, contribuindo assim, para o controle das contas públicas destas Unidades Federativas. Na sequência, verificaremos na Tabela 19 a seguir, a evolução das transferências constitucionais FPE + FPM por unidade federativa da região Nordeste ao longo do ano de 2016.

No ano de 2016 os recebimentos das transferências constitucionais para a região Nordeste, cresceram 14,79% entre o primeiro semestre de 2016 e o segundo semestre de

2016, correspondente a um incremento absoluto no saldo dos recursos de R\$ 4.619.577,30 ver Tabela 19. As transferências de recursos para os Estados da região Nordeste entre o 1º e 2º semestre, cresceram na seguinte proporção: 16,51% em Alagoas, 16,23% Bahia, 14,47% Ceará, 14,54% Maranhão, 14,78% Paraíba, 13,68% Pernambuco, 15,13% Piauí, 15,20% Rio Grande do Norte e 10,62% Sergipe.

**Tabela 19: Transferências Constitucionais Reais do FPM + FPE por Estado do Nordeste**

Ano	2016_1	2016_2	Saldo	2016_2/2016_1
NE	31.227.969,31	35.847.546,61	4.619.577,30	14,79%
AL	2.317.887,18	2.700.605,12	382.717,94	16,51%
BA	6.667.512,59	7.749.735,86	1.082.223,27	16,23%
CE	4.364.812,32	4.996.510,32	631.698,00	14,47%
MA	4.027.879,19	4.613.353,94	585.474,75	14,54%
PB	2.846.312,93	3.267.101,63	420.788,69	14,78%
PE	4.195.482,33	4.769.488,22	574.005,89	13,68%
PI	2.472.485,14	2.846.671,74	374.186,60	15,13%
RN	2.357.944,41	2.716.367,20	358.422,79	15,20%
SE	1.977.653,22	2.187.712,60	210.059,38	10,62%

**Fonte:** STN.

**Nota:** valores em R\$ Mil.

No que tange a distribuição dos recursos no semestre do total da região Nordeste, 6% dos recursos destinou-se ao Estado de Sergipe, 8% para Rio Grande do Norte e o mesmo percentual para o Piauí, 9% para Paraíba, 13% para o Maranhão e mesmo percentual para Pernambuco e 14% para o Ceará. A Bahia e Alagoas aumentam sua participação na recepção dos recursos das transferências do 1º semestre para o 2º semestre de 2016, em 1 ponto percentual saindo de 21% para 22% a Bahia e de 7% para 8% Alagoas.

Deste modo, observamos a evolução dos mecanismos de destinação de recursos constitucionais para os Estados da região Nordeste. Sendo estas transferências de fundamental relevância para solvência fiscal destas federações. Adiante verificaremos o comportamento das despesas sobre as receitas líquida dos Estados da região Nordeste.

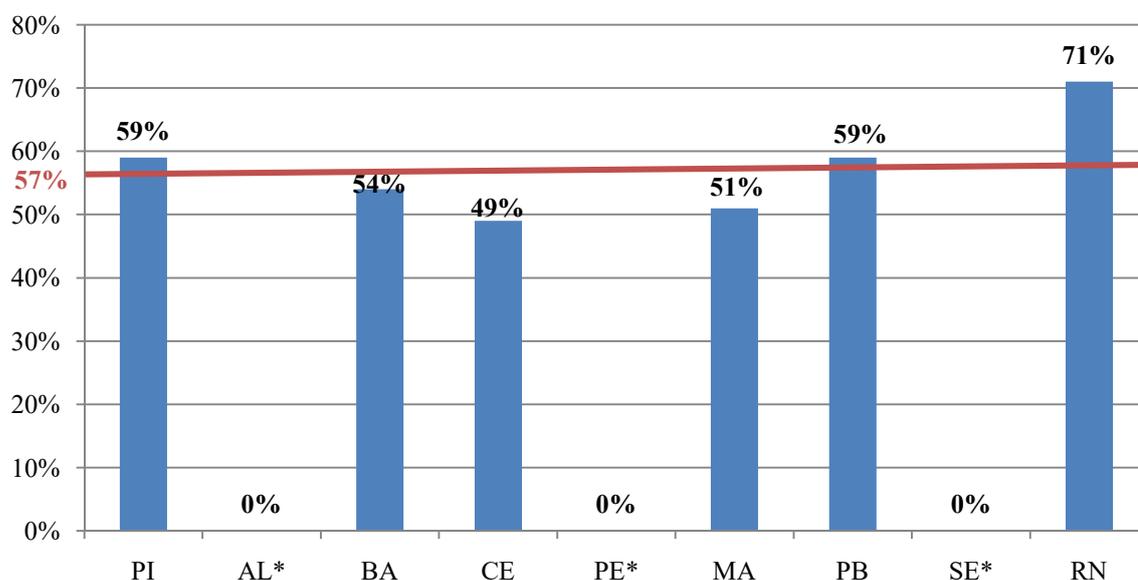
O Gráfico 19 a seguir apresenta a evolução das despesas totais com o pessoal, pelo fato destas despesas serem consideradas as mais relevantes dos gastos estatais, sobre a receita corrente líquida no ano de 2016, para os Estados do Nordeste. De acordo com a lei de

responsabilidade fiscal (LRF)<sup>17</sup>, é estabelecido um teto de limite prudencial para que a gestão governamental possa controlar suas despesas no intuito de mantê-las sob controle sem ocasionar o comprometimento de suas receitas.

De acordo com o Gráfico 19, verifica-se que as Unidades Federativas de Alagoas, Pernambuco e Sergipe não depuseram das informações, entretanto, dentre os demais Estados, o destaque vai para o Rio Grande do Norte que ultrapassou o limite máximo permitido em 11 pontos percentuais, fechando o ano de 2016 com um dado alarmante, pois cerca de 71% da receita corrente líquida do Estado correspondeu ao pagamento da folha de salário.

Conforme o Gráfico 19, os Estados da Paraíba e do Piauí, que mesmo embora tenham ficado abaixo do limite máximo permitido, obtiveram um patamar de 59% referentes ao pagamento da folha do pessoal estando acima do limite prudencial permitido de 57%. Os Estados que ficaram dentro de um patamar considerado foi a Bahia com comprometimento de 54% das receitas líquidas, seguido do Maranhão com 51% e do Ceará com 49%.

**Gráfico 19: Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) –2016**



**Fonte:** STN. Relatório de Gestão Fiscal.

**Nota:** O limite máximo determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 60% para os Estados. O limite prudencial é de 57%. (\*) Dados não divulgados.

Um fator relevante a se considerar, ocorre pelo fato da existência de uma forte concentração das despesas destes Estados com a folha de pagamentos. Como se observa no

<sup>17</sup>A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, com amparo no Capítulo II, do Título VI, da Constituição Federal, Art. 1º da LRF, (BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

Gráfico 19, as Unidades Federativas detiveram um comprometimento de no mínimo 49% das receitas correntes líquidas no ano de 2016 com as despesas totais com o pessoal. Cabe refletimos, como é que em um cenário de recessão econômica no país, o patamar das despesas com o pessoal encontra-se tão elevado, dado as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Salientado que boa parte dos recursos das receitas destes Estados é proveniente das transferências constitucionais, conforme apresentado anteriormente. A alocação das despesas deveria ser distribuída de forma mais intensa em outras segmentações e de maior necessidade dos Estados para reduzir as disparidades regionais, priorizando os investimentos na educação e na infraestrutura.

### ***3.4 Comportamento do Setor Externo***

O setor externo da economia é caracterizado pelas transações efetuadas com indivíduos, empresas e setor governamental de outros países (BACHA, 2004). Este setor é de fundamental importância para o desempenho econômico de um país, pois através dele se torna possível a comercialização de bens e serviços. A caracterização do setor externo será avaliada a seguir através da evolução dos principais elementos que o compõem no período 2006-2016. Sendo observado o comportamento do câmbio, do balanço de pagamentos, da balança comercial, da composição das pautas de importação e exportação do país e por fim a evolução das reservas internacionais.

A taxa de câmbio é definida como o preço da moeda nacional trocado por uma moeda estrangeira de referência. Este é um conceito britânico de taxa de câmbio, utilizada em alguns países, como no Brasil, para divulgar a taxa de câmbio em jornais e revistas trazendo a informação de quantos reais estão sendo trocados por dólares (BACHA, 2004). A evolução da taxa de câmbio nominal do Brasil pode ser verificada no Gráfico 20 a seguir.

Com base no Gráfico 20, observamos a oscilação da taxa de câmbio nominal do Brasil que em 2006 correspondia a R\$ 2,14/US\$ 1,00 passando para R\$ 3,26/US\$ 1,00 em 2016, correspondente a uma desvalorização do real de 52,44%. Neste intervalo de tempo, o câmbio oscila com maior relevância entre 2006-2010, apresentando valorizações cambiais nos anos de 2007, 2009 e 2010, tendo apresentado neste último ano, a maior valorização do real da série analisada correspondente a R\$ 1,67/US\$ 1,00. Em 2010 a valorização cambial ocasionou o crescimento das exportações do Brasil em 31,98%, e das importações 42,32% em relação ao ano anterior. Ao efetivar a comparação da taxa de câmbio do Brasil de 2010 em relação à taxa obtida em 2006, verifica-se uma variação relativa do real equivalente a (22,07%).

**Gráfico 20: Evolução da taxa de Câmbio Nominal no Brasil (R\$/US\$)**

**Fonte:** Elaboração Própria a partir dos dados do SGS - Sisbacen PTAX800.

**Nota:** Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - Fim de período - anual - u.m.c./US\$.

Após 2010 o ciclo de desvalorização cambial é crescente no Brasil, tendo apresentado a maior desvalorização do período no ano de 2015, correspondente a taxa de câmbio de R\$ 3,90/US\$ 1,00. Neste ano as exportações reduzem em (15,09%) e as importações em (25,18%) em relação a 2014. Em termos relativos de 2014 a 2015 a taxa de câmbio obteve uma variação de 47,01% reduzindo esta variação em 2016 para (16,54%), ver Gráfico 20.

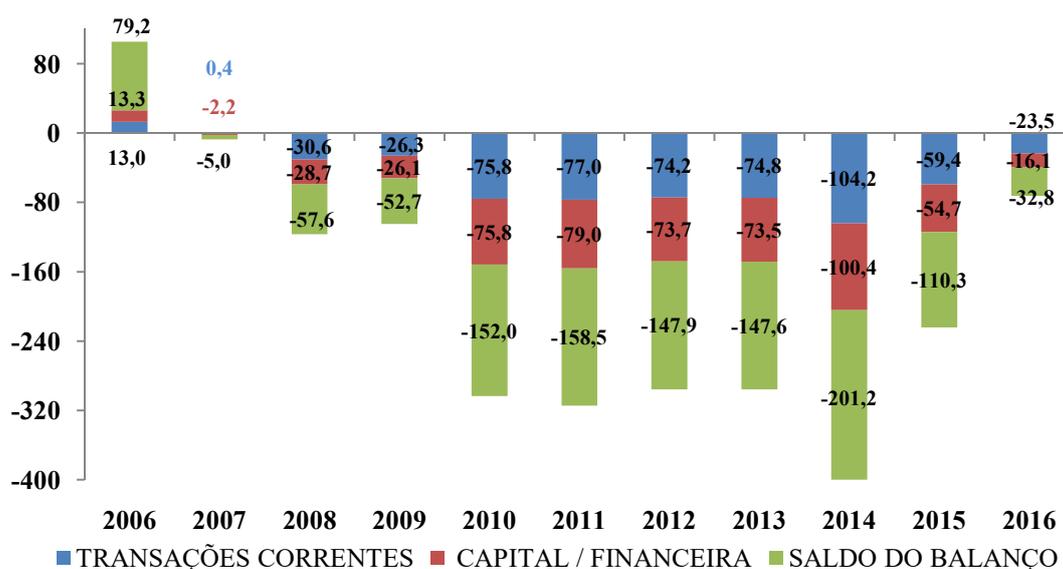
A seguir analisaremos no Gráfico 21 o comportamento do Balanço de Pagamentos do Brasil entre 2006 e 2016 apresentando os valores obtidos pelas transações correntes, a conta capital, a conta financeira e o saldo do balanço. Segundo Bacha (2004), o Balanço de Pagamentos corresponde ao registro das operações econômicas efetivadas entre residentes e não residentes de um país durante determinado período de tempo.

De acordo com o Gráfico 21, o saldo do Balanço de Pagamentos do Brasil de 2006-2016 foi superavitário apenas em 2006, o equivalente a US\$ 79,2 bilhões advindo do desempenho da alternância entre os saldos da conta de transações correntes e da conta capital/financeira do país. Após 2006 o déficit no saldo do balanço de pagamentos foi expandindo-se ao longo dos anos atingindo o maior déficit em 2014, equivalente a US\$ 201,2 bilhões.

De 2006-2010 conforme o (Quadro 23) no Apêndice A, o saldo do Balanço de Pagamentos obteve uma variação de (291,9%), este resultado refletiu o desempenho da oscilação da conta capital e financeira em (669,9%), e das transações correntes em (681,9%).

Em 2007 o déficit de US\$ 5,0 bilhões ocorreu pelo fato das transações correntes ter apresentado uma variação relativa de (96,9%) puxada pela redução relativa de (14,7%) do saldo da balança comercial, e de (6,4%) da renda secundária ver (Quadro 24) no Apêndice A. E pela variação da conta capital e financeira cuja variação relativa correspondeu a (116,9%), ver (Quadro 25) no Apêndice A.

**Gráfico 21: Saldo do Balanço de Pagamentos no Brasil (US\$ Bilhões - FOB)**



**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do BACEN - Balanço de pagamentos – BPM6.

Em 2008 as transações correntes e a conta capital e financeira apresentaram déficit de US\$ 30,6 bilhões e US\$ 28,7 bilhões, que quando somados a conta de erros e omissões apresentaram um déficit do balanço de pagamentos de US\$ 57,6 bilhões, ver Gráfico 21. Neste ano as transações correntes foram afetadas pela drástica variação da balança comercial em (38,2%) equivalente a US\$ 23.802 milhões ante US\$ 38.483 milhões do ano anterior. Já em 2009, o déficit recua para US\$ 52,7 bilhões por meio da melhora das variações da conta capital, dos investimentos passivos, dos ativos de reserva e do saldo da balança comercial.

O ano de 2010 é caracterizado pelo pior déficit do Balanço de Pagamentos do governo Lula, que fecha o ano em US\$ 152,0 bilhões, correspondente a um déficit na conta capital e financeira de US\$ 75.770 milhões pelo aumento dos investimentos passivos na ordem de US\$ 197.065 milhões ante US\$ 92.909 milhões do ano anterior. As transações correntes em 2010 fecham em déficit de US\$ 75.824 milhões, oriunda da oscilação do déficit da renda primária equivalente a US\$ 67.055 milhões ante US\$ 34.983 milhões do ano anterior.

De acordo com o (Quadro 23) no Apêndice A, em 2011 o déficit do Balanço de Pagamentos cresce em 4,2% em relação ao ano anterior. Em virtude do aumento do déficit em transações correntes de US\$ 75.824 milhões para US\$ 77.032 milhões e da conta capital e financeira de US\$ 75.770 milhões para US\$ 78.986 milhões. Em 2012 o déficit recua para US\$ 147,9 bilhões, o equivalente em termos relativos à (6,7%) advinda da variação da conta capital e financeira em (6,6%) e das transações correntes em (3,7%). Em 2013 uma leve redução do déficit do Balanço de Pagamentos é observada referente à US\$ 147,6 bilhões ante US\$ 147,9 bilhões do ano anterior. Resultado provindo da variação das transações correntes em 0,8% e da conta capital e financeira (0,4%) em relação ao ano anterior.

Em 2014 é computado o maior déficit do Balanço de Pagamentos e da gestão do governo Dilma. Neste ano ocorre o crescimento da variação das transações correntes, da conta capital e financeira, e do saldo do balanço em 39,2%, 36,6%, 36,3%, ante a variação do ano anterior de 0,8%, (0,4%), (0,2%), respectivamente. O ano de 2015 é caracterizado por uma considerável redução do déficit do saldo em transações correntes, o qual corresponde a US\$ 110,3 bilhões. Em termos relativos o déficit reduziu em (45,2%) em comparação ao ano anterior, acompanhado das reduções das transações correntes em (43,0%) e da conta capital e financeira em (45,5%), ver (Quadro 23) no Apêndice A.

As transações correntes e a conta financeira apresentaram um déficit de US\$ 23,5 bilhões e US\$ 16,1 bilhões, respectivamente, ocasionando um déficit do Balanço de Pagamentos equivalente a US\$ 32,8 bilhões em 2016. Este resultado ocorreu por meio do déficit da conta de serviços e de renda primária que registraram o saldo de US\$ 30.477 milhões e US\$ 41.080 milhões, ver (Quadro 24) no Apêndice A.

Conforme as descrições apresentadas, o Balanço de Pagamentos do Brasil obteve consideráveis oscilações durante o período de estudo. Analisando a variação do Balanço de Pagamentos entre 2010-2016, verifica-se que as transações correntes oscilaram (69,0%), a conta capital e financeira (78,7%) e o saldo do balanço em (78,4%), estas variações foram menores em relação à variação ocorrida entre 2006-2010, ver (Quadro 23) no Apêndice A.

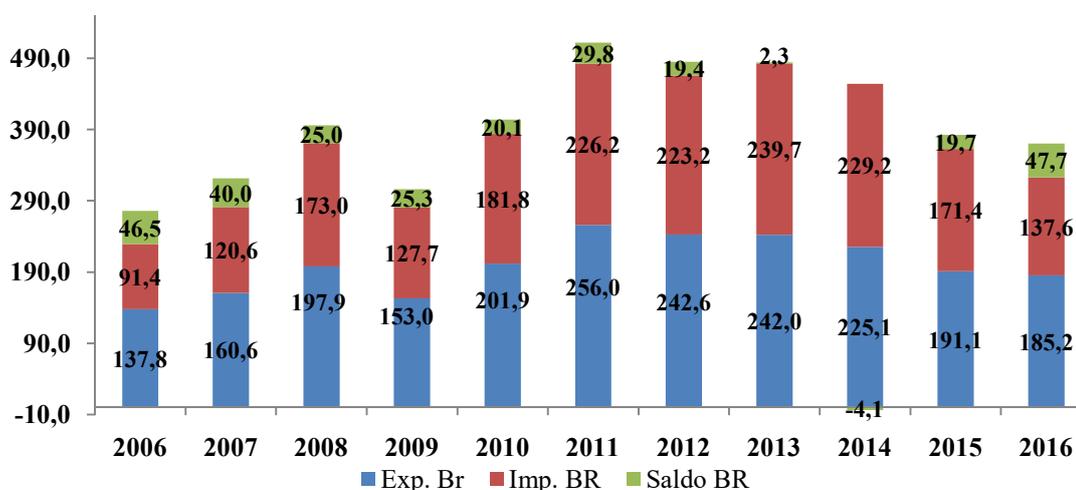
Neste contexto de análise do desempenho econômico, será verificado o comportamento da balança comercial do Brasil no período 2006-2016, ver Gráfico 22. A balança comercial apresenta os valores das exportações (X) e importações (I) e seu respectivo saldo cujo é obtido pelo valor das  $X - I$ . Os valores correspondem aos dados coletados no portal MDIC 2017, em valores correntes US\$ bilhões – FOB<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> FOB - Free on Board - Livre a Bordo do Navio. É um termo utilizado nas trocas comerciais, onde o vendedor, sob sua conta e risco, deve colocar a mercadoria a bordo do navio indicado pelo comprador, no porto de

De acordo com o Gráfico 22, o ritmo das exportações brasileiras flutuou ao longo dos anos em ascendência de 2006 a 2008, e de 2010 a 2011. Após 2012 o ritmo das exportações é decrescente ano após ano. No período analisado, o incremento absoluto no valor das exportações foi de US\$ 47.427.931.274 ou uma variação de 34,42% entre 2006 e 2016. Neste mesmo período, as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul obtiveram variações equivalentes a 44,51%; 10,19%; 203,51%; 14,79%, 41,52%, ver (Quadro 26) no Apêndice A. Dentre as variações das grandes regiões os Estados que contribuíram neste resultado foram: Na região Norte; Rondônia, Amapá, Tocantins e Pará. Na região Nordeste; Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Sergipe. Na região Centro-Oeste; todos os Estados, com relevância para o Estado do Mato Grosso do Sul, que alcançou a maior variação dentre os Estados de sua região. Na região Sudeste; Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. E na região Sul; todas as Unidades Federativas da respectiva região.

**Gráfico 22: Saldo da Balança Comercial no Brasil (US\$ bilhões - FOB)**



**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do MDIC, SISCOMEX.

As importações brasileiras apresentaram um crescimento de US\$ 46.201.162.051, ou uma variação de 50,58% entre 2006 e 2016, ver (Quadro 26) no Apêndice A. Neste período a maior variação relativa correspondeu à região Nordeste em 98,08%, seguida da região Centro-Oeste com 91,31%, e da região Sul em 71,15%, variações essas superiores a variação obtida para o Brasil no respectivo período. Por sua vez, as regiões Norte e Sudeste alcançaram as menores variações, correspondentes a 15,04%, 37,85%, ficando abaixo da variação alcançada

---

embarque designado. Compete ao vendedor atender as formalidades de exportação; esta fórmula é a mais usada nas exportações brasileiras por via marítima ou aquaviário doméstico. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/dicex/dwn/IncotermsRevised.pdf>.

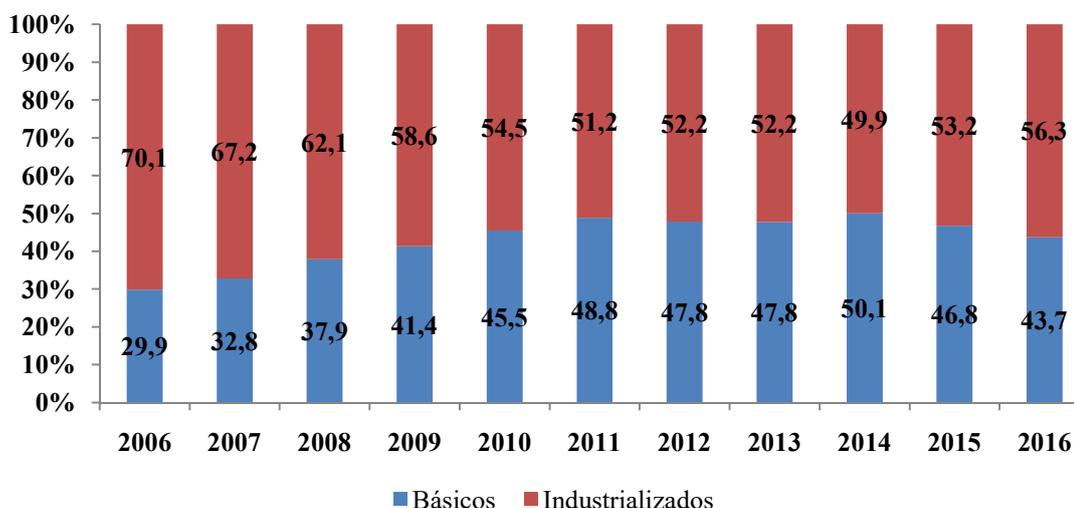
pelo Brasil. Embora a região Sudeste tenha apresentado variação inferior às demais regiões do país, sua participação na composição das importações é a maior dentre as regiões, o equivalente a uma média no período 2006-2016 de 56,16% das importações do Brasil.

Analisando o desempenho do saldo da balança comercial de 2006 a 2016, verifica-se uma variação de 2,64%, ou um crescimento de US\$ 1.226.769.223. Obtendo seu melhor desempenho em 2016, equivalente a US\$ 47.683.397.949, correspondente a uma variação relativa de 142,23% ante a variação de (585,63%) do ano de 2015. Neste período de análise o saldo da balança comercial do Brasil foi deficitário apenas no ano de 2014 em US\$ 4.053.577.752 correspondendo a uma retração de (277,32%) em relação ao ano anterior. As regiões do Brasil que contribuíram para este resultado foram às regiões Nordeste, Sudeste e Sul que apresentaram déficits na balança comercial no respectivo ano, ver (Quadro 26) no Apêndice A para maiores detalhes.

A seguir será verificada a composição da pauta de exportações e importações do Brasil por fator agregado. Esta metodologia de análise conforme apresentado pelo portal MDIC (2017), divide os produtos em uma classificação entre produtos básicos ou industrializados, sendo este subdividido entre produtos semimanufaturados e manufaturados. Tendo sido utilizada esta classificação desde meados dos anos 1960, na mensuração do grau de elaboração da pauta do país.

Conforme o critério de análise apresentado, os produtos básicos são aqueles que não detêm grandes elaborações, ou seja, possuem suas características aproximadas da forma que são encontradas na natureza, como exemplo cita-se os minérios, produtos agrícolas (café, soja, milho, trigo, ambos em grãos) etc. Já os produtos industrializados, são aqueles que obtiveram transformação em sua composição bruta. Onde os produtos semimanufaturados correspondem a itens que passaram por um leve processo de transformação produtiva, mas que não estão em adequação de uso final, pois necessitam de passar por um segundo procedimento para que assim venha torna-se um produto manufaturado. Como exemplo deste processo cita-se o açúcar em bruto, que após os processos de transformação cabíveis passa a ser açúcar refinado etc (MDIC, 2017).

A pauta de exportações do Brasil por fator agregado no período de 2006-2016 conforme o Gráfico 23 foi composta em média de 42,9% de produtos básicos e 57,1% de produtos industrializados. Ao longo desse período ocorreu uma substancial alteração nessa proporção, por meio do crescimento da participação relativa da pauta de exportações de produtos básicos, e pela redução da participação dos produtos industrializados.

**Gráfico 23: Composição da Pauta de Exportações do Brasil - Fator Agregado %**

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do MDIC, SISCOMEX.

Os produtos básicos em 2006 correspondiam a US\$ 40.280.500.171 ou 29,9% da pauta de exportação do Brasil, tendo apresentado uma variação relativa em relação ao ano anterior de 16,0%, passando para US\$ 79.159.362.050 ou 43,7% da pauta em 2016, equivalente a uma variação relativa de 96,5% entre o período 2006 a 2016, ver (Quadro 27) no Apêndice A.

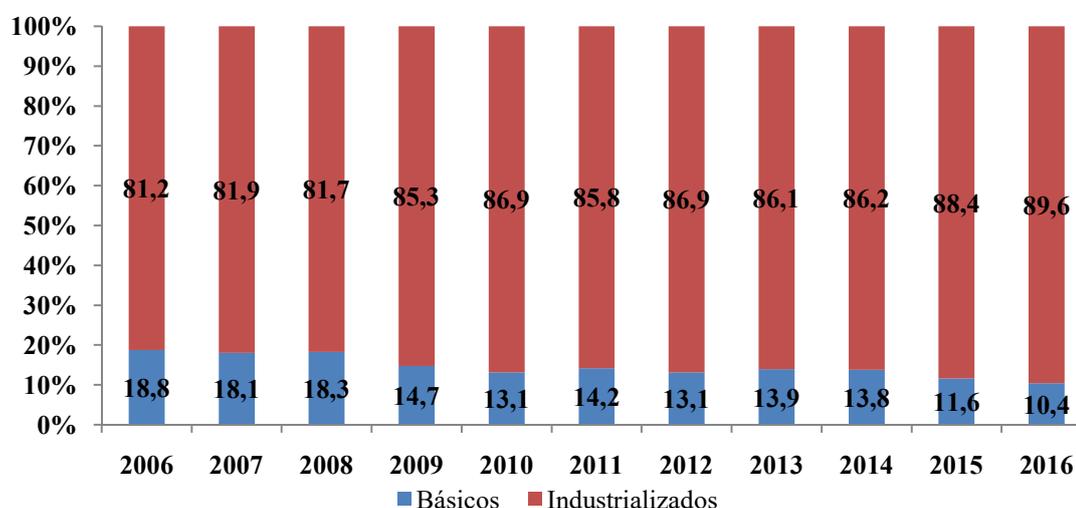
De 2006 a 2011 a pauta de exportação brasileira de produtos básicos, apresentou um elevado crescimento correspondente a 204,0%, proporcionados pelo desempenho das regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do país, que apresentaram variações de 334,5%, 219,3%, 174,5%, 146,7%, 145,9%, respectivamente. De 2011 a 2016 a variação relativa da pauta reduziu em 35,36%, pois sua participação na composição da pauta de exportações do Brasil que era de 48,8% em 2011 reduz para 43,7% em 2016, ver Gráfico 23. Entretanto, sua evolução na pauta de exportação do Brasil de produtos básicos foi bastante satisfatória.

A composição da pauta de exportação por produtos industrializados reduziu sua participação em 13,8 pontos percentuais entre 2006-2016, ver Gráfico 23. Os produtos industrializados correspondiam a US\$ 94.545.597.728 em 2006, passando para US\$ 101.883.497.138 em 2016. Sua variação relativa neste período foi equivalente a 7,76% advinda das oscilações ocorridas nas grandes regiões do país. Em destaque para região Norte que apresentou uma redução das exportações dos produtos industrializados equivalente a 33,74% e para a região Centro-Oeste que em contrapartida a região Norte, expandiu suas exportações em 212,36%, ver (Quadro 27) no Apêndice A.

Em termos de valor agregado, considerando o período de estudo 2006-2016, a composição da pauta de exportações das grandes regiões destaca-se pelo desempenho da região Nordeste que apresentou em média de 75,6% da pauta de exportação de industrializados, equivalente a 18,5 pontos percentuais acima da média obtida para o Brasil. E pelo desempenho da região Centro-Oeste na pauta de exportação de produtos básicos que alcançou uma média de 83,8% no período, correspondente a 40,9 pontos percentuais acima da média resultante para o Brasil no mesmo intervalo de tempo, ver (Quadro 27) no Apêndice A. Contudo, o crescimento relativo das exportações de produtos básicos de 2006-2016 em 38,9% para a região Nordeste, mostrou-se superior ao de produtos industrializados que apresentou uma variação relativa de 4,14%. Já a região Centro-Oeste, evidenciou uma variação relativa dos produtos industrializados, superior aos produtos básicos correspondente a 212,36% e 201,2%, respectivamente.

Dentre os principais produtos da pauta de exportação do Brasil no ano de 2016, conforme dados do portal MDIC (2017), destaca-se a soja mesmo triturada com participação relativa de 10,44%, os minérios de ferro e seus concentrados com 7,17%, os óleos brutos de petróleo em 5,44%, açúcar de cana, em bruto com 4,47%, carne de frango congelada, fresca ou refrigerada incluindo miudos em 3,21%, celulose em 3,01%, farelo e resíduos da extração de óleo de soja com 2,80%, café cru em grão com 2,61%, automóveis de passageiros com 2,52%, carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada em 2,35%, aviões em 2,32%, demais produtos manufaturados em 2,23% e os demais produtos corresponderam a 51,43% da pauta no ano de 2016.

**Gráfico 24: Composição da Pauta de Importações do Brasil - Fator Agregado (%)**



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do MDIC, SISCOMEX

Analisando a performance da pauta de importações do Brasil por fator agregado no período de 2006 a 2016 verifica-se a alteração da composição entre os produtos básicos que reduzem sua participação em 8,4 pontos percentuais e pelo aumento dos produtos industrializados em 8,4 pontos percentuais. Neste período a pauta de importação foi composta em média de 85,5% de produtos industrializados e por 14,5% de produtos básicos, ver Gráfico 24.

A pauta de importação de produtos básicos em 2006 correspondia a 18,8% reduzindo para 10,4% em 2016. Tal redução na participação da pauta equivale a uma variação relativa de (16,8%) entre 2006-2016. Esta redução da pauta foi provinda da redução das importações das regiões Sudeste e Sul em (28,7%) e (27,2%), respectivamente. Fica evidente conforme o Gráfico 24, uma drástica redução da pauta no ano de 2009, correspondente a 14,7% ante 18,3% do ano anterior ou uma variação de (40,60%), cuja foi à maior variação em termos de redução da pauta de produtos básicos no período analisado.

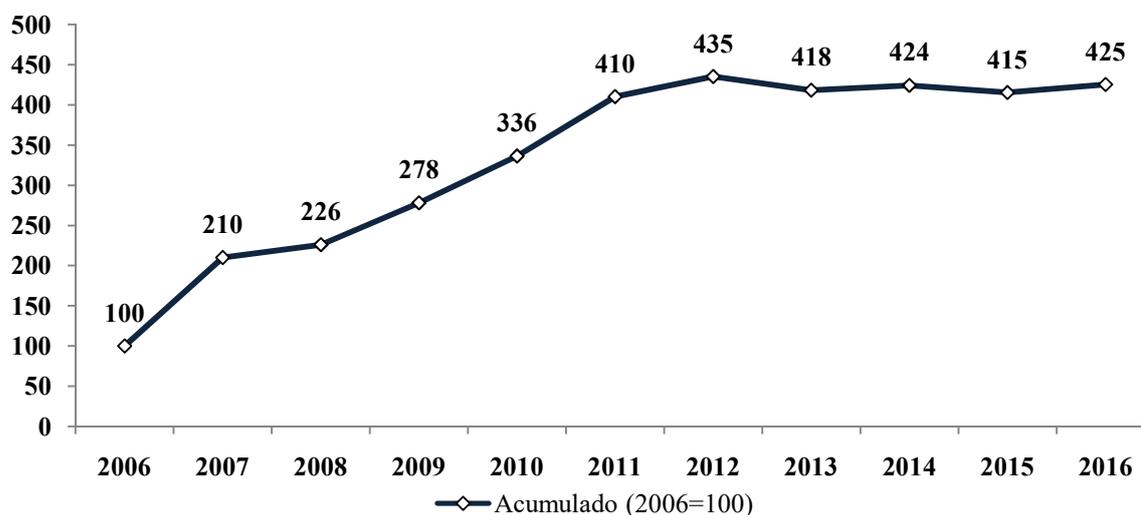
A pauta de importação de produtos industrializados em 2006 correspondia a 81,2% expandido para 89,6% em 2016. Este crescimento na participação da pauta equivale a uma variação relativa de 66,2%. Resultado proporcionado pela expansão relativa das regiões Nordeste em 112,5%, da região Norte em 11,9%, da região Centro-Oeste em 132,9%, da região Sudeste em 51,3% e da região Sul em 109,4% ver (Quadro 28) no Apêndice A. Embora a pauta de importações de industrializados tenha em 2009, aumentado sua participação, neste ano sua variação relativa foi declinante em (22,94%).

Dentre os principais produtos da pauta de importação do Brasil no ano de 2016, conforme dados do portal MDIC (2017), destaca-se os demais produtos manufaturados com 6,34% da participação, os medicamentos para medicina humana e veterinária com 4,21%, Partes e peças para veículos automóveis e tratores com 3,53%, compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas com 2,14%, óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc.) em 2,12%, óleos brutos de petróleo em 2,11%, automóveis de passageiros em 2,07%, circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos em 2,07%, naftas com 1,85% da participação, inseticidas, formicidas, herbicidas e produtos semelhantes 1,73%, circuitos impressos e outras partes para aparelhos de telefonia com 1,59%, partes de motores e turbinas para aviação em 1,58% e os demais produtos corresponderam em 68,67% da composição da pauta de importações do Brasil em 2016.

Observando os Gráficos 23 e 24, percebe-se que o comportamento das pautas de importação e exportação do país seguiu uma trajetória inversa entre os fatores agregados básicos e industrializados. Na pauta de exportação de 2006 a 2016 o fator de industrializados

reduz sua participação e o de básicos aumenta sua participação, proporcionando uma aproximação dos fatores na composição da pauta em 12,6 pontos percentuais ante 40,2 pontos percentuais. Já a pauta de importação apresenta um distanciamento dos fatores industrializados e básicos cuja distância em 2006 correspondia a 62,4 pontos percentuais crescendo para 79,2 pontos percentuais. Neste período ocorre redução das importações de itens básicos e cresce a importação de itens industrializados. Por fim, para finalizarmos a análise da seção, o Gráfico 25 a seguir apresentará o crescimento acumulado do Estoque de reservas internacionais do Brasil no período de 2006-2016.

**Gráfico 25: Crescimento Acumulado do Estoque de Reservas Internacionais no Brasil (Número Índice) - 2006 a 2016**



**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

**Nota:** Números-Índices calculados a partir do dólar em valores Correntes.

As reservas internacionais do Brasil tiveram um forte crescimento no período de 2006 a 2016, obtendo uma variação relativa de 325,23% neste período, comparado ao estoque que detinha no ano de 2006 de US\$ 85,8 bilhões, alcançando nesse último ano o montante de US\$ 365,0 bilhões, ver (Quadro 29) no Apêndice A. Ao longo do período observa-se que o crescimento acumulado foi ascendente até o ano de 2012, apresentando uma variação relativa de 332,70%, variação superior a obtida para o período de análise 2006-2016. Após 2012 as reservas internacionais começam a apresentar oscilações no crescimento acumulado. Tomando 2012, como ano base, verifica-se uma variação relativa de (2,17%) em 2016, resultado condicionado ao cenário de incertezas do rumo econômico do país, ver Gráfico 25.

#### 4 INDICADORES DE DESEMPENHO PARA OS ESTADOS

Conforme verificado nos capítulos anteriores, a economia brasileira no período do governo Lula (2006-2010), apresentou resultados mais relevantes do que os resultados obtidos durante o governo Dilma (2011-2016). Deste modo, as verificações dos indicadores macroeconômicos proporcionaram uma visão ampla do direcionamento econômico do Brasil e particularmente da região Nordeste.

Neste contexto, o presente capítulo busca apresentar algumas características dos Estados brasileiros, os quais nem sempre são expostos através dos indicadores macroeconômicos comumente utilizados nas análises, pelo fato de se tratar de peculiaridades restritas a cada Unidade Federativa, embora que tais particularidades devem ser levadas em conta na projeção de metas governamentais para as regiões, pois elas são refletidas na performance econômica da localidade a qual esta enquadrada.

Sendo assim, o índice apresenta alguns tópicos relevantes que são essências para direcionamento econômico, proporcionando aos líderes de governo e para a população uma visão dos setores que estão sendo mais afetados e que necessitam de maior atenção. Deste modo, o índice de competitividade apresenta uma breve descrição/indicação do caminho que a economia tendera a ser direcionada no decorrer do tempo.

Este capítulo traz uma visão geral de como estão, atualmente, os Estados brasileiros. Para tal fez-se uso de indicadores sócios econômicos disponíveis para o Brasil e os Estados do Nordeste. Conforme o Centro de Liderança Pública (CPL, 2017), o índice de competitividade dos Estados apresenta um ranking nacional para as Unidades Federativas do Brasil, de acordo com sua classificação em 10 pilares analisados pelo índice, sendo composto por uma verificação dos resultados de 66 indicadores no total de todos os 10 pilares, que compõem a análise, ver Tabela 20. Os indicadores recebem tratamentos de dados para que fiquem adequados para execução da análise por meio de uma normalização dos indicadores que varia de 0 a 100, no qual quanto mais perto de 100, melhor o resultado do indicador. Para as federações que não dispõem informações dos indicadores, estas foram penalizadas com a ocupação das últimas colocações no ranking do respectivo indicador.

**Tabela 20: Composição dos Pilares do Índice de Competitividade**

<b>Pilar</b>	<b>Indicador</b>	
<b>Sustentabilidade Ambiental</b>	Emissões de CO2	Destinação do Lixo
	Serviços Urbanos	Tratamento de Esgoto

(Continua...)

(Continuação.)

<b>Pilar</b>	<b>Indicador</b>	
<b>Capital Humano</b>	Custo de Mão de Obra	Produtividade do Trabalho
	PEA com Ensino Superior	Qualificação dos Trabalhadores
<b>Educação</b>	Avaliação da Educação	Índice de Oportunidade da Educação
	IDEB	Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental
	ENEM	Taxa de frequência líquida ao ensino médio
	PISA	Taxa de atendimento do ensino infantil
<b>Eficiência da Máquina Pública</b>	Eficiência do Judiciário	Custo do Legislativo/PIB
	Custo do Executivo/PIB	Índice de Transparência
	Custo do Judiciário/PIB	% Servidores Comissionados
<b>Infraestrutura</b>	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Custo da Energia Elétrica
	Custo de Combustíveis	Qualidade da Energia Elétrica
	Custo de Saneamento Básico	Mobilidade Urbana
	Disponibilidade de Vãos Diretos	Qualidade das Rodovias
	Acesso à Energia Elétrica	Qualidade do Serviço de Telecomunicações
<b>Inovação</b>	Produção Acadêmica	Patentes
	Investimentos Públicos em P&D	
<b>Potencial de Mercado</b>	Tamanho de mercado	Crescimento Potencial da Força de Trabalho
	Taxa de crescimento	
<b>Solidez Fiscal</b>	Capacidade de Investimento	Sucesso da Execução Orçamentária
	Resultado Nominal	Autonomia Fiscal
	Solvência Fiscal	Resultado Primário
<b>Segurança Pública</b>	Atuação do Sistema de Justiça Criminal	Segurança no trânsito
	Déficit Carcerário	Segurança Pessoal
	Mortes a esclarecer	Segurança Patrimonial
<b>Sustentabilidade Social</b>	Segurança Alimentar	Formalidade do Mercado de Trabalho
	Inadequação de Moradia	Inserção Econômica
	Famílias abaixo da linha da pobreza	IDH
	Desigualdade de renda	Inserção Econômica dos Jovens
	Acesso ao Saneamento Básico - Água	Mortalidade Materna
	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	Mortalidade Precoce
	Mortes Evitáveis	Previdência Social
	Anos Potenciais de Vida Perdidos	Mortalidade na infância

**Fonte:** Centro de Liderança Pública - CPL<sup>19</sup>

<sup>19</sup>O centro de Liderança Pública – CPL recebe o apoio da [B]<sup>3</sup>BRASIL BOLSA BALCÃO, da pesquisa Técnica Tendências consultoria integrada e da EIU que é uma divisão de pesquisa e análise do The Economist Group, empresa irmã da revista The Economist para elaboração do ranking de competitividade dos Estados. Tendo como comitê crítico de análise dos indicadores Januario Montone; Leandro Piquet; Oliver Della Costa Stuenkel; Pedro Bianchi e Reynado Fernandes. E como consultor da banca de seleção que ajuda na interpretação dos dados: David Humphreys e Lian Lin (CPL, 2017).

Conforme as informações contidas na Tabela 20, verifica-se que o índice apresenta uma ampla visão do comportamento das principais áreas de desenvolvimento para uma economia. Esta ferramenta possibilita os governantes a conhecer os setores que necessitam de maior atenção, para que suas políticas se voltem para estes setores, a fim de melhorá-los. Tendo o ranking conforme o CPL, a prioridade de compreender a promoção de boas práticas, diagnosticar e eleger prioridades, ser um sistema de incentivo para os líderes públicos e o mais essencial servir como mecanismo de avaliação da administração pública, facilitando a avaliação da gestão dos governantes por parte da população.

A seguir será apresentado o desempenho do índice de competitividade das Unidades Federativas do Brasil, correspondente a média geral obtida no ano de 2017. Este resultado considera a performance de todos os pilares que compõem o índice no referido ano. Conforme apresentado no Gráfico 26, os 5 melhores resultados foram caracterizados pelos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, ocupando respectivamente a 1º, 2º, 3º, 4º e 5º posição no ranking geral. Paraíba e Ceará são os Estados do Nordeste melhores colocados, entretanto, aparecem na 10ª e 11ª colocação, atrás de todas as UFs do Sudeste e Sul. E os últimos colocados foram Maranhão, Amapá e Sergipe.

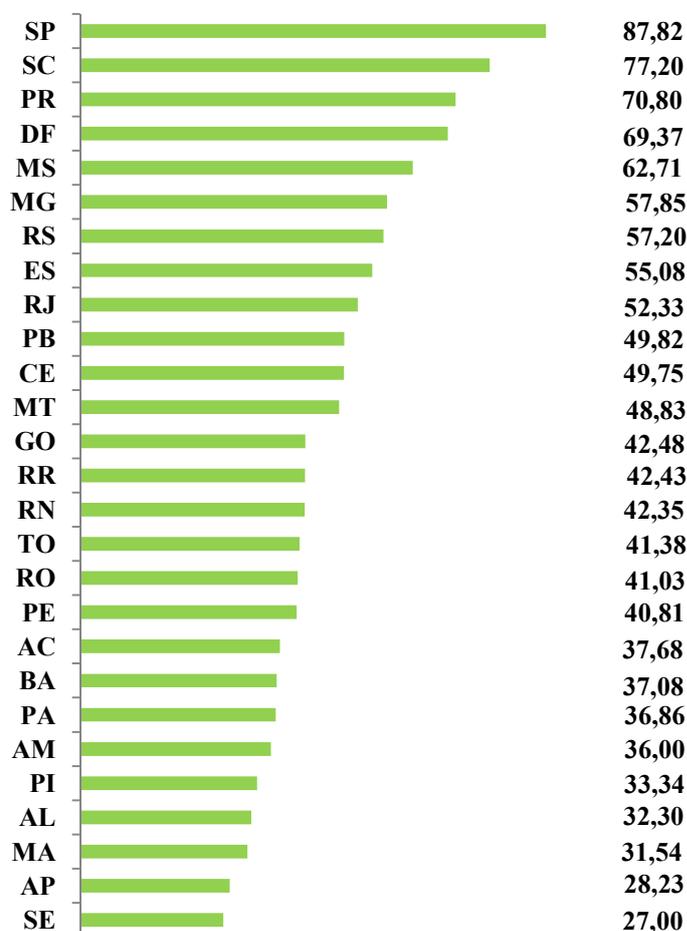
Mediante esta apresentação prévia do ranking de Competitividade dos Estados, será caracterizado as principais características dos 5 melhores Estados do Ranking no ano de 2017, e posteriormente, verificaremos o desempenho das Unidades Federativas da região Nordeste.

Ocupando a 1º posição do ranking nacional está o Estado de São Paulo, que apresenta em 2017 os melhores resultados nos índices de potencial de mercado, infraestrutura, educação e inovação e o pior resultado no pilar de solidez fiscal. Este Estado entre 2006-2015 ocupou a 1º posição relativa na participação do PIB e a 2º posição entre os maiores PIBs *per capita* do país.

Santa Catarina entre 2006-2015 ocupou a 6º posição na participação no PIB do Brasil e a 4º posição entre os maiores PIB *per capita* do Brasil em 2015. Este Estado ocupa a 2º posição do ranking de competitividade dos Estados em 2017, com os melhores resultados nos pilares de segurança pública e sustentabilidade social, e seu pior resultado em potencial de mercado.

O Estado do Paraná ocupa a 3º posição do ranking geral do índice de competitividade em 2017. Tendo seu melhor resultado efetivo no pilar da eficiência da máquina pública e seu pior desempenho em potencial de mercado. Esta unidade federativa entre 2006-2015 ocupou a 5º posição na participação relativa do PIB do Brasil e a 6º posição entre os maiores PIB *per capita* do Brasil em 2015.

Gráfico 26: Nota Geral do Índice de Competitividade dos Estados em 2017



Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP.

O Distrito Federal ocupa a 4º posição do ranking de competitividade em 2017, apresentando sua melhor performance nos pilares de capital humano e de sustentabilidade ambiental, e seu pior resultado na solidez fiscal. Este Estado apresentou a 1º posição do PIB *per capita* do Brasil em 2015 e a 8º posição da participação do PIB entre 2006-2015.

Mato Grosso do Sul ocupa a 5º posição do ranking de competitividade de 2017, o pilar que obteve maior desempenho foi o de segurança pública e seu pior desempenho no pilar de inovação. Sua posição na participação do PIB do país foi a 16º no período de 2006-2015 e a 8º posição entre os maiores PIB *per capita* do Brasil em 2015.

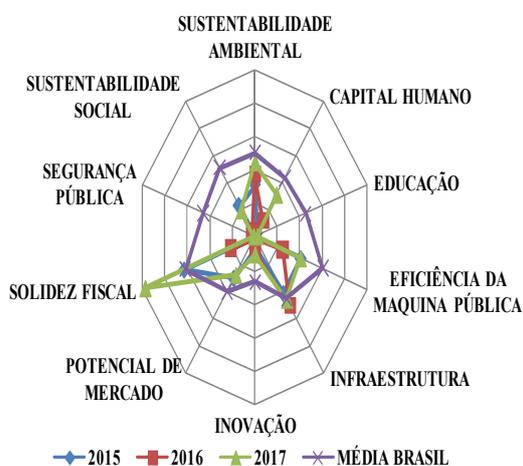
Conforme apresentado, estas Unidades Federativas são bem colocadas em termos do nível de atividade econômica, pelo fato de possuírem uma ampla colocação em quesitos de infraestrutura e potencial de mercado, por exemplo, frente aos demais Estados do Brasil. Deste modo, a seguir será apresentada as características destes indicadores para os Estados da região Nordeste, que detém a maioria dos Estados ocupando baixas posições no ranking.

#### 4.1 Ranking de Competitividade da Região Nordeste

Embora a maioria dos Estados da região apresente resultados inferiores no ranking de competitividade, a região Nordeste foi uma das que mais se destacou ao longo do período 2006-2015, principalmente após 2011, por ter aumentado consecutivamente sua participação na composição do PIB do país. Em geral, o resultado obtido pelos pilares que compõem o índice de competitividade dos Estados reflete esse resultado. Desse modo, serão apresentadas a seguir as características dos Estados da região Nordeste, em relação aos pilares que compõem o ranking para os anos de 2015 a 2017.

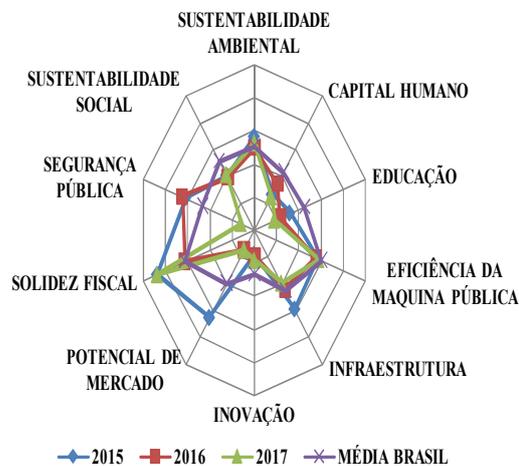
Alagoas ocupa a 24º posição do ranking de competitividade dos Estados em 2017, apresentando seu melhor desempenho no pilar de solidez fiscal, e seu pior resultado na segurança pública, ver Figura 1. Entre 2006-2015 obteve a 20º posição na participação do PIB do Brasil e a 25º posição entre a classificação do PIB *per capita* em 2015. Como se observa na Figura 1, o Estado obteve baixos níveis na classificação dos pilares durante os anos apresentados, estando abaixo da média obtida para o Brasil em 2017, exceto para o pilar da solidez fiscal.

**Figura 1:** Notas Por Pilares - Alagoas



**Fonte:** Centro de Liderança Pública – CLP.

**Figura 2:** Notas Por Pilares - Bahia



**Fonte:** Centro de Liderança Pública – CLP.

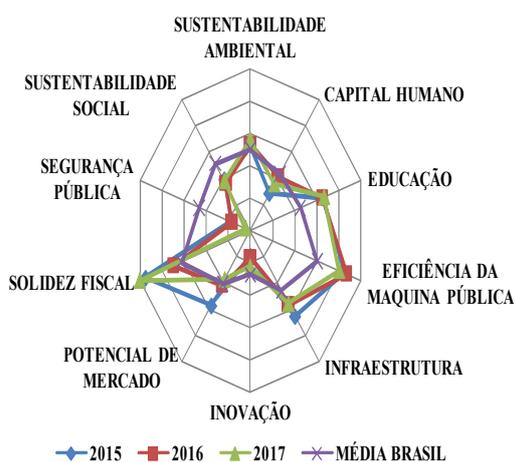
A Bahia ocupa a 20º posição do ranking geral de competitividade dos Estados em 2017, apresentando sua melhor performance no pilar de solidez fiscal, e seu pior resultado no pilar de segurança pública, ver Figura 2. Entre 2006-2015 obteve a 7º posição na participação do PIB do Brasil e a 21º posição entre a classificação do PIB *per capita* do país em 2015. Conforme a Figura 2, o Estado em 2015 se encontrava bem colocado nos pilares de potencial de mercado, solidez fiscal e no pilar da infraestrutura, justificado assim, sua colocação na

posição do PIB do país e no PIB da região Nordeste, estando entre os 3 maiores PIB da região.

Ceará ocupa a 11ª posição do ranking de competitividade dos Estados em 2017, apresentando seu melhor desempenho no pilar de solidez fiscal, e seu pior resultado no pilar da segurança pública, ver Figura 3. Entre 2006-2015 obteve a 13ª posição na participação do PIB do Brasil e a 23ª posição entre a classificação do PIB *per capita* em 2015. De acordo com a Figura 3, o Ceará possui razoáveis resultados nos pilares que compõem o índice, sendo estes desempenhos destacados em 2015 pelos pilares de infraestrutura e de potencial de mercado. Esta unidade federativa compõe a 3ª maior posição do PIB da região Nordeste.

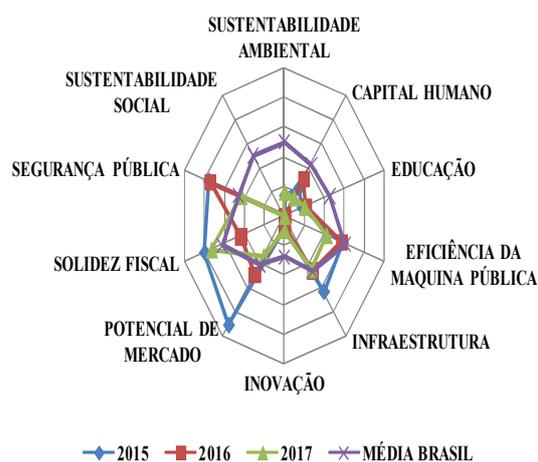
O Estado do Maranhão ocupa a 25ª posição do ranking de competitividade em 2017, apresentando sua melhor performance no pilar de solidez fiscal, e seu pior resultado nos pilares de sustentabilidade social e inovação, ver Figura 4. Entre 2006-2015 obteve a 17ª posição na participação do PIB do Brasil e a 27ª posição entre a classificação do PIB *per capita* em 2015. A baixa posição do ranking reflete ao baixo desempenho do PIB da região em 2015, apesar de deter um bom resultado no pilar de potencial de mercado, solidez fiscal e infraestrutura, conforme Figura 4, os demais pilares são concentrados a níveis inferiores, o que leva o Estado a não ser bem posicionado no ranking.

**Figura 3:** Notas Por Pilares - Ceará



**Fonte:** Centro de Liderança Pública – CLP.

**Figura 4:** Notas Por Pilares - Maranhão



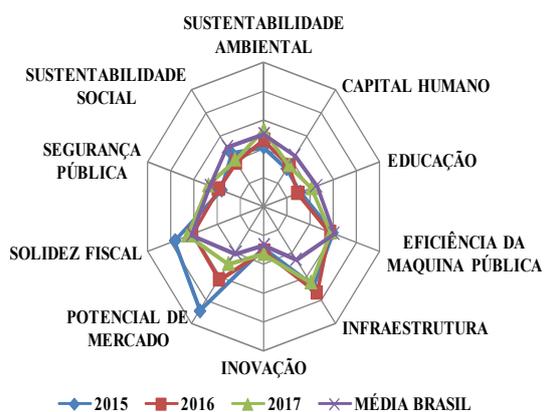
**Fonte:** Centro de Liderança Pública – CLP.

A Paraíba ocupa a 10ª posição do ranking de competitividade em 2017, apresentando sua melhor performance no pilar de solidez fiscal, e seu pior resultado no pilar de inovação, ver Figura 5. Entre 2006-2015 obteve a 19ª posição na participação do PIB do Brasil e a 24ª posição entre a classificação do PIB *per capita* em 2015. Conforme a Figura 5, o Estado

possui seus pilares distribuídos uniformemente, favorecendo a posição no ranking, entretanto, o Estado não apresenta resultados favoráveis nos quesitos de educação, capital humano e inovação, cujos são elementos essenciais para completar o resultado de potencial de mercado e da infraestrutura, para trazer melhorias econômicas para a localidade.

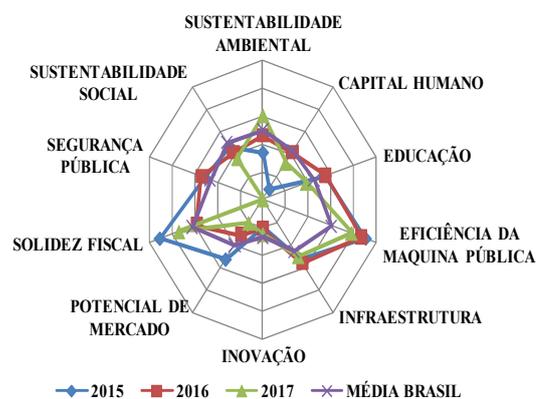
Pernambuco por sua vez, ocupa a 18º posição do ranking de competitividade em 2017, apresentando sua melhor performance no pilar de eficiência da máquina pública, e seu pior resultado no pilar de segurança pública, ver Figura 6. Entre 2006-2015 obteve a 10º posição na participação do PIB do Brasil e a 19º posição entre a classificação do PIB *per capita* em 2015. De acordo com a Figura 6, os pilares se apresentam concentrados ao longo dos anos, tendo apresentado perda de posição nos quesitos de potencial de mercado, solidez fiscal, e aumentado posições em pilares como infraestrutura, capital humano. No quesito inovação a federação não apresenta boa colocação. Deste modo, apesar destes indícios dos pilares, o Estado é a segunda maior economia da região Nordeste.

**Figura 5:** Notas Por Pilares - Paraíba



**Fonte:** Centro de Liderança Pública – CLP.

**Figura 6:** Notas Por Pilares - Pernambuco



**Fonte:** Centro de Liderança Pública – CLP.

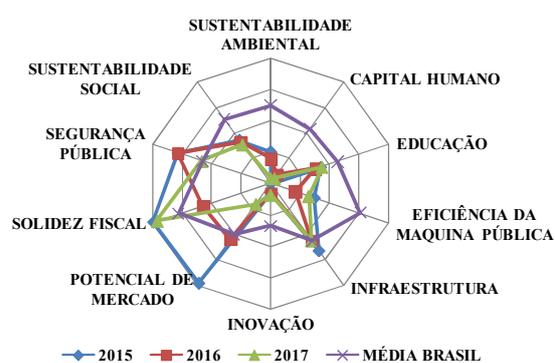
Piauí ocupa a 23º posição do ranking de competitividade em 2017, apresentando sua melhor performance no pilar de solidez fiscal, e seu pior resultado no pilar da sustentabilidade ambiental, ver Figura 7. Entre 2006-2015 obteve a 23º posição na participação do PIB do Brasil e a 26º posição entre a classificação do PIB *per capita* em 2015. Por incrível que pareça, a posição do ranking de 2017, corresponde a mesma posição que o Estado ocupava no PIB em 2015. Conforme a Figura 7, os resultados dos pilares são inferiores para a maioria dos pilares, justificando assim o seu desempenho macroeconômico.

O Rio Grande do Norte ocupa a 15º posição do ranking de competitividade em 2017, apresentando seu melhor desempenho no pilar de solidez fiscal, e seu pior resultado no pilar

de potencial de mercado, ver Figura 8. Entre 2006-2015 obteve a 18º posição na participação do PIB do Brasil e a 20º posição entre a classificação do PIB *per capita* em 2015. Conforme a Figura 8, o Estado concentra seus pilares em um patamar mediano no decorrer dos anos.

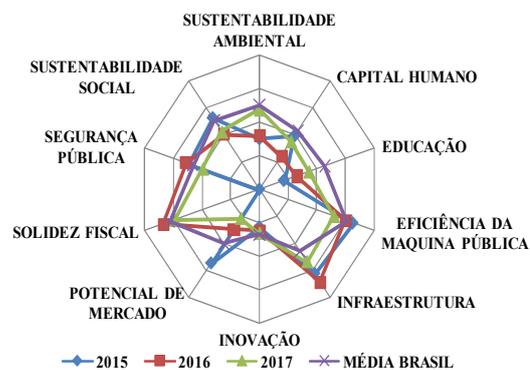
Por fim, temos Sergipe ocupando a 27º posição do ranking de competitividade em 2017, apresentando seu melhor desempenho no pilar de solidez fiscal, e seu pior resultado nos pilares de potencial de mercado, capital humano e segurança pública, ver Figura 9. Entre 2006-2015 obteve a 21º posição na participação do PIB do Brasil e a 17º posição entre a classificação do PIB *per capita* em 2015. Conforme a Figura 9, os pilares do Estado não são tão satisfatório, pois os pilares de capital humano, educação, inovação, potencial de mercado e infraestrutura, apresentam-se de maneira irregular afetando o desempenho da localidade.

**Figura 7:** Notas Por Pilares - Piauí



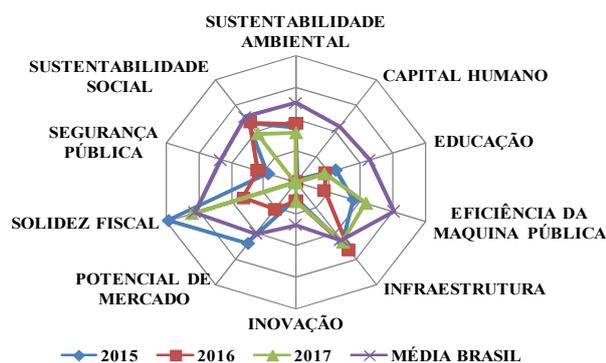
**Fonte:** Centro de Liderança Pública – CLP.

**Figura 8:** Notas Por Pilares - Rio Grande do Norte



**Fonte:** Centro de Liderança Pública – CLP.

**Figura 9:** Notas Por Pilares - Sergipe



**Fonte:** Centro de Liderança Pública – CLP

Na sequência da verificação do desempenho dos Estados da região Nordeste, será apresentado pela Tabela 21 a seguir, a nota obtida pelos indicadores que compõem o índice de competitividade dos Estados para cada um dos pilares no ano de 2017.

**Tabela 21: Nota dos Indicadores que Compõem o Índice de Competitividade dos Estados do Nordeste em 2017**

<b>Pilares/ Indicadores</b>	<b>AL</b>	<b>BA</b>	<b>CE</b>	<b>MA</b>	<b>PB</b>	<b>PE</b>	<b>PI</b>	<b>RN</b>	<b>SE</b>
<b>Sustentabilidade Ambiental</b>									
Emissões de CO2	68,1	58,1	65,3	57,4	65,7	66,7	16,5	65,6	65,6
Serviços Urbanos	29,1	24,9	42,9	0,0	37,5	34,7	25,6	36,2	37,9
Destinação do Lixo	51,7	48,9	62,4	0,7	37,6	91,3	3,1	58,2	0,0
Tratamento de Esgoto	23,3	55,0	41,1	13,3	54,3	32,1	10,4	26,1	29,0
<b>Capital Humano</b>									
Custo de Mão de Obra	91,4	91,1	92,2	100,0	88,7	82,6	92,3	83,3	81,4
PEA com Ensino Superior	15,8	5,3	8,1	0,0	22,4	18,9	8,9	19,3	6,1
Produtividade do Trabalho	8,1	6,8	7,1	1,8	7,0	13,9	0,0	10,5	10,8
Qualificação dos Trabalhadores	13,8	19,3	25,3	0,0	20,3	25,3	0,6	31,6	9,8
<b>Educação</b>									
Avaliação da Educação	100,0	0,0	100,0	10,0	100,0	100,0	100,0	20,0	0,0
IDEB	1,6	4,8	74,7	8,1	19,6	37,0	27,2	12,1	0,0
ENEM	25,6	49,3	6,7	5,1	38,1	47,5	25,6	44,8	47,2
PISA	0,0	10,0	59,5	12,7	27,7	34,5	25,0	24,1	21,4
Índice de Oportunidade da Educação	14,3	11,1	72,7	6,8	39,9	36,2	24,8	24,5	21,9
Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental	35,6	74,5	86,6	84,0	75,1	55,8	74,8	99,3	66,2
Taxa de frequência líquida ao ensino médio	12,1	26,4	56,8	43,3	38,1	36,5	38,2	17,6	0,0
Taxa de atendimento do ensino infantil	36,3	45,6	75,4	50,4	56,4	54,3	53,3	71,3	55,1
<b>Eficiência da Máquina Pública</b>									
Eficiência do Judiciário	45,5	26,1	36,0	18,9	46,0	14,3	25,0	16,9	79,8
Custo do Executivo/PIB	40,1	92,5	90,0	84,7	86,9	89,1	46,5	83,4	73,0
Custo do Judiciário/PIB	68,0	74,4	80,4	58,1	61,6	78,8	62,2	58,4	56,0
Custo do Legislativo/PIB	77,7	86,8	83,7	74,8	72,2	82,8	52,3	75,7	68,3
Índice de Transparência	48,0	41,8	73,4	40,6	52,2	89,9	41,4	54,5	19,4
% Servidores Comissionados	66,2	66,8	96,8	67,5	70,9	97,9	83,9	89,2	48,5
<b>Infraestrutura</b>									
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	15,6	18,4	26,6	0,0	24,2	28,2	28,2	26,9	14,5
Custo de Combustíveis	61,2	68,7	42,6	69,4	74,1	71,9	61,0	53,9	69,6
Custo de Saneamento Básico	37,0	38,4	78,6	68,8	51,4	47,5	63,8	49,3	31,2
Disponibilidade de Vãos Diretos	2,5	16,3	8,9	3,0	2,2	12,3	1,6	2,7	1,6
Acesso à Energia Elétrica	95,1	76,9	93,3	90,5	96,4	97,4	55,7	95,4	95,2
Custo da Energia Elétrica	48,2	52,4	38,6	48,7	50,8	51,7	42,1	61,0	50,8
Qualidade da Energia Elétrica	55,1	71,1	99,5	100,0	99,6	86,6	72,7	87,2	91,6
Mobilidade Urbana	69,2	67,6	70,8	72,8	82,3	52,9	86,6	73,3	73,0
Qualidade das Rodovias	65,3	46,1	45,9	39,4	46,1	44,5	43,6	31,7	29,8
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	73,7	28,4	67,8	13,6	84,9	63,9	39,6	93,2	79,9
<b>Inovação</b>									
Produção Acadêmica	14,8	17,3	28,7	5,2	56,3	39,7	14,9	47,6	26,8
Investimentos Públicos em P&D	11,2	28,8	28,6	15,1	25,6	20,0	3,1	17,0	3,1
Patentes	0,0	1,8	0,0	5,9	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0

(Continua...)

(Continuação.)

<b>Pilares/ Indicadores</b>	<b>AL</b>	<b>BA</b>	<b>CE</b>	<b>MA</b>	<b>PB</b>	<b>PE</b>	<b>PI</b>	<b>RN</b>	<b>SE</b>
<b>Potencial de Mercado</b>									
Tamanho de mercado	1,7	11,3	6,1	3,4	2,3	7,6	1,4	2,3	1,4
Taxa de crescimento	44,7	23,6	51,5	42,4	71,0	28,1	37,1	29,8	0,0
Crescimento Potencial da Força de Trabalho	34,1	21,9	34,4	46,4	35,4	34,3	22,4	43,4	49,0
<b>Solidez Fiscal</b>									
Capacidade de Investimento	54,2	99,5	100,0	51,8	57,2	39,6	96,2	30,5	39,5
Resultado Nominal	91,6	49,8	59,0	59,3	58,1	57,8	55,1	51,1	56,7
Solvência Fiscal	58,3	79,3	84,7	84,7	90,7	77,1	84,0	98,6	77,2
Sucesso da Execução Orçamentária	100,0	68,9	74,8	77,6	52,9	85,7	72,4	63,7	86,0
Autonomia Fiscal	38,9	62,6	56,0	32,4	29,1	56,9	21,1	35,4	23,9
Resultado Primário	57,1	27,3	38,6	38,8	37,5	36,7	23,0	32,5	38,6
<b>Segurança Pública</b>									
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	0,6	0,0	2,0	0,4	8,7	5,7	2,9	5,6	2,7
Déficit Carcerário	16,3	70,2	35,8	85,2	72,7	0,0	69,6	61,2	40,8
Mortes a esclarecer	100,0	0,0	47,5	85,0	93,3	22,7	73,4	60,8	65,4
Segurança no trânsito	20,0	64,3	36,3	14,7	29,2	51,9	0,0	70,3	38,0
Segurança Pessoal	8,5	35,5	20,9	54,6	36,8	29,7	77,3	28,8	0,0
Segurança Patrimonial	43,9	43,1	48,8	61,5	84,9	43,9	60,1	75,4	56,0
<b>Sustentabilidade Social</b>									
Segurança Alimentar	7,2	42,8	21,9	0,0	34,8	34,8	30,9	46,2	63,5
Inadequação de Moradia	74,3	82,6	79,1	0,0	72,9	87,7	66,2	83,8	84,2
Famílias abaixo da linha da pobreza	38,3	58,0	40,8	0,0	49,4	50,0	32,0	53,5	52,5
Desigualdade de renda	85,9	54,8	74,8	36,0	33,1	46,3	37,1	50,3	62,5
Acesso ao Saneamento Básico - Água	53,7	74,4	59,6	17,3	67,3	61,9	73,5	77,3	79,9
Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	21,4	57,2	34,5	15,0	52,1	49,6	0,0	22,9	42,4
Mortes Evitáveis	51,9	59,2	65,0	39,2	76,6	69,4	64,3	66,6	47,2
Anos Potenciais de Vida Perdidos	55,6	66,6	75,5	45,2	86,4	74,6	71,6	74,5	54,7
Formalidade do Mercado de Trabalho	47,4	34,0	31,6	5,6	16,3	46,4	18,3	32,1	33,6
Inserção Econômica	19,4	2,0	41,5	36,4	45,8	11,6	74,9	20,2	17,4
IDH	0,0	20,9	28,5	6,4	19,8	24,4	6,4	29,1	8,1
Inserção Econômica dos Jovens	0,0	45,3	24,9	32,6	31,5	23,6	57,7	39,1	55,2
Mortalidade Materna	73,7	75,6	82,3	38,3	70,0	66,7	51,8	84,4	80,0
Mortalidade Precoce	2,3	22,9	7,7	39,9	32,0	26,9	53,9	20,7	0,0
Previdência Social	56,2	62,8	73,0	90,1	68,9	41,2	100,0	59,6	66,9
Mortalidade na infância	32,5	38,5	67,0	27,0	72,1	39,3	22,6	48,2	14,6

**Fonte:** Centro de Liderança Pública – CLP

Conforme a Tabela 21 verifica-se as áreas em que os Estados do Nordeste apresentam maiores necessidades de atuação do governo para melhorar o seu desempenho econômico e social. Conforme o observado, estas Unidades Federativas apresentam baixas notas nos indicadores que compõem os pilares de infraestrutura, da inovação, da segurança pública e do

capital humano, principalmente no indicador de qualificação dos trabalhadores, a qual por sua vez afeta a produtividade do trabalho.

Tais desempenhos dos indicadores fazem com que os Estados da região Nordeste dado as suas limitações estruturais fiquem para trás dos demais Estados do país. Embora que alguns Estados da região Nordeste apresentem melhores resultados do que outro Estado da região, no geral, o desempenho da região se apresenta inferior ao desempenho das regiões Sudeste e Sul.

Os Estados das regiões Sul e Sudeste estão classificados no ranking geral de 2017 entre os 10 melhores Estados. Resultado advindo dos consideráveis resultados dos pilares analisados, justificando assim, sua alta participação no PIB do país por deterem maiores condicionamentos de expansão de mercado. Em destaque para o Estado de São Paulo que ocupa a primeira posição do ranking.

Desse modo, fica evidente que os Estados que possuem patamares elevados nos indicadores que compõem os pilares do índice de competitividade, estão centralizados nas regiões Sudeste e Sul do país. E que estas grandes regiões são responsáveis por grande participação da atividade econômica brasileira.

Por fim, estes indicadores proporcionam uma visão ampla de análise de mercado, facilitando a compreensão da conjuntura econômica dos Estados, que muito embora o resultado econômico no geral do país apresente desaceleração, algumas unidades federativas apresentam sinalizações de recuperação, entretanto, quase não é perceptível tal melhoria por conta de seu aglomerado de mercado deter baixa participação na economia. Entretanto, alguns Estados que possuem maiores participações na fatia de mercado, quando apresentam pequenas oscilações, seu impacto é perceptível de imediato, pois afeta diretamente no desempenho da economia do país.

Sendo assim, finalizamos a verificação do desempenho dos indicadores macroeconômicos do Brasil, cujos quais conforme apresentado, detiveram fortes oscilações no período de 2006-2016 em seus diversos segmentos. Desta maneira, a economia do país adentra-se em um cenário de recessão, atrelado ao baixo índice de confiança dos indivíduos e da intensificação da crise política.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise temporal dos indicadores macroeconômicos durante os anos 2006-2016, sendo apresentadas de forma descritiva suas oscilações e seus impactos na economia nos setores da atividade econômica, do mercado de trabalho, das finanças públicas e do setor externo. Desse modo, foi descrito um retrato macroeconômico do Brasil por meio das contribuições literárias de diversos autores, alinhadas a caracterização dos dados apresentados.

Desse modo, verificando-se o comportamento da economia brasileira no governo Lula, elucida-se que as políticas econômicas de sua gestão foram mais eficazes, dado ao cenário econômico em que as grandes economias se encontravam, assim como o desempenho do Brasil ganhava espaço no território interno. Muitas foram às políticas de transferências de renda, de estímulos industriais e da expansão a infraestrutura por meio do PAC, para estimular o crescimento do país através da demanda agregada. De 2006 a 2008, tudo caminhara nos conformes, pois o PIB do país se expandia, a inflação estava controlada e dentro das margens estabelecidas e o emprego avançava cada vez mais.

Eis que surge em meados de 2008 um obstáculo para a economia brasileira, a eclosão da crise financeira internacional. Com a desregulamentação das economias externas, o Brasil para não reduzir seu ritmo de crescimento, foi direcionando por meio das políticas econômicas a driblar tal fenômeno. Com isto, os estímulos ao consumo, e ao setor industrial foram intensificados. A princípio, a economia brasileira obteve uma leve recessão em 2009, resultado que já era de se esperar, pois se leva um tempo para que os efeitos das políticas econômicas venham a se disseminar na economia. Deste modo, em 2010 o Brasil recupera-se da recessão e alcança o maior nível de crescimento do PIB do período de estudo, onde o cenário de crise passara por longe no país, pelo menos até então.

Após 2011 a política macroeconômica do país é comandada pela Gestão Dilma. Durante seu mandato, o cenário econômico do país começa a apresentar indícios de desregulamentação, e suas políticas econômicas não foram tão eficazes quanto às políticas da gestão anterior. Entretanto, o panorama econômico em que o Brasil se encontrava e das economias externas já não eram mais os mesmos. O Brasil tentava manter-se no patamar de crescimento elevado, sustentado pelo desempenho da demanda agregada, enquanto as grandes economias recuperavam-se dos efeitos da crise financeira internacional. O processo de crescimento inflacionário do Brasil se acelera em 2011, caracterizando-se em um dos indícios de desregulamentação econômica do país.

O governo continuou intervindo na economia, buscando controlar a inflação, em melhorar o desempenho do consumo das famílias e de engrenar a retomada do crescimento do setor industrial, o qual apresentava redução de crescimento consecutivo. Sendo assim, os mecanismos de intervenção econômica para estimular o crescimento do PIB, caracteriza-se pelos mesmos instrumentais que foram usados em 2008 para combater o efeito da crise financeira internacional. A gestão econômica do país não percebera que a economia necessitava de um ajuste fiscal e monetário, pois o crescimento em curto prazo das intervenções já não estava sendo absorvido no mercado quanto antes. E que as conseqüências destas intervenções estavam por surgir brevemente.

Sendo assim, neste período de análise o nível de atividade econômica do Brasil aqui representado pelo comportamento do PIB, apresentou consideráveis oscilações, tendo como principal característica a sua redução do crescimento. O PIB sai de um patamar de crescimento de 3,97% em 2006 para um cenário recessivo de (3,84%) em 2015. Por meio das análises efetuadas, evidencia-se que a região Nordeste ganhou espaço na participação do PIB brasileiro ao longo do período de estudo, enquanto alguns Estados das demais regiões do país que detém uma maior concentração produtiva reduziram sua participação ao longo dos anos. Os mecanismos possíveis para tais oscilações advêm dos choques macroeconômicos das políticas adotadas neste amplo período.

Em contrapartida ao desempenho da região Nordeste, a região Sudeste, dentre as cinco regiões do país foi a que apresentou a menor taxa de crescimento acumulado no PIB do período 2006-2015, dado a desaceleração do setor industrial, que mesmo recebendo estímulos sua recuperação caminhara lentamente. Em nível de PIB *per capita*, apesar do crescimento do patamar das grandes regiões, os maiores níveis de renda concentraram-se nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. Liderado pelo Distrito Federal, seguido dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O mercado de trabalho avançou durante o período de 2006 a 2014 obtendo neste último ano um percentual de 95,7% de ocupação no emprego do total das regiões metropolitanas, o maior nível de emprego do período. Entretanto, com a redução do nível de atividade econômica o desemprego começa a crescer na economia, apresentando uma variação anual de (3,05%) em 2015 e de (4,16%) em 2016 no total do emprego formal do Brasil. E o salário mínimo que representa a principal fonte de rendimentos do fator trabalho cresceu em 40,22% entre 2006-2016.

No tocante ao comportamento das finanças públicas, verificou-se a redução da proporção da DLSP total em relação ao PIB para 46,2% em 2016 ante 53,4% de 2006.

Entretanto, a proporção da dívida interna cresceu de 56,5% para 66,2% em 2016, enquanto a dívida externa reduziu de 7,2% do PIB para 3,6% em 2016. A NFSP é caracterizada por um patamar de redução do superávit primário de (3,06%) do PIB em 2006 para um déficit primário de 2,5% em 2016. Observando-se o programa de transferência de renda Bolsa Família, verifica-se um crescimento de 91,65% do programa entre 2006-2016 no Brasil.

O setor externo no período de 2006-2016 caracteriza-se por um cenário de desvalorização do real e da constância deficitária do saldo do Balanço de Pagamentos. Já a balança comercial apresenta a preços correntes oscilações relativas provenientes ao cenário macroeconômico. A pauta de exportação por fator agregado do país caracterizou-se na média de 57,1% de produtos industrializados, embora tenha ocorrido redução de níveis entre os produtos básicos e industrializados no período. A pauta de importação é liderada pelos produtos industrializados em média de 85,5% das importações por fator agregado.

Conforme os dados verificados, a região Nordeste expandiu-se por meio das políticas econômicas adotadas durante as gestões de Lula e Dilma, pois a região foi detentora de consideráveis recursos advindos do Governo Federal. Sendo assim, conclui-se que a região Nordeste possui um vasto potencial econômico, e que com os devidos direcionamentos políticos e econômicos a região consegue deter melhorias na sua estrutura para expandir sua produção e conquistar novos espaços na matriz produtiva brasileira.

Contudo, apesar da evolução da região Nordeste, o atual desempenho econômico do país advém da persistência de manutenção do crescimento presente, inviabilizando uma análise futura em relação aos efeitos que estavam por surgir. Pois não adianta querer sobressair de um problema criando outro, fato este ocorrido no Brasil. Pois se os ajustes macroeconômicos tivessem sido estabelecidos de forma gradual, a desaceleração do crescimento do país não teria se agravado de maneira intensa. Pois a desaceleração teria se diluído ao percorrer dos anos de sua gestão.

O Brasil no momento em que deveria ter se direcionado ao desempenho das economias mundiais, com razoáveis níveis de crescimento, utilizou-se de todos os artifícios aos quais tinha a disposição para engrenar o crescimento econômico do país, transparecendo que o país encontrava-se em perfeitas condições fiscais e monetárias. Entretanto, estes mecanismos não duram para sempre, pois para que a economia cresça em bases sólidas, é necessário um alicerce fundamentado no investimento e no planejamento. Deste modo, ao passar do tempo em que os artifícios foram perdendo força na economia, ressurgiu o problema da retomada ao crescimento. Caberia ao Brasil utilizar-se de quais instrumentais, se as cartas que detinha já haviam sido utilizadas por um longo período. Agora o Brasil entrava em um

cenário recessivo, enquanto as economias externas que haviam encarado o baixo desempenho de imediato estavam se expandindo nos conformes de suas capacidades econômicas.

Sendo assim, os ajustes que foram impostos a economia tardiamente propiciaram na desaceleração do crescimento do PIB brasileiro. Nestes anos a redução consecutiva da FBCF combinada á redução do nível de confiança dos agentes dada à incerteza do direcionamento econômico do país e da redução da produção industrial aprofundaram os efeitos do ajuste macroeconômico.

Então, considera-se que a persistência de controle do nível de crescimento do PIB brasileiro é marcada pelas políticas de incentivo ao consumo das famílias e dos investimentos, entretanto, a sustentação de crescimento econômico através do consumo não é constante. As políticas adotadas foram caracterizadas a princípio, baseadas nos objetivos dos Planos Plurianuais, mas em excesso em algumas situações. A variação real do PIB começou a decrescer por causa dos instrumentos utilizados já não estarem funcionando como deveriam, dado o vasto período de utilização dos mesmos mecanismos e de centralizar no desempenho do consumo das famílias, a solução para os gargalos existentes dos outros setores econômicos.

Contudo, a intervenção econômica é fundamental para o direcionamento econômico do país, pelo fato deste mecanismo prover recursos aos setores mais vulneráveis da economia. Durante o período de estudo verificou-se o papel crucial que as políticas econômicas detiveram no país, caso contrário, se o governo não houvesse provido tais estímulos aos agregados macroeconômicos, a desaceleração econômica poderia ter sido mais intensa.

## REFERÊNCIAS

BACEN, Banco Central do Brasil. Circular nº 2900, de 24 de Junho de 1999. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/selic/selicrtaxareg.asp?idpai=SELECTAXA>>. Acesso em: 16 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Comunicado das Decisões do COPOM, Diversos anos. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/t/copomcomunicados>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Focus – Relatório de mercado, 22 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/readout.asp>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Glossário Completo. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/GLOSSARIO/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Histórico de Metas para a Inflação no Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Série Histórica da Dívida Líquida e Bruta do Governo Geral. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/seriehistDLSPBruta2008.asp>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Série Histórica das Necessidades de Financiamento do Setor Público. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/seriehistdivliq-p.asp>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Série Histórica do Balanço de Pagamentos- 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6). Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist\\_bpm6.asp](http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist_bpm6.asp)>. Acesso em: 01 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 25 set. 2017.

BACHA, Carlos José Caetano. Macroeconomia Aplicada à Análise da Economia Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BANCO DO NORDESTE. Quadro Macroeconômico Brasil e Nordeste 2000 a 2010, fev. 2012. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/indicadores\\_macroeconomicos\\_brasil\\_nordeste\\_fev12.pdf/d6a134e4-99c0-472f-a244-d771397550c5](https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/indicadores_macroeconomicos_brasil_nordeste_fev12.pdf/d6a134e4-99c0-472f-a244-d771397550c5)>. Acesso em: 19 set. 2017.

BOLLE, Monica Baumgarten de. Como Matar a Borboleta-Azul: Uma Crônica da Era Dilma. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5ª ed. São Paulo: Pearson, 2010.

BRADESCO. Expectativas de Mercado – Banco Central Focus. Disponível em: <<http://www.economiaemdia.com.br/vgn-ext-templating/v/index.jsp?vgnextoid=397ece2f8d741310VgnVCM100000882810acRCRD&vgnextfmt=default>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Seção VI, da Repartição das Receitas Tributárias. Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 04 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº95, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Para Instituir o Novo Regime Fiscal, e da Outras Providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm)>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2015. Disponível em:<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Último acesso em: 16 dez. 2017

\_\_\_\_\_. Contas Regionais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?&t=downloads>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Sidra / Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Sidra / Pesquisa Nacional de Comércio. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc>>. Acesso em: 15 nov. 2017

\_\_\_\_\_. Sidra / Pesquisa Mensal do Emprego (PME). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pme/quadros/total-das-areas/fevereiro-2016>>. Acesso em: 22 nov.2017.

\_\_\_\_\_. Sidra / Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfrg>>. Acesso em: 30 out. 2017

\_\_\_\_\_. Sidra / Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr>>. Acesso em: 30 out. 2017

\_\_\_\_\_. Sidra / Pesquisa Mensal de Serviços. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms>>. Acesso em: 15 nov. 2017

\_\_\_\_\_. Sidra / Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca>>. Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 4 Maio. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 04 Jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.134, de 16 de Junho de 2015. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm)>. Acesso em: 25 Jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.135, de 17 de Junho de 2015. Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13135.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13135.htm)>. Acesso em: 25 Jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ. Disponível em: <<https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/boletim-do-icms>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Estatísticas do Comércio Exterior, SISCOMEX, 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/balanca-comercial>>. Acesso em: 16 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaTRProgramaPesquisaPrograma.asp?Exercicio=2016>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Plano Plurianual 2004-2007, Orientação Estratégica de Governo um País para Todos: Crescimento Sustentável, Emprego e Inclusão Social, 2004. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>>. Acesso em: 03 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Plano Plurianual 2008-2011, Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade, 2008. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>>. Acesso em: 03 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Plano Plurianual 2012-2015, Plano Mais Brasil, Mais Desenvolvimento, Mais Igualdade, Mais Participação, 2012. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>>. Acesso em: 03 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged/caged-2017/caged-setembro-2017>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, Anuário RAIS. Remuneração Média dos Empregados em 31/12 por Setor e Área Geográfica. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_anuario\\_rais/anuario\\_remuneracoes.htm](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario_remuneracoes.htm)>. Acesso em: 30 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. RECEITA FEDERAL. O Que é o Simples Nacional?. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI. Disponível em: [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf;jsessionid=Zv-gCp3BOhB4JgK9T3BnNNxl.node2](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf;jsessionid=Zv-gCp3BOhB4JgK9T3BnNNxl.node2). Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL. Tesouro Nacional. Transferências Constitucionais e Legais. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais>. Acesso em: 11 nov. 2017.

BRITTO, Rebeca Machado. A Ocorrência de Ciclos Político-Econômicos nas Eleições Presidenciais Brasileiras de 2006, 2010 e 2014, 2014. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8001/1/2014\\_RebecaMachadoBritto.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8001/1/2014_RebecaMachadoBritto.pdf). Acesso em: 14 fev. 2017.

CAGNIN, R. F *et.al.* A Gestão Macroeconômica do Governo Dilma (2011 e 2012). In: Novos Estudos 97 Novembro 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300011). Acesso em: 14 fev. 2017.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política Econômica, Mercado de Trabalho e Democracia: O Segundo Governo Dilma Rousseff. In: Estudos Avançados 29 (85), 2015. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/revista/autores/liana-maria-da-frota-carleial>. Acesso em: 3 set. 2017.

CARVALHO, F. J. C. de. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. In: Revista Análise Econômica, Porto Alegre, ano 26, n. 50, p. 7-25, setembro de 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10906>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CARVALHO, Leonardo Mello de. O Papel das Políticas Anticíclicas e o Agravamento dos desequilíbrios Macroeconômicos (2009-2013). In: Economia brasileira no período 1987-2013: relatos e interpretações da análise de conjuntura no IPEA / organizador: Fernando José da S. P. Ribeiro; Estêvão Kopschitz Xavier Bastos ... [et al.]. – Brasília: IPEA, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Informe Conjuntural. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/10/informe-conjuntural/#economic-report-july-september-2017>. Acesso em: 14 dez. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. Endividamento e Inadimplência do Consumidor, Novembro de 2017. Disponível em: [http://www.cnc.com.br/central-do-conhecimento/todas?categoria\[0\]=67](http://www.cnc.com.br/central-do-conhecimento/todas?categoria[0]=67). Acesso em: 14 dez. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. Intenção de Consumo das Famílias, Dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.cnc.com.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-de-intencao-de-consumo-das-familias-icf-dezemb-2>. Acesso em: 14 dez. 2017.

CONTRI, André Luis. Uma Avaliação da Economia Brasileira no Governo Dilma. In: Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 9-20, 2014. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3074>. Acesso em: 10 set. 2017.

CURADO, Marcelo; NASCIMENTO, Gabrieli Muchalak. In: revista paranaense de desenvolvimento, Curitiba, v.36, n.128, p.33-48, jan./jun. 2015. O governo Dilma: da Euforia ao Desencanto. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/746>>. Acesso em: 10 set. 2017.

DEL MASSO, Fabiano. Direito Econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica número 135 – maio de 2014. A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

DORNBUSCH, R; FISHER, S e STARTZ, R. Macroeconomia. 11ª. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2013.

FERNANDES, C. B. S.; GUILHOTO, J. J. M. Análise de Impacto de Curto Prazo da Política Fiscal: Redução do IPI no Período 2008-2009. In: Análise Econômica, Porto Alegre, ano 33, n. 64, p. 83-110, set. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/43822/0>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FIGUEIREDO, Júlio Carlos. Impeachment no Brasil: O Governo Temer e a Privatização nas Universidades Públicas Brasileiras. In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 161-181, dez. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/issue/view/1525>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

FIOCCA, Demian. A Oferta de Moeda na Macroeconomia Keynesiana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, Paulo Springer de. A taxa de juros é a principal causa dos desequilíbrios macroeconômicos do Brasil (e ainda, o Copom pode ser substituído por um computador)? 2011. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2011/04/a-taxa-de-juros-e-a-principal-causa-dos-desequilibrios-macroeconomicos-do-brasil.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

FROYEN, R. Macroeconomia Teorias e Aplicações. 2a. Ed. Saraiva, 2013.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Tradução de Mário R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. – São Paulo: Atlas, 1982.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente. Da Retomada do Crescimento à Crise Financeira Internacional (2004-2008). In: Economia brasileira no período 1987-2013: relatos e interpretações da análise de conjuntura no IPEA / organizador: Fernando José da S. P. Ribeiro; Estêvão Kopschitz Xavier Bastos... [et al.]. – Brasília: IPEA, 2015.

LICHA, Antonio Luis. Teoria da Política Monetária: Uma Abordagem a Nível Intermediário. Alta Books, 2015.

MENDONÇA, Helder Ferreira de. Mecanismos de transmissão monetária e a determinação da taxa de juros: uma aplicação da regra de Taylor ao caso brasileiro. In: Economia e Sociedade, Campinas, (16): 65-81, jun. 2001. Disponível em:

<[http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/mecanismos\\_de\\_transmissao\\_monetaria.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/mecanismos_de_transmissao_monetaria.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

PAULA, Luis Fernando de. Política Econômica para o Crescimento e Estabilidade Macroeconômica: uma abordagem keynesiana com uma referência ao Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/politica-economica-para-o-crescimento-economico-e-estabilidade.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS. Disponível em: <<http://www.rankingdecompetitividade.org.br/>>. Acesso em: 28 out. 2017.

SERASA EXPERIAN. Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/demanda-do-consumidor-por-credito/>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

VON MISES, Ludwig. Intervencionismo, Uma Análise Econômica. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010. Tradução de Donald Stewart Jr.

## APÊNDICE A – DADOS COLETADOS

### Quadro 1: PIB do Brasil, Regiões e Estados 2005-2015

UF/Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	4.566.365	4.747.473	5.035.593	5.292.046	5.285.559	5.683.643	5.909.459	6.023.164	6.204.413	6.235.490	5.995.787
Norte	224.098	239.145	251.074	266.621	263.577	302.906	325.462	324.130	340.316	332.415	320.775
Nordeste	595.038	626.471	656.031	691.076	716.635	764.630	787.786	816.973	843.129	868.702	848.533
Sudeste	2.626.021	2.739.565	2.888.458	3.014.606	2.974.030	3.190.027	3.315.735	3.368.952	3.431.458	3.425.491	3.238.716
Sul	726.585	741.513	808.851	846.425	840.667	907.108	940.147	957.001	1.024.390	1.023.382	1.008.018
Centro-Oeste	394.621	400.780	431.181	473.317	490.650	518.972	540.329	556.108	565.120	585.500	579.745
Rondônia	26.322	25.722	26.727	29.415	31.280	34.969	37.234	37.670	36.216	36.719	36.563
Acre	9.047	9.185	10.104	10.909	11.747	12.202	12.084	12.682	13.352	14.522	13.622
Amazonas	71.487	78.683	80.487	81.879	80.178	89.042	95.513	90.374	96.647	93.515	86.560
Roraima	6.718	7.492	7.781	8.240	8.995	9.711	9.862	9.647	10.486	10.514	10.354
Pará	85.250	90.603	95.976	103.732	97.789	120.939	133.290	133.956	141.070	134.427	130.883
Amapá	9.060	10.405	11.130	11.828	11.879	12.049	12.705	13.924	14.853	14.459	13.861
Tocantins	16.214	17.055	18.868	20.619	21.709	23.995	24.772	25.876	27.692	28.258	28.930
Maranhão	52.813	58.541	56.887	64.551	65.010	67.735	70.410	75.672	78.777	82.913	78.475
Piauí	22.535	26.325	25.427	27.574	30.045	32.572	35.029	35.825	36.405	40.704	39.148
Ceará	86.379	91.622	94.073	102.811	106.566	116.041	121.117	121.312	126.886	136.013	130.621
Rio Grande do Norte	42.005	45.102	48.719	49.178	49.067	52.925	55.353	58.061	59.952	58.290	57.250
Paraíba	36.936	41.058	42.409	45.759	47.940	49.032	50.109	53.152	53.969	57.118	56.140
Pernambuco	105.693	109.326	115.621	119.826	126.486	142.155	148.752	160.112	164.257	167.399	156.955
Alagoas	32.576	34.276	36.785	37.884	38.349	39.686	42.747	43.347	43.386	44.212	46.364
Sergipe	30.357	32.353	33.725	36.448	34.424	38.621	39.305	41.099	41.121	40.433	38.554
Bahia	185.744	187.869	202.385	207.045	218.750	225.862	224.965	228.394	238.378	241.620	245.025

(Continua...)

(Continuação.)

UF/Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Minas Gerais	396.271	419.015	444.932	474.115	455.831	513.572	540.291	553.287	567.892	557.448	519.326
Espírito Santo	98.920	105.343	112.287	122.680	109.762	124.779	143.100	146.178	136.472	138.958	120.363
Rio de Janeiro	567.655	590.591	599.212	643.740	621.083	657.986	692.394	719.169	731.068	724.092	659.137
São Paulo	1.563.176	1.624.616	1.732.027	1.774.071	1.787.354	1.893.690	1.939.949	1.950.318	1.996.026	2.004.994	1.939.890
Paraná	268.153	271.216	305.825	315.984	311.890	329.397	347.194	357.305	388.073	375.583	376.960
Santa Catarina	171.559	179.427	192.015	206.722	204.725	224.848	235.046	239.931	249.628	261.715	249.073
Rio Grande do Sul	286.873	290.869	311.010	323.720	324.052	352.864	357.907	359.765	386.690	386.084	381.985
Mato Grosso do Sul	49.912	52.545	55.691	61.635	62.668	69.141	74.447	77.577	80.532	85.187	83.082
Mato Grosso	72.068	60.490	70.394	83.729	83.562	82.788	93.379	99.660	103.817	109.232	107.418
Goiás	113.319	120.931	132.191	140.252	147.267	156.168	163.788	173.583	176.068	178.052	173.632
Distrito Federal	159.323	166.813	172.904	187.700	197.154	210.877	208.716	205.287	204.703	213.029	215.613

**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**Nota:** PIB a preços constantes de 2015 em R\$ 1.000.000, deflacionado pelo deflator implícito do PIB. Os dados referentes ao período 2006-2014 correspondem às informações do sistema de contas nacionais – produto interno bruto dos municípios. Para 2015 os dados correspondem às contas regionais do Brasil.

### Quadro 2: Composição da Ótica da Despesa do Brasil 2005-2015

Ano	Consumo das Famílias	Despesas Governamentais	Formação Bruta de Capital Fixo + Variação de Estoque	Exportações	Importações
2005	2.762.845	862.585	785.637	696.086	540.794
2006	2.869.264	903.869	845.832	682.417	553.904
2007	3.015.059	953.892	998.021	671.126	602.504
2008	3.160.981	996.991	1.144.107	716.226	726.259
2009	3.274.745	1.038.647	993.482	573.555	594.868
2010	3.422.849	1.080.850	1.239.111	610.319	669.488
2011	3.561.858	1.103.251	1.289.816	677.587	723.052
2012	3.698.938	1.116.097	1.289.993	704.894	786.761

(Continua...)

(Continuação.)

Ano	Consumo das Famílias	Despesas Governamentais	Formação Bruta de Capital Fixo + Variação de Estoque	Exportações	Importações
2013	3.829.069	1.172.167	1.345.972	721.586	864.379
2014	3.925.839	1.194.316	1.281.293	686.650	852.607
2015	3.830.977	1.183.466	1.056.785	773.427	844.082

**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE/Contas Nacionais Trimestrais.

**Nota:** Valores a preços constantes (Milhões de Reais) de 2015 deflacionado pelo deflator implícito do PIB.

### Quadro 3: Síntese Regional da Intenção de Consumo e Evolução do Índice por Faixas de Renda 2016-2017

Região	Índice	Variação Mensal	Variação Anual
Centro-Oeste	91,6	0,3%	2,4%
Sul	87,0	-2,9%	4,6%
Norte	85,0	1,7%	22,0%
Nordeste	81,6	3,2%	1,4%
Sudeste	77,9	2,8%	9,8%
Brasil	81,7	1,9%	7,2%
Faixas de Renda			
Indicador	Total	Até 10 SM	Mais de 10 SM
Índice	81,7	79,0	95,3
Variação Mensal	1,9%	1,6%	2,8%
Variação Anual	7,2%	6,1%	11,2%

**Fonte:** Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC – 2017.

**Quadro 4: Síntese do Endividamento das Famílias por Faixas de Renda 2016-2017**

Faixa de Renda / Período	Endividamento - Faixa de Renda (%)		Contas em Atraso - Faixa de Renda (%)		Não Terão Condições de Pagar - Faixa de Renda (%)	
	(- 10SM)	(+ 10SM)	(- 10SM)	(+ 10SM)	(- 10SM)	(+ 10SM)
Nov/16	61,2	51,5	27,5	10,9	11,3	3,0
Dez/16	61,0	49,0	27,3	9,8	10,7	3,0
Jan/17	60,5	49,6	27,0	10,9	11,5	4,3
Fev/17	60,5	49,6	27,1	11,0	11,6	4,3
Mar/17	62,6	51,9	28,3	10,8	12,0	4,0
Abr/17	64,1	52,2	28,9	10,8	12,1	3,4
Mai/17	63,0	49,4	28,9	11,7	12,0	3,4
Jun/17	61,9	47,1	29,1	11,2	11,8	3,6
Jul/17	62,3	50,1	29,0	10,6	11,6	3,3
Ago/17	62,9	52,7	29,0	12,4	11,9	4,7
Set/17	63,2	54,1	29,5	12,7	12,0	5,3
Out/17	63,2	54,6	29,3	11,5	11,8	3,7
Nov/17	63,7	54,5	29,1	11,7	12,0	3,2

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC – 2017.

**Quadro 5: Composição da Ótica da Produção do Brasil 2005-2015**

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos Líquidos sobre produtos
2005	212.390	1.103.810	2.560.630	689.537
2006	207.467	1.117.747	2.712.618	709.645
2007	222.418	1.164.502	2.906.860	741.817
2008	241.734	1.221.684	3.006.139	822.489

(Continua...)

(Continuação.)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos Líquidos sobre produtos
2009	236.622	1.156.406	3.126.147	766.383
2010	233.926	1.322.469	3.274.513	852.735
2011	256.589	1.365.206	3.401.967	885.696
2012	251.065	1.333.146	3.537.623	901.332
2013	279.625	1.316.875	3.702.717	905.196
2014	269.723	1.276.558	3.819.300	869.910
2015	256.255	1.151.747	3.746.332	846.239

**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE - Contas Nacionais Trimestrais.

**Nota:** Valores a preços constantes (Milhões de Reais) de 2015 deflacionado pelo deflator implícito do PIB.

#### Quadro 6: Brasil e Unidades Federativas, Índice de Atividade da Indústria Geral 2006-2016

UF / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	91,21	96,61	99,58	92,49	101,94	102,36	100,00	102,08	98,99	90,83	84,95
Nordeste	96,22	98,99	100,31	94,98	103,15	98,43	100	103,41	103,63	100,58	97,72
Amazonas	89,78	93,87	97,55	89,11	103,72	107,27	100	106,13	102,08	84,55	75,28
Pará	86,62	90,02	96,45	91,43	98,83	101,57	100	98,06	105,94	109,71	119,81
Ceará	108,83	109,78	111,08	107,03	115,16	100,24	100	109,98	107,22	96,6	92,41
Pernambuco	86,15	89,51	94,09	91,14	99,18	98,33	100	99,35	99,68	96,11	87,15
Bahia	95,5	97,07	99,02	93,43	101	96,01	100	106,72	103,91	96,78	91,81
Minas Gerais	89,58	97,27	98,72	86,49	98,57	98,59	100	99,71	97,23	90,08	84,61
Espírito Santo	87,34	93,82	99,23	84,43	103,03	108,13	100	95,77	101,15	105,63	85,85
Rio de Janeiro	95,07	97,71	99,76	96,23	106,01	107,43	100	99,95	97,72	90,67	86,93
São Paulo	90,83	96,18	101,02	93,51	102,45	102,98	100	103,22	96,84	86,2	81,69
Paraná	73,96	80,32	88,32	80,98	95,22	105,89	100	102,99	97,71	89,12	85,14

(Continua...)

(Continuação.)

UF / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Santa Catarina	102,34	107,77	106,77	101,37	108,28	102,51	100	101,73	99,21	91,18	88,08
Rio Grande do Sul	96,88	104,37	105,15	99,92	104,48	106,09	100	107,59	102,98	91,11	87,58
Mato Grosso							100	101,03	105,23	107,83	104,78
Goiás	77,71	79,46	85,76	84,8	95,18	98,08	100	105,27	111,3	111,86	106,39

**Fonte:** IBGE/PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal- Produção Física.

**Nota:** Número-índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100). Média anual. Dados divulgados mensalmente. Os espaços em branco não estão disponíveis.

### Quadro 7: Brasil e Unidades Federativas, Índice de Atividade da Indústria Extrativista 2006-2016

UF / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	86,53	91,63	95,13	86,7	98,38	100,49	100,00	96,36	102,9	106,88	96,78
Nordeste	104,83	104,13	107,24	102,12	102,43	100,59	100	98,94	99,18	95,17	91,48
Amazonas	97,04	94,48	93,03	96,68	100,78	101,03	100	94,92	95,18	94,39	89,72
Pará	82,03	88,69	94,1	80,81	95,99	102,98	100	98,32	108,84	114,95	129,94
Ceará											
Pernambuco											
Bahia	96,74	97,17	98,77	94,83	102,11	99,76	100	99,31	100,68	94,08	72,89
Minas Gerais	89,37	100,41	100,03	74,88	98,78	100,29	100	96,67	98,63	99,09	87,98
Espírito Santo	57,1	65,76	73,27	49,01	78,34	101,52	100	94,2	107,04	113,85	78,53
Rio de Janeiro	99,84	97,53	102,76	113,58	109,81	100,28	100	93,79	97,81	102,98	103,44
São Paulo											
Paraná											
Santa Catarina											
Rio Grande do Sul											
Mato Grosso											
Goiás							100	95,13	96,77	91,02	79,14

**Fonte:** IBGE/PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal- Produção Física. **Nota:** Número-índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100). Média anual. Dados divulgados mensalmente. Os espaços em branco não estão disponíveis.

**Quadro 8: Brasil e Unidades Federativas, Índice de Atividade da Indústria de Transformação 2006-2016**

UF / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	91,47	96,93	99,87	92,84	102,16	102,46	100,00	102,81	98,52	88,83	83,47
Nordeste	95,64	98,65	99,85	94,51	103,21	98,31	100	103,86	104,08	101,12	98,31
Amazonas	89,63	93,85	97,66	88,91	103,8	107,4	100	106,79	102,48	83,98	74,45
Pará	90,64	91,18	98,52	100,69	101,3	100,36	100	97,1	96,32	92,28	86,09
Ceará	108,83	109,78	111,08	107,03	115,16	100,24	100	109,98	107,22	96,6	92,41
Pernambuco	86,15	89,51	94,09	91,14	99,18	98,33	100	99,35	99,68	96,11	87,15
Bahia	95,44	97,04	99,05	93,36	100,96	95,83	100	107,18	104,13	96,94	93,02
Minas Gerais	89,64	96,71	98,49	88,54	98,53	98,28	100	100,68	96,78	87,13	83,49
Espírito Santo	112,25	116,93	120,63	113,63	123,39	113,57	100	97,6	94,18	95,85	94,51
Rio de Janeiro	93,99	97,77	99,07	92,37	105,16	109,01	100	102,4	97,68	85,81	80,44
São Paulo	90,83	96,18	101,02	93,51	102,45	102,98	100	103,22	96,84	86,2	81,69
Paraná	73,96	80,32	88,32	80,98	95,22	105,89	100	102,99	97,71	89,12	85,14
Santa Catarina	102,34	107,77	106,77	101,37	108,28	102,51	100	101,73	99,21	91,18	88,08
Rio Grande do Sul	96,88	104,37	105,15	99,92	104,48	106,09	100	107,59	102,98	91,11	87,58
Mato Grosso							100	101,03	105,23	107,83	104,78
Goiás	78,03	79,23	85,14	84,06	94,88	97,93	100	106,03	112,4	113,43	108,44

**Fonte:** IBGE/PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal- Produção Física.

**Nota:** Número-índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100). Média anual. Dados divulgados mensalmente. Os espaços em branco não estão disponíveis.

**Quadro 9: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) no Brasil (%) – 2006-2016**

Ano	Brasil		
	Bens de Capital	Bens de Consumo Intermediário	Bens de Consumo Final
2006	76,48	94,30	90,58

(Continua...)

(Continuação.)

Ano	Brasil		
	Bens de Capital	Bens de Consumo Intermediário	Bens de Consumo Final
2007	91,13	98,48	95,26
2008	105,86	100,03	97,08
2009	88,41	92,03	94,33
2010	107,23	101,60	100,89
2011	112,59	101,63	100,49
2012	100,00	100,00	100,00
2013	112,20	100,39	102,63
2014	101,73	97,97	100,24
2015	75,97	92,86	90,83
2016	67,91	86,91	85,76

Fonte: IBGE/PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal- Produção Física

Nota: Número-índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100). Média anual. Dados divulgados mensalmente.

### Quadro 10: PIB *Per Capita* do Brasil, Regiões e Unidades Federativas

UF/Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Brasil</b>	24.596,50	25.272,41	26.509,54	27.562,74	27.245,85	29.795,39	29.872,15	30.162,72	30.796,17	30.687,83	29.267,73
<b>Norte</b>	15.074,56	15.772,68	16.256,00	16.955,26	16.475,65	19.093,38	19.691,53	19.306,09	19.971,57	19.231,42	18.304,88
<b>Nordeste</b>	11.423,27	11.900,82	12.340,45	12.879,03	13.236,71	14.404,70	14.311,94	14.726,88	15.087,94	15.438,10	14.980,90
<b>Sudeste</b>	33.384,03	34.461,23	35.972,62	37.184,31	36.345,34	39.694,52	39.817,16	40.118,03	40.539,40	40.162,40	37.696,31
<b>Sul</b>	27.027,69	27.308,68	29.505,02	30.593,31	30.114,16	33.121,99	33.107,27	33.423,02	35.497,62	35.195,58	34.415,08
<b>Centro-Oeste</b>	30.006,95	29.913,42	31.613,82	34.108,05	34.763,35	36.916,26	37.054,52	37.534,28	37.566,99	38.348,18	37.429,47
<b>Rondônia</b>	17.003,70	16.342,08	16.725,59	18.135,22	19.003,69	22.381,42	22.019,12	22.003,73	20.897,89	20.946,62	20.622,02
<b>Acre</b>	13.584,60	13.507,97	14.558,87	15.385,79	16.225,66	16.633,93	16.069,79	16.556,57	17.118,24	18.312,65	16.901,14

(Continua...)

(Continuação.)

UF/Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Amazonas</b>	21.908,44	23.578,85	23.603,30	23.521,75	22.579,04	25.557,54	25.891,34	24.054,86	25.280,37	24.046,15	21.902,96
<b>Roraima</b>	16.466,11	17.838,53	18.053,15	18.641,50	19.899,69	21.556,54	20.894,62	20.014,28	21.356,00	21.027,82	20.342,54
<b>Pará</b>	12.063,11	12.594,23	13.122,22	13.953,77	12.953,90	15.952,76	17.143,38	16.988,71	17.655,76	16.610,30	15.975,03
<b>Amapá</b>	15.074,22	16.782,42	17.445,20	18.057,60	17.650,43	17.996,36	17.996,24	19.259,31	20.098,63	19.150,87	17.978,21
<b>Tocantins</b>	12.330,27	12.746,37	13.873,83	14.919,56	15.473,55	17.344,05	17.155,34	17.674,72	18.673,10	18.826,30	19.045,47
<b>Maranhão</b>	8.454,13	9.251,03	8.881,69	9.964,61	9.926,63	10.302,22	10.538,81	11.222,28	11.581,39	12.089,90	11.356,75
<b>Piauí</b>	7.410,39	8.583,27	8.231,61	8.866,15	9.605,31	10.445,24	11.081,56	11.283,51	11.422,89	12.731,83	12.207,18
<b>Ceará</b>	10.584,34	11.098,99	11.274,30	12.198,74	12.523,94	13.728,84	13.985,78	13.894,42	14.422,14	15.347,86	14.637,02
<b>Rio Grande do Norte</b>	13.669,18	14.478,87	15.436,89	15.387,38	15.167,41	16.706,09	16.722,97	17.347,09	17.726,82	17.058,93	16.594,13
<b>Paraíba</b>	10.097,32	11.114,86	11.375,89	12.166,66	12.635,64	13.017,76	12.988,26	13.667,28	13.771,20	14.467,70	14.119,82
<b>Pernambuco</b>	12.297,04	12.592,23	13.191,23	13.545,73	14.172,05	16.160,48	16.385,98	17.494,71	17.809,47	18.015,38	16.770,53
<b>Alagoas</b>	10.535,43	10.968,21	11.659,12	11.898,37	11.942,89	12.717,92	13.108,59	13.199,43	13.123,33	13.292,85	13.860,65
<b>Sergipe</b>	15.270,29	16.040,08	16.491,41	17.582,39	16.392,15	18.675,47	18.264,45	18.878,57	18.674,18	18.172,02	17.142,94
<b>Bahia</b>	13.048,40	13.084,63	13.982,62	14.196,74	14.892,11	16.113,55	15.113,53	15.249,68	15.825,37	15.954,86	16.098,87
<b>Minas Gerais</b>	20.551,37	21.514,43	22.632,47	23.901,75	22.784,70	26.206,20	26.578,67	27.013,31	27.530,16	26.842,98	24.848,15
<b>Espírito Santo</b>	28.581,19	29.995,11	31.523,67	33.973,89	29.989,69	35.499,57	38.109,30	38.437,45	35.456,57	35.685,08	30.556,78
<b>Rio de Janeiro</b>	36.566,26	37.737,43	38.001,75	40.530,15	38.834,67	41.150,03	42.732,46	44.109,98	44.580,01	43.910,97	39.759,74
<b>São Paulo</b>	38.700,13	39.761,52	41.930,59	42.500,86	42.386,50	45.894,07	45.128,74	44.951,67	45.603,64	45.423,51	43.593,03
<b>Paraná</b>	26.148,54	26.176,64	29.229,20	29.917,05	29.263,44	31.537,76	32.017,15	32.675,35	35.208,90	33.821,06	33.696,23
<b>Santa Catarina</b>	29.013,89	29.879,67	31.493,43	33.401,44	32.589,22	35.984,64	36.345,39	36.563,72	37.509,87	38.789,85	36.419,48
<b>Rio Grande do Sul</b>	26.773,03	26.964,78	28.653,95	29.652,82	29.520,98	32.996,63	32.287,55	32.306,52	34.581,43	34.395,00	33.909,02
<b>Mato Grosso do Sul</b>	21.532,35	22.312,20	23.301,75	25.406,19	25.474,61	28.231,87	29.437,20	30.268,13	31.033,48	32.415,22	31.245,71
<b>Mato Grosso</b>	25.519,91	21.047,41	24.099,44	28.210,71	27.724,49	27.276,51	30.083,46	31.648,18	32.534,38	33.786,59	32.809,42
<b>Goiás</b>	19.989,18	20.936,87	22.481,48	23.449,67	24.221,58	26.011,50	26.118,29	27.271,51	27.272,03	27.208,36	26.184,84
<b>Distrito Federal</b>	68.086,55	69.708,77	70.659,62	75.020,02	77.043,21	82.048,04	77.937,09	74.949,74	73.082,09	74.407,68	73.713,85

**Fonte:** Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**Nota:** PIB *Per Capita* a preços constantes de 2015 (em Mil R\$), deflacionado pelo deflator implícito do PIB. População Residente em Mil Pessoas.

**Quadro 11: População Residente do Brasil, Grande Região e Unidades Federativas (Mil pessoas)**

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	185.651	187.852	189.954	192.000	193.995	190.756	197.825	199.689	201.467	203.191	204.860
Norte	14.866	15.162	15.445	15.725	15.998	15.864	16.528	16.789	17.040	17.285	17.524
Nordeste	52.090	52.641	53.161	53.659	54.140	53.082	55.044	55.475	55.881	56.270	56.641
Sudeste	78.661	79.497	80.296	81.072	81.827	80.364	83.274	83.976	84.645	85.291	85.916
Sul	26.883	27.153	27.414	27.667	27.916	27.387	28.397	28.633	28.858	29.077	29.290
Centro-Oeste	13.151	13.398	13.639	13.877	14.114	14.058	14.582	14.816	15.043	15.268	15.489
Rondônia	1.548	1.574	1.598	1.622	1.646	1.562	1.691	1.712	1.733	1.753	1.773
Acre	666	680	694	709	724	734	752	766	780	793	806
Amazonas	3.263	3.337	3.410	3.481	3.551	3.484	3.689	3.757	3.823	3.889	3.952
Roraima	408	420	431	442	452	450	472	482	491	500	509
Pará	7.067	7.194	7.314	7.434	7.549	7.581	7.775	7.885	7.990	8.093	8.193
Amapá	601	620	638	655	673	670	706	723	739	755	771
Tocantins	1.315	1.338	1.360	1.382	1.403	1.383	1.444	1.464	1.483	1.501	1.519
Maranhão	6.247	6.328	6.405	6.478	6.549	6.575	6.681	6.743	6.802	6.858	6.910
Piauí	3.041	3.067	3.089	3.110	3.128	3.118	3.161	3.175	3.187	3.197	3.207
Ceará	8.161	8.255	8.344	8.428	8.509	8.452	8.660	8.731	8.798	8.862	8.924
Rio Grande do Norte	3.073	3.115	3.156	3.196	3.235	3.168	3.310	3.347	3.382	3.417	3.450
Paraíba	3.658	3.694	3.728	3.761	3.794	3.767	3.858	3.889	3.919	3.948	3.976
Pernambuco	8.595	8.682	8.765	8.846	8.925	8.796	9.078	9.152	9.223	9.292	9.359
Alagoas	3.092	3.125	3.155	3.184	3.211	3.120	3.261	3.284	3.306	3.326	3.345
Sergipe	1.988	2.017	2.045	2.073	2.100	2.068	2.152	2.177	2.202	2.225	2.249
Bahia	14.235	14.358	14.474	14.584	14.689	14.017	14.885	14.977	15.063	15.144	15.220
Minas Gerais	19.282	19.476	19.659	19.836	20.006	19.597	20.328	20.482	20.628	20.767	20.900
Espírito Santo	3.461	3.512	3.562	3.611	3.660	3.515	3.755	3.803	3.849	3.894	3.939
Rio de Janeiro	15.524	15.650	15.768	15.883	15.993	15.990	16.203	16.304	16.399	16.490	16.578

(Continua...)

(Continuação.)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
São Paulo	40.392	40.859	41.307	41.742	42.168	41.262	42.987	43.387	43.769	44.140	44.500
Paraná	10.255	10.361	10.463	10.562	10.658	10.445	10.844	10.935	11.022	11.105	11.187
Santa Catarina	5.913	6.005	6.097	6.189	6.282	6.248	6.467	6.562	6.655	6.747	6.839
Rio Grande do Sul	10.715	10.787	10.854	10.917	10.977	10.694	11.085	11.136	11.182	11.225	11.265
Mato Grosso do Sul	2.318	2.355	2.390	2.426	2.460	2.449	2.529	2.563	2.595	2.628	2.659
Mato Grosso	2.824	2.874	2.921	2.968	3.014	3.035	3.104	3.149	3.191	3.233	3.274
Goiás	5.669	5.776	5.880	5.981	6.080	6.004	6.271	6.365	6.456	6.544	6.631
Distrito Federal	2.340	2.393	2.447	2.502	2.559	2.570	2.678	2.739	2.801	2.863	2.925

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

### Quadro 12: Índice de Preços (IPCA) Acumulado por Categorias do Brasil e Regiões Metropolitanas

Alimentação e bebidas										
Ano	Brasil	Belém (PA)	Fortaleza (CE)	Recife (PE)	Salvador(BA)	Belo Horizonte (MG)	Rio de Janeiro (RJ)	São Paulo (SP)	Curitiba (PR)	Porto Alegre (RS)
2006	1,23	1,05	1,23	-0,21	0,54	4,32	-0,26	1,1	0,61	2,55
2007	10,79	16,45	10,71	12,68	11,63	11,45	8,55	11,17	7,15	9,46
2008	11,11	12,08	10,49	10,82	11,29	10,48	11,58	10,45	12,45	12,25
2009	3,18	3,17	2,82	3,03	2,05	2,06	2,95	4,58	2,07	3,27
2010	10,39	10,38	11,31	8,5	9,28	10,03	10,21	11,05	13,14	7,53
2011	7,18	5,59	6,14	6,43	6,71	6,85	8,19	6,97	8,96	7,73
2012	9,86	14,32	13,29	11,6	11,49	9,3	9,42	8,68	9,29	9,89
2013	8,48	5,71	8,25	9,47	8,7	7,83	9,34	9,08	6,74	9,36
2014	8,03	7,18	7,04	7,16	6,43	7,03	10,02	8,12	8,92	8,41
2015	12,03	11,1	12,91	13,42	13,68	9,69	11,37	11,33	13,87	13,8
2016	8,62	10,4	12,05	9,3	9,52	9,69	7,24	7,83	7,56	8,93
Habitação										

(Continua...)

(Continuação.)

<b>Habitação</b>										
<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Belém (PA)</b>	<b>Fortaleza (CE)</b>	<b>Recife (PE)</b>	<b>Salvador (BA)</b>	<b>Belo Horizonte (MG)</b>	<b>Rio de Janeiro (RJ)</b>	<b>São Paulo (SP)</b>	<b>Curitiba (PR)</b>	<b>Porto Alegre (RS)</b>
2006	3,08	1,07	3,43	4,34	4,76	6,76	3,67	2,49	0,54	2,08
2007	1,76	-2,38	0,12	1,84	6,88	6,05	1,17	-0,11	1,79	1,28
2008	5,08	11,7	6,83	6,61	0,64	-0,65	6,59	6,31	5,12	5,24
2009	5,67	1,86	6,03	6,42	6,17	6,62	4,3	5,95	7,28	5,11
2010	5	9,15	5,37	-0,43	5,1	3,56	6,22	5,04	7,42	3,13
2011	6,75	0,44	3,67	7,11	8,62	8,59	7,42	5,85	7,99	7,48
2012	6,79	7,89	2,48	7,43	7,57	7,51	9,12	5,32	6,71	5,27
2013	3,4	3,49	5,14	5,11	0	4,16	4,8	3,3	3,4	2,54
2014	8,8	13,4	10,42	11,39	9,39	7,8	8,83	6,52	11,44	10,36
2015	18,31	14,32	14,75	12,07	11,58	15,22	18,97	21,5	23,24	18,15
2016	2,85	3,54	6,47	5,78	6,54	4,04	1,11	3,42	-2,03	2,37
<b>Transportes</b>										
<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Belém (PA)</b>	<b>Fortaleza (CE)</b>	<b>Recife (PE)</b>	<b>Salvador (BA)</b>	<b>Belo Horizonte (MG)</b>	<b>Rio de Janeiro (RJ)</b>	<b>São Paulo (SP)</b>	<b>Curitiba (PR)</b>	<b>Porto Alegre (RS)</b>
2006	3,02	5,49	1,36	0,26	1,64	4,26	7,31	2,86	1,29	0,52
2007	2,08	5,53	0,41	2,24	6,72	3,89	1,98	0,92	1,55	2,61
2008	2,32	3,72	2,21	4,48	1,65	3,07	4,2	1,06	1,51	3,72
2009	2,36	5,02	2,67	2,75	3,63	4,27	1,46	1,55	3,51	0,65
2010	2,41	4,7	0,32	1,27	4,09	1,65	3,7	2,76	-0,71	3,63
2011	6,05	4,03	4,48	3,55	5,49	7,55	6,42	6,12	6,95	5,26
2012	0,48	3,58	0,81	2,1	2,38	0,23	4,46	-1,25	0,31	-0,27
2013	3,29	4,02	5,34	3,66	2,23	1,6	3,19	3,15	3,59	3,73
2014	3,75	4,27	3,69	3,07	1,95	2,5	6,06	3,79	2,75	4,01
2015	10,16	9,33	13,82	12,05	8,8	9,4	9,49	10,7	10,23	11,62
2016	4,22	1,93	3,08	5,27	1,91	3,87	7,14	3,88	3,79	5,83

Fonte: IBGE/SIDRA- IPCA- índice de Preços ao Consumidor Amplo.

**Quadro 13: População Economicamente Ativa (PEA), Pessoal Ocupado e Desocupado nas Principais Regiões Metropolitanas – 2005 a 2016**

**1.000 Pessoas**

POSIÇÃO	PEA	PESSOAL OCUPADO	PESSOAL DESOCUPADO
Dez/05	22.154	20.304	1.850
Dez/06	22.662	20.765	1.897
Dez/07	23.037	21.322	1.715
Dez/08	23.596	21.996	1.600
Dez/09	23.968	22.339	1.629
Dez/10	24.294	23.016	1.278
Dez/11	24.482	23.322	1.160
Dez/12	25.227	24.058	1.169
Dez/13	25.040	23.956	1.084
Dez/14	24.928	23.855	1.073
Dez/15	24.946	23.213	1.733
Dez/16	24.570	22.555	2.015

**Fonte:** Elaboração Própria a partir de dados do IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

**Nota:** Taxa de ocupação na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%). Para o ano de 2016 os valores são referentes até o mês de fevereiro 2016.

**Quadro 14: Pessoal Ocupado, Empregos Formais e Informais nas Principais Regiões Metropolitanas – 2005 a 2016**

**1.000 Pessoas**

POSIÇÃO	PESSOAL OCUPADO	EMPREGOS FORMAIS	EMPREGOS INFORMAIS
Dez/05	20.304	9.245	4.479
Dez/06	20.765	9.570	4.406

(Continua...)

(Continuação.)

<b>POSIÇÃO</b>	<b>PESSOAL OCUPADO</b>	<b>EMPREGOS FORMAIS</b>	<b>EMPREGOS INFORMAIS</b>
Dez/07	21.322	10.157	4.338
Dez/08	21.996	10.823	4.214
Dez/09	22.339	11.018	4.298
Dez/10	23.016	11.901	4.032
Dez/11	23.322	12.531	3.754
Dez/12	24.058	13.031	3.827
Dez/13	23.956	13.213	3.349
Dez/14	23.855	13.196	3.180
Dez/15	23.213	12.540	3.037
Fev/16	22.555*	12.357	2.846

**Fonte:** IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

**Nota:** (\*) Dados correspondentes a dezembro de 2016.

### Quadro 15: Emprego Formal do Brasil, Regiões e UF

<b>UF</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>BRASIL</b>	33.238.617	35.155.249	37.607.430	39.441.566	41.207.546	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198
<b>NORDESTE</b>	5.808.590	6.185.903	6.567.837	6.948.709	7.422.186	8.010.839	8.481.080	8.613.556	8.926.710	9.132.863	8.899.279	8.436.203
MA	400.154	437.433	482.938	540.010	562.275	636.625	675.274	696.348	721.490	738.826	722.866	700.200
PI	279.198	293.248	298.831	335.632	351.701	377.463	393.363	418.380	444.121	457.730	460.776	441.693
CE	920.161	989.490	1.059.392	1.129.999	1.236.261	1.325.792	1.406.906	1.423.648	1.495.923	1.552.447	1.542.759	1.443.365
RN	450.797	475.257	498.467	515.227	538.757	575.026	592.444	602.226	617.645	632.140	608.866	585.969
PB	420.835	450.720	475.471	513.339	543.375	579.504	614.813	628.047	659.242	679.180	667.030	634.632
PE	1.095.551	1.162.556	1.239.499	1.308.771	1.399.997	1.536.626	1.648.927	1.694.647	1.758.482	1.768.543	1.670.335	1.585.654
AL	367.116	393.232	407.937	425.033	446.136	470.992	497.898	505.132	509.125	514.391	509.275	490.272
SE	277.788	302.494	320.676	319.246	344.052	369.579	385.837	388.507	405.775	417.023	404.968	383.073

(Continua...)

(Continuação.)

UF	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
BA	1.596.990	1.681.473	1.784.626	1.861.452	1.999.632	2.139.232	2.265.618	2.256.621	2.314.907	2.372.583	2.312.404	2.171.345
<b>NORTE</b>	1.650.837	1.792.126	1.954.641	2.080.009	2.191.265	2.408.182	2.562.748	2.622.185	2.743.248	2.801.469	2.724.584	2.579.035
RO	213.176	227.524	245.514	262.585	296.937	334.290	352.460	365.142	367.645	374.101	358.661	341.197
AC	79.431	85.583	92.009	98.724	106.013	121.187	121.321	125.229	129.232	133.161	136.011	128.137
RR	33.749	36.738	45.742	51.418	73.771	78.585	91.988	93.777	92.157	94.320	96.564	94.574
AP	73.110	78.517	88.898	98.183	105.771	108.191	119.211	122.956	126.731	132.833	121.913	125.591
TO	169.121	185.791	203.599	213.125	228.259	238.955	242.769	246.360	257.536	275.913	274.645	264.230
AM	406.393	439.371	482.727	510.219	509.645	575.739	597.910	616.377	644.411	642.920	611.161	572.035
PA	675.857	738.602	796.152	845.755	870.869	951.235	1.037.089	1.052.344	1.125.536	1.148.221	1.125.629	1.053.271
<b>CENTRO-OESTE</b>	2.745.948	2.866.561	3.049.865	3.223.987	3.417.517	3.630.804	3.849.483	3.993.465	4.240.172	4.294.468	4.211.711	4.101.874
MS	419.197	438.685	472.170	497.320	523.507	560.789	597.968	617.193	635.625	653.578	645.620	633.554
MT	490.115	518.125	571.605	590.538	622.459	656.542	709.377	744.558	792.868	804.530	800.822	771.627
DF	891.709	916.929	944.664	1.001.083	1.062.241	1.099.832	1.156.908	1.181.649	1.302.284	1.321.828	1.263.872	1.250.750
GO	944.927	992.822	1.061.426	1.135.046	1.209.310	1.313.641	1.385.230	1.450.065	1.509.395	1.514.532	1.501.397	1.445.943
<b>SUDESTE</b>	17.201.452	18.140.168	19.532.512	20.386.019	21.098.135	22.460.999	23.514.877	24.099.808	24.623.001	24.792.464	23.892.188	22.851.175
ES	656.344	707.380	751.559	776.290	816.906	860.421	902.070	926.336	954.791	967.728	924.742	868.873
MG	3.592.560	3.744.043	4.036.203	4.184.183	4.350.839	4.646.891	4.850.976	4.928.225	5.057.080	5.071.906	4.821.116	4.628.701
RJ	3.191.784	3.373.627	3.665.846	3.712.383	3.851.259	4.080.082	4.349.052	4.461.706	4.586.790	4.641.380	4.448.859	4.159.481
SP	9.760.764	10.315.118	11.078.904	11.713.163	12.079.131	12.873.605	13.412.779	13.783.541	14.024.340	14.111.450	13.697.471	13.194.120
<b>SUL</b>	5.831.790	6.170.491	6.502.575	6.802.842	7.078.443	7.557.531	7.902.443	8.129.698	8.415.302	8.550.246	8.333.045	8.091.911
SC	1.486.969	1.598.454	1.697.800	1.777.604	1.838.334	1.969.654	2.061.577	2.103.002	2.210.927	2.273.933	2.214.292	2.167.923
PR	2.109.348	2.251.290	2.378.931	2.503.927	2.637.789	2.783.715	2.920.277	3.033.665	3.121.384	3.167.134	3.113.204	3.013.105
RS	2.235.473	2.320.747	2.425.844	2.521.311	2.602.320	2.804.162	2.920.589	2.993.031	3.082.991	3.109.179	3.005.549	2.910.883

Fonte: MTE/RAIS.

**Quadro 16: Remunerações Médias dos Empregados em 31/12 para o Brasil, Grandes Regiões e Estados do Nordeste - 2005 a 2016**

Região Natural	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	2.244,39	2.381,53	1.847,74	2.482,19	2.544,51	2.609,90	2.686,47	2.766,35	2.854,45	2.904,59	2.830,33	2.852,62
Norte	1.927,66	2.087,02	2.074,81	2.182,94	2.246,64	2.335,79	2.403,86	2.492,10	2.546,04	2.601,72	2.523,40	2.523,19
Nordeste	1.596,99	1.723,68	1.714,73	1.812,48	1.908,51	1.971,75	2.051,19	2.110,49	2.171,31	2.225,70	2.148,40	2.200,61
Sudeste	2.371,73	2.474,57	1.496,88	2.567,42	2.629,19	2.687,42	2.768,03	2.842,84	2.938,95	2.984,29	2.886,96	2.885,94
Sul	2.030,02	2.123,94	2.089,34	2.194,57	2.236,15	2.304,56	2.380,41	2.465,79	2.580,63	2.646,52	2.592,67	2.635,95
Centro-Oeste	2.579,88	2.935,00	2.812,85	3.009,16	3.088,69	3.137,22	3.135,47	3.196,73	3.263,50	3.276,00	3.227,23	3.283,70
Maranhão	1.561,51	1.681,77	1.707,65	1.823,12	1.952,41	2.009,61	2.109,16	2.211,43	2.249,48	2.293,52	2.228,74	2.320,49
Piauí	1.528,58	1.684,97	1.671,39	1.833,27	1.945,37	1.965,22	2.043,05	2.091,63	2.195,26	2.261,68	2.223,90	2.319,33
Ceará	1.523,89	1.645,33	1.613,80	1.754,25	1.807,72	1.841,23	1.931,80	2.005,61	2.058,40	2.109,99	2.084,47	2.135,32
Rio Grande do Norte	1.603,86	1.819,13	1.810,89	1.923,81	2.023,28	2.147,78	2.228,24	2.294,24	2.349,72	2.401,08	2.305,10	2.388,92
Paraíba	1.477,56	1.610,43	1.594,31	1.653,97	1.802,94	1.954,52	2.004,14	2.023,00	2.074,44	2.150,33	2.081,31	2.142,88
Pernambuco	1.646,10	1.765,70	1.769,48	1.896,35	1.984,36	2.052,60	2.169,60	2.277,31	2.345,38	2.386,07	2.288,89	2.323,28
Alagoas	1.528,67	1.693,54	1.694,53	1.757,18	1.874,88	1.925,54	1.997,97	2.053,72	2.135,55	2.208,83	2.105,74	2.135,84
Sergipe	1.894,93	2.034,78	2.014,21	2.154,27	2.263,53	2.365,97	2.407,15	2.561,66	2.519,27	2.538,24	2.361,83	2.458,15
Bahia	1.773,84	1.897,24	1.904,24	2.008,69	2.078,30	2.136,62	2.199,92	2.266,23	2.329,81	2.402,03	2.356,19	2.404,68

Fonte: CAGED Anuário RAIS.

Nota: Remuneração Média dos Empregados em 31/12 por Setor e Área Geográfica. Valores a Preços Constantes de 2016, deflacionados pelo INPC.

**Quadro 17: Rendimento Médio Real do trabalho Principal do Setor Privado, Público e Conta Própria no Total das Áreas Metropolitanas**

MÊS	RENDIMENTO SETOR PRIVADO	RENDIMENTO SETOR PÚBLICO	RENDIMENTO CONTA PRÓPRIA
Jan/14	2.564,30	4.435,69	2.568,59
Fev/14	2.526,16	4.471,47	2.515,03
Mar/14	2.488,82	4.326,78	2.448,94

(Continua...)

(Continuação.)

<b>MÊS</b>	<b>RENDIMENTO SETOR PRIVADO</b>	<b>RENDIMENTO SETOR PÚBLICO</b>	<b>RENDIMENTO CONTA PRÓPRIA</b>
Abr/14	2.489,85	4.342,23	2.407,44
Mai/14	2.410,49	4.430,82	2.331,48
Jun/14	2.432,48	4.401,80	2.313,50
Jul/14	2.458,48	4.509,56	2.387,35
Ago/14	2.449,29	4.484,76	2.383,78
Set/14	2.473,28	4.359,45	2.486,38
Out/14	2.479,15	4.405,13	2.490,83
Nov/14	2.791,94	4.595,80	2.507,37
Dez/14	3.130,28	5.565,16	2.500,35
Jan/15	2.390,07	4.237,27	2.291,42
Fev/15	2.322,54	4.079,28	2.276,30
Mar/15	2.241,94	4.019,61	2.191,00
Abr/15	2.214,45	3.972,34	2.101,97
Mai/15	2.182,07	3.999,80	2.122,02
Jun/15	2.156,84	4.024,79	2.140,27
Jul/15	2.142,25	3.943,52	2.140,59
Ago/15	2.139,79	3.936,28	2.100,69
Set/15	2.121,64	3.875,83	2.072,85
Out/15	2.116,74	3.810,17	2.054,86
Nov/15	2.428,69	4.185,05	2.074,01
Dez/15	2.667,55	4.896,70	2.202,44
Jan/16	2.021,42	3.723,47	1.982,88

**Fonte:** IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

**Nota:** Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade, no setor privado, no setor público e por conta própria no trabalho principal da semana de referência (Reais). Valores a preços constantes de jan. 2016 deflacionados pelo INPC.

**Quadro 18: Evolução do Salário Mínimo no Brasil – 2005 a 2016**

ANO	SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL R\$	SALÁRIO MÍNIMO REAL R\$
2005	286,67	548,06
2006	337,50	627,58
2007	372,50	658,70
2008	409,16	679,49
2009	460,83	735,06
2010	510,00	764,09
2011	544,16	768,54
2012	622,00	827,22
2013	678,00	854,18
2014	724,00	858,65
2015	788,00	839,85
2016	880,00	880,00

**Fonte:** BACEN - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - SGS

**Nota:** Valores a preços constantes de 2016, deflacionado pelo INPC.

**Quadro 19: Dívida Líquida do Setor Público no Brasil – 2006 a 2016**

ANO	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA EXTERNA	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL
2006	2.531.625	321.426	2.390.738
2007	2.859.793	234.152	2.429.998
2008	2.941.976	267.324	2.153.629
2009	3.198.713	191.443	2.341.009
2010	3.013.901	173.339	2.338.424
2011	3.123.371	158.544	2.206.684
2012	3.326.826	174.900	2.100.650

(Continua...)

(Continuação.)

<b>ANO</b>	<b>DÍVIDA INTERNA</b>	<b>DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL</b>
2013	3.275.563	188.666	2.050.219
2014	3.580.462	221.262	2.201.174
2015	3.970.416	284.270	2.314.891
2016	4.150.350	228.137	2.892.913

**Fonte:** BACEN – Banco Central do Brasil.

**Nota:** Valores em R\$ Milhões, a preços constantes de 2016, deflacionado pelo deflator implícito do PIB.

### **Quadro 20: Necessidade de Financiamento do Setor Público no Brasil – 2006-2016**

<b>ANO</b>	<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>JUROS NOMINAIS</b>	<b>RESULTADO NOMINAL</b>
2006	-162.040	345.627	183.587
2007	-176.627	325.944	149.318
2008	-190.955	305.117	114.161
2009	-111.267	293.781	182.514
2010	-161.136	309.560	148.424
2011	-188.275	346.202	157.927
2012	-142.228	289.824	147.596
2013	-115.104	313.717	198.613
2014	38.031	363.966	401.997
2015	120.516	543.585	664.101
2016	155.791	407.024	562.815

**Fonte:** BACEN – Banco Central do Brasil.

**Nota:** Valores em R\$ Milhões, a preços constantes de 2016, deflacionado pelo deflator implícito do PIB.

**Quadro 21: Transferências Constitucionais Reais do FPM + FPE por Estado do Nordeste – R\$ Mil**

Ano	NE	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2008	60.390.582	4.465.138	12.789.229	8.621.417	7.782.444	5.497.470	8.182.499	4.651.734	4.582.005	3.818.645
2009	54.316.813	4.013.868	11.509.624	7.746.802	6.995.240	4.944.626	7.365.881	4.238.600	4.092.775	3.409.396
2010	55.764.363	4.118.020	11.788.142	7.946.498	7.171.101	5.070.223	7.552.701	4.397.186	4.223.972	3.496.520
2011	64.569.400	4.768.819	13.717.729	9.200.279	8.298.710	5.870.444	8.739.157	5.037.106	4.889.400	4.047.755
2012	63.279.461	4.672.528	13.377.230	9.013.915	8.129.796	5.751.444	8.560.849	4.989.124	4.790.107	3.994.469
2013	63.819.104	4.729.194	13.568.729	8.930.632	8.228.853	5.821.998	8.597.945	5.049.773	4.848.642	4.043.338
2014	65.516.941	4.856.083	13.945.867	9.166.749	8.442.168	5.975.790	8.819.454	5.184.918	4.975.602	4.150.309
2015	63.676.642	4.710.395	13.674.635	8.895.591	8.188.553	5.800.641	8.559.277	5.030.637	4.795.497	4.021.415
2016	67.075.516	5.018.492	14.417.248	9.361.323	8.641.233	6.113.415	8.964.971	5.319.157	5.074.312	4.165.366
2017*	50.774.813	3.787.841	10.916.447	7.100.369	6.541.624	4.570.225	6.825.138	4.023.088	3.828.261	3.181.822

Fonte: STN.

Nota: (\*) Dados de 2017 são relativos aos meses de janeiro a outubro; Valores corrigidos pelo IPCA de outubro.

**Quadro 22: Taxa de Câmbio do Brasil- 2006 a 2016**

ANO	TAXA DE CÂMBIO
2006	2,14
2007	1,77
2008	2,34
2009	1,74
2010	1,67
2011	1,88
2012	2,04
2013	2,34
2014	2,66
2015	3,90
2016	3,26

Fonte: Sistema Gerenciador de Series Temporais – SGS - Sisbacen PTAX800.

Nota: Taxa de Câmbio - livre - Dólar Americano (Venda) -Fim de Período - Anual - u.m.c /US\$

**Quadro 23: Saldo do Balanço de Pagamentos do Brasil – 2006 a 2016**

PERÍODO	TRANSAÇÕES CORRENTES	CAPITAL E FINANCEIRA	ERROS E OMISSÕES	SALDO BALANÇO DE PAGAMENTOS
2006	13.030	13.295	52 886	79 210
2007	408	-2.245	- 3 152	- 4 989
2008	-30.640	-28.654	1 682	- 57 613
2009	-26.261	-26.117	-330	- 52 708
2010	-75.824	-75.770	-430	- 152 024
2011	-77.032	-78.986	- 2 466	- 158 484
2012	-74.218	-73.746	57	- 147 908
2013	-74.839	-73.481	713	- 147 606
2014	-104.181	-100.367	3 351	- 201 197
2015	-59.434	-54.684	3 828	- 110 290
2016	-23.530	-16.119	6 863	- 32 786

**Fonte:** BACEN - Balanço de pagamentos – BPM6.

**Nota:** valores em US\$ milhões.

**Quadro 24: Saldo em Transações Correntes – 2006 a 2016**

PERÍODO	SALDO BALANÇA COMERCIAL	SERVIÇOS	RENDA PRIMÁRIA	RENDA SECUNDÁRIA	SALDO TRANSAÇÕES CORRENTES
2006	45.119	-9.410	-26.985	4.306	13.030
2007	38.483	-13.103	-29.002	4.029	408
2008	23.802	-16.861	-41.806	4.224	-30.640
2009	24.958	-19.574	-34.983	3.338	-26.261
2010	18.491	-30.156	-67.055	2.896	-75.824
2011	27.625	-37.166	-70.475	2.984	-77.032

(Continua...)

(Continuação.)

PERIODO	SALDO BALANÇA COMERCIAL	SERVIÇOS	RENDA PRIMÁRIA	RENDA SECUNDÁRIA	SALDO TRANSAÇÕES CORRENTES
2012	17.420	-40.168	-54.308	2.838	-74.218
2013	389	-46.372	-32.538	3.683	-74.839
2014	-6.629	-48.107	-52.170	2.725	-104.181
2015	17.670	-36.918	-42.910	2.724	-59.434
2016	45.037	-30.447	-41.080	2.960	-23.530

Fonte: BACEN - Balanço de pagamentos – BPM6.

Nota: valores em US\$ milhões.

#### Quadro 25: Saldo Conta Capital e Financeira – 2006 a 2016

PERIODO	SALDO CONTA CAPITAL	SALDO CONTA FINANCEIRA	INVESTIMENTOS ATIVOS	INVESTIMENTOS PASSIVOS	DERIVATIVOS	ATIVOS DE RESERVA	SALDO CONTA CAPITAL E FINANCEIRA
2006	180	13 115	35 567	52 980	-41	30 569	13.295
2007	249	- 2 495	33 983	124 672	710	87 484	-2.245
2008	152	- 28 806	27 831	59 918	312	2 969	-28.654
2009	237	- 26 354	20 061	92 909	-156	46 651	-26.117
2010	242	- 76 012	71 841	197 065	112	49 101	-75.770
2011	256	- 79 242	35 002	172 878	-3	58 637	-78.986
2012	208	- 73 954	36 451	129 279	-25	18 900	-73.746
2013	322	- 73 803	62 229	129 995	-110	- 5 926	-73.481
2014	231	- 100 599	79 526	192 525	1 568	10 833	-100.367
2015	461	- 55 145	53 920	114 084	3 450	1 569	-54.684
2016	274	- 16 393	45 660	70 321	-969	9 237	-16.119

Fonte: BACEN - Balanço de pagamentos – BPM6.

Nota: valores em US\$ milhões.

Quadro 26: Balança Comercial Brasil e Regiões

Exportações												
Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>BRASIL</b>	118.529.184 .899	137.807.469 .531	160.649.072 .830	197.942.442 .909	152.994.742 .805	201.915.285 .335	256.039.574 .768	242.578.013 .546	242.033.574 .720	225.100.884 .831	191.134.324 .584	185.235.400 .805
<b>NORDESTE</b>	10.561.140. 558	11.629.125. 638	13.086.243. 050	15.451.508. 099	11.616.307. 959	15.863.313. 375	18.845.432. 667	18.773.212. 742	17.270.151. 753	15.914.071. 507	14.655.435. 699	12.813.680. 918
<b>NORTE</b>	7.418.339.5 21	8.918.197.4 16	9.808.846.4 99	13.059.898. 322	10.111.820. 867	15.110.941. 715	20.861.452. 592	17.692.850. 851	19.088.625. 445	17.597.021. 792	13.206.860. 584	12.887.982. 681
<b>CENTRO-OESTE</b>	7.178.272.9 38	7.497.084.8 56	9.694.351.5 53	14.165.442. 691	14.109.547. 132	15.620.175. 478	20.805.212. 639	25.621.663. 874	28.377.754. 175	27.352.915. 677	23.971.842. 221	22.754.526. 388
<b>SUDESTE</b>	65.451.681. 715	80.011.752. 040	91.277.004. 520	110.960.881 .549	81.927.997. 488	115.490.172 .198	145.891.070 .319	133.520.085 .867	121.790.969 .249	116.087.589 .458	94.441.640. 614	91.843.100. 682
<b>SUL</b>	26.103.475 .204	27.800.528 .365	34.752.371 .176	41.963.540 .165	32.886.549 .502	37.139.465 .070	45.872.410 .756	44.015.966 .491	52.021.747 .696	44.015.044 .217	40.071.230 .816	39.342.748 .517
Importações												
<b>BRASIL</b>	73.600.375. 672	91.350.840. 805	120.617.446 .250	172.984.767 .614	127.722.342 .988	181.768.427 .438	226.246.755 .801	223.183.476 .643	239.747.515 .987	229.154.462 .583	171.449.050 .909	137.552.002 .856
<b>NORDESTE</b>	6.307.781.6 01	8.854.753.8 41	11.776.553. 649	15.526.386. 385	10.795.724. 366	17.585.541. 927	24.132.443. 412	26.006.587. 286	27.739.974. 325	28.712.707. 097	21.426.982. 272	17.539.670. 901
<b>NORTE</b>	5.677.699.3 33	6.996.407.0 46	7.675.714.6 72	11.379.728. 461	8.079.109.5 39	12.737.717. 289	14.725.848. 032	15.701.577. 681	16.143.743. 674	14.900.293. 584	10.632.025. 411	8.048.436.0 21
<b>CENTRO-OESTE</b>	2.950.976.7 03	3.983.428.3 49	5.776.665.5 05	9.089.853.6 79	7.426.738.2 00	10.116.257. 340	13.029.357. 186	12.985.897. 538	13.649.747. 414	12.699.662. 090	9.317.896.5 87	7.620.575.0 24
<b>SUDESTE</b>	45.216.507. 766	54.093.310. 503	71.124.610. 407	99.863.762. 114	74.967.639. 140	102.015.554 .433	124.939.965 .383	119.035.297 .818	131.135.882 .036	124.377.869 .156	94.819.215. 356	74.569.624. 958
<b>SUL</b>	13.407.968. 285	17.395.946. 086	24.186.453. 660	37.035.768. 591	26.379.123. 657	39.210.083. 888	49.270.843. 778	49.310.359. 626	50.903.936. 031	48.262.607. 006	35.082.328. 813	29.773.592. 167
Saldo												
<b>BRASIL</b>	44.928.809. 227	46.456.628. 726	40.031.626. 580	24.957.675. 295	25.272.399. 817	20.146.857. 897	29.792.818. 967	19.394.536. 903	2.286.058.7 33	4.053.577.7 52	19.685.273. 675	47.683.397. 949
<b>NORDESTE</b>	4.253.358.9 57	2.774.371.7 97	1.309.689.4 01	-74.878.286	820.583.593	1.722.228.5 52	5.287.010.7 45	7.233.374.5 44	10.469.822. 572	12.798.635. 590	6.771.546.5 73	4.725.989.9 83
<b>NORTE</b>	1.740.640.1 88	1.921.790.3 70	2.133.131.8 27	1.680.169.8 61	2.032.711.3 28	2.373.224.4 26	6.135.604.5 60	1.991.273.1 70	2.944.881.7 71	2.696.728.2 08	2.574.835.1 73	4.839.546.6 60

(Continua...)

(Continuação.)

Saldo												
<b>CENTRO-OESTE</b>	4.227.296.235	3.513.656.507	3.917.686.048	5.075.589.012	6.682.808.932	5.503.918.138	7.775.855.453	12.635.766.336	14.728.006.761	14.653.253.587	14.653.945.634	15.133.951.364
<b>SUDESTE</b>	20.235.173.949	25.918.441.537	20.152.394.113	11.097.119.435	6.960.358.348	13.474.617.765	20.951.104.936	14.484.788.049	9.344.912.787	8.290.279.698	-377.574.742	17.273.475.724
<b>SUL</b>	12.695.506.919	10.404.582.279	10.565.917.516	4.927.771.574	6.507.425.845	2.070.618.818	3.398.433.022	5.294.393.135	1.117.811.665	4.247.562.789	4.988.902.003	9.569.156.350

Fonte: MDIC / Estatísticas do Comércio Exterior.

Nota: valores em U\$\$ Correntes (FOB).

**Quadro 27: Pauta de Exportações do Brasil e Regiões por Fator Agregado**

BÁSICOS						
Ano	BRASIL	NORDESTE	NORTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
	Exportações	Exportações	Exportações	Exportações	Exportações	Exportações
2005	34.723.705.048	2.560.890.395	2.721.523.747	5.933.743.084	15.029.618.585	8.379.282.223
2006	40.280.500.171	2.067.609.729	3.634.692.885	6.200.078.590	19.639.498.350	8.684.429.542
2007	51.595.634.520	2.605.317.690	4.451.058.119	8.103.634.223	23.750.420.858	12.637.771.301
2008	73.027.659.951	3.450.269.001	7.138.575.605	12.211.392.114	33.815.930.442	16.341.603.933
2009	61.957.450.140	2.933.620.256	6.198.302.946	12.058.787.311	25.984.431.015	14.700.942.893
2010	90.004.977.023	4.459.840.004	10.378.302.023	12.999.093.032	46.024.312.021	16.111.303.741
2011	122.456.858.719	5.100.012.344	15.793.888.037	17.021.737.718	62.713.028.978	21.354.696.488
2012	113.454.235.845	5.078.153.889	13.197.516.336	21.204.433.922	52.110.819.892	20.916.573.187
2013	113.023.336.257	3.558.038.847	15.097.442.740	23.864.372.689	46.195.094.737	23.796.298.506
2014	109.556.367.262	3.996.186.735	13.029.523.785	23.058.617.643	46.731.793.197	22.293.921.647
2015	87.188.201.254	4.215.030.414	9.116.919.844	20.084.077.245	32.862.493.478	20.338.943.943
2016	79.159.362.050	2.872.456.673	9.359.083.750	18.676.754.475	28.715.750.894	19.023.586.523
INDUSTRIALIZADOS						
Ano	BRASIL	NORDESTE	NORTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
	Exportações	Exportações	Exportações	Exportações	Exportações	Exportações

(Continua...)

(Continuação.)

<b>INDUSTRIALIZADOS</b>						
<b>Ano</b>	<b>BRASIL</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>NORTE</b>	<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>SUDESTE</b>	<b>SUL</b>
	<b>Exportações</b>	<b>Exportações</b>	<b>Exportações</b>	<b>Exportações</b>	<b>Exportações</b>	<b>Exportações</b>
<b>2005</b>	81.323.200.737	7.871.910.697	4.686.555.638	1.244.507.905	48.903.968.954	17.451.450.956
<b>2006</b>	94.545.597.728	9.429.741.390	5.276.773.176	1.295.492.924	58.594.501.624	18.724.943.929
<b>2007</b>	105.742.765.530	10.303.887.092	5.332.880.046	1.582.115.241	65.429.138.179	21.779.096.657
<b>2008</b>	119.755.773.875	11.755.199.174	5.890.435.657	1.928.729.921	73.763.827.780	25.099.578.200
<b>2009</b>	87.848.252.773	8.515.010.519	3.888.673.115	2.035.905.589	54.078.055.534	17.869.839.742
<b>2010</b>	107.770.011.072	11.154.266.513	4.693.271.927	2.595.760.432	67.137.209.357	20.629.854.636
<b>2011</b>	128.317.344.664	13.411.950.655	4.991.429.523	3.732.266.016	80.225.243.044	23.938.881.533
<b>2012</b>	123.749.230.224	13.360.081.975	4.400.444.420	4.356.117.320	77.305.947.729	22.542.813.013
<b>2013</b>	123.470.641.644	13.462.449.063	3.904.713.095	4.451.936.189	71.667.573.221	27.730.561.719
<b>2014</b>	109.276.383.389	11.657.074.630	4.473.071.625	4.239.053.398	65.472.012.159	21.231.100.558
<b>2015</b>	99.253.990.828	10.284.293.645	4.045.057.779	3.850.463.932	59.201.144.909	19.354.468.027
<b>2016</b>	101.883.497.138	9.819.940.001	3.496.515.706	4.046.617.979	61.401.002.461	20.112.939.791

Fonte: MDIC / SISCOMEX - Estatísticas do Comércio Exterior.

Nota: valores em U\$\$ Correntes (FOB).

**Quadro 28: Pauta de Importações do Brasil e Regiões por Fator Agregado**

<b>BÁSICOS</b>						
<b>Ano</b>	<b>BRASIL</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>NORTE</b>	<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>SUDESTE</b>	<b>SUL</b>
	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>
<b>2005</b>	13.674.825.882	1.098.389.204	32.585.707	866.712.503	7.846.660.338	3.817.868.238
<b>2006</b>	17.163.123.998	1.751.705.435	55.602.209	1.359.154.366	9.116.273.287	4.871.164.954
<b>2007</b>	21.773.509.772	2.088.977.004	103.968.883	1.643.408.394	11.703.492.690	6.221.538.930
<b>2008</b>	31.631.127.505	2.471.982.860	234.380.042	2.970.541.642	16.436.343.821	9.503.036.090
<b>2009</b>	18.788.544.131	1.727.737.470	122.717.648	1.738.567.909	9.764.430.996	5.418.671.550
<b>2010</b>	23.891.378.856	2.624.031.877	231.992.466	2.335.095.993	12.405.180.561	6.275.174.359
<b>2011</b>	32.081.382.673	3.201.517.561	287.904.892	3.006.078.847	18.031.346.140	7.529.874.805
<b>2012</b>	29.286.118.270	2.450.490.885	193.983.814	3.659.387.498	15.343.684.041	7.614.214.877

(Continua...)

(Continuação.)

<b>BÁSICOS</b>						
<b>Ano</b>	<b>BRASIL</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>NORTE</b>	<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>SUDESTE</b>	<b>SUL</b>
	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>
<b>2013</b>	33.431.688.643	3.194.431.887	221.868.248	4.300.327.479	17.637.390.932	8.049.681.821
<b>2014</b>	31.573.948.401	2.938.932.446	193.546.729	4.085.096.731	17.272.818.071	7.052.738.827
<b>2015</b>	19.874.940.148	2.501.508.039	329.345.737	2.725.697.493	10.206.352.512	4.087.191.062
<b>2016</b>	14.275.774.263	2.443.396.035	279.423.221	1.508.086.229	6.500.505.773	3.544.363.005
<b>INDUSTRIALIZADOS</b>						
<b>Ano</b>	<b>BRASIL</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>NORTE</b>	<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>SUDESTE</b>	<b>SUL</b>
	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>	<b>Importações</b>
<b>2005</b>	59.925.549.790	5.209.392.397	5.645.113.626	2.084.264.200	37.369.847.428	9.590.100.047
<b>2006</b>	74.187.716.807	7.103.048.406	6.940.804.837	2.624.273.983	44.977.037.216	12.524.781.132
<b>2007</b>	98.843.936.478	9.687.576.645	7.571.745.789	4.133.257.111	59.421.117.717	17.964.914.730
<b>2008</b>	141.353.640.109	13.054.403.525	11.145.348.419	6.119.312.037	83.427.418.293	27.532.732.501
<b>2009</b>	108.933.798.857	9.067.986.896	7.956.391.891	5.688.170.291	65.203.208.144	20.960.452.107
<b>2010</b>	157.877.048.582	14.961.510.050	12.505.724.823	7.781.161.347	89.610.373.872	32.934.909.529
<b>2011</b>	194.165.373.128	20.930.925.851	14.437.943.140	10.023.278.339	106.908.619.243	41.740.968.973
<b>2012</b>	193.897.358.373	23.556.096.401	15.507.593.867	9.326.510.040	103.691.613.777	41.696.144.749
<b>2013</b>	206.315.827.344	24.545.542.438	15.921.875.426	9.349.419.935	113.498.491.104	42.854.254.210
<b>2014</b>	197.580.514.182	25.773.774.651	14.706.746.855	8.614.565.359	107.105.051.085	41.209.868.179
<b>2015</b>	151.574.110.761	18.925.474.233	10.302.679.674	6.592.199.094	84.612.862.844	30.995.137.751
<b>2016</b>	123.276.228.593	15.096.274.866	7.769.012.800	6.112.488.795	68.069.119.185	26.229.229.162

Fonte: MDIC / SISCOMEX- Estatísticas do Comércio Exterior.

Nota: valores em U\$\$ Correntes (FOB).

### Quadro 29: Reservas Internacionais – 2006 a 2016

<b>DATA</b>	<b>RESERVAS INTERNACIONAIS</b>
2006	85.839
2007	180.334

(Continua...)

(Continuação.)

<b>DATA</b>	<b>RESERVAS INTERNACIONAIS</b>
2008	193.783
2009	238.520
2010	288.575
2011	352.012
2012	373.147
2013	358.808
2014	363.551
2015	356.464
2016	365.016

**Fonte:** BCB-Depec.

**Nota:** Reservas internacionais - Conceito liquidez - Total - anual - US\$ (milhões).